

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**ANA PAULA SILVA DOS SANTOS**

**O DESENVOLVIMENTO NO SUL DE MINAS GERAIS: ANÁLISES A PARTIR DA  
PESQUISA IDENTIDADE SUL-MINEIRA**

**VARGINHA - MG**

**2023**

**ANA PAULA SILVA DOS SANTOS**

**O DESENVOLVIMENTO NO SUL DE MINAS GERAIS: ANÁLISES A PARTIR DA  
PESQUISA IDENTIDADE SUL-MINEIRA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia.

Orientadora: Ana Márcia Rodrigues da Silva

Co-orientador: Fernando Batista Pereira

**VARGINHA - MG**

**2023**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Santos, Ana Paula Silva dos.

O desenvolvimento no Sul de Minas Gerais: análises a partir da pesquisa identidade sul-mineira. / Ana Paula Silva dos Santos. - Varginha, MG, 2023.

139 f. : il. -

Orientador(a): Ana Márcia Rodrigues da Silva.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento regional. 3. Cidades. 4. Sul de Minas Gerais. I. Silva, Ana Márcia Rodrigues da , orient. II. Título.

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

**“O DESENVOLVIMENTO NO SUL DE MINAS GERAIS: ANÁLISES A PARTIR DA PESQUISA IDENTIDADE SUL-MINEIRA”**

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 15 de dezembro de 2023.

Profa. Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva  
Presidente da Banca Examinadora  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Nildred Stael Fernandes Martins  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Luiz Antônio Staub Mafra  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Ana Márcia Rodrigues da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 15/12/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1159051** e o código CRC **77B5BAAA**.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e ao meu irmão. Obrigada por me proverem todos os meios para que eu pudesse me dedicar integralmente aos estudos. Sei que abriram mão de muita coisa para que eu pudesse ter o que tenho hoje. Jamais conseguirei retribuir e compensar a altura, mas prometo me esforçar para isso. Agradeço por ficarem do meu lado em minhas escolhas e vontades. Nada disso seria possível sem o apoio de vocês.

Agradeço à minha namorada, Larissa, por me apoiar, me entender e, acima de tudo, me fazer não desistir. Sem você este trabalho não seria possível. Obrigada pelo incentivo diário, por todo amor e por compartilhar a vida comigo. Este trabalho também é por e para você!

Às minhas sobrinhas, Lavinia e Sarah. Obrigada por arrancarem os meus melhores sorrisos e por me mostrarem que a vida é, na verdade, muito simples. Se a tia tivesse metade da energia de vocês, teria entregado esta dissertação antes.

Às minhas amigas de sempre, Stephany e Beatriz. Obrigada pela amizade e pelo ombro amigo que eu sei que posso contar sempre. É uma honra (e sorte) poder compartilhar a vida com vocês desde 2008.

À amizade que o mestrado me proporcionou. Obrigada, Anselmo. Foi uma felicidade encontrar um amigo tão sensacional para dividir o peso da vida acadêmica. Me sinto sortuda em ser sua amiga.

Aos meus cachorros, Peteleco e Lolota. A vida acadêmica me foi, muitas vezes, solitária. Ter vocês me fez e faz mais feliz. Obrigada por terem me escolhido.

Aos meus orientadores, Ana Márcia e Fernando, que me deram todo apoio e ajuda. Não poderia ter tido melhores orientadores. Obrigada pela paciência e vocação em ensinar, desde o primeiro momento, e por enxergarem potencial em mim que muitas vezes eu mesma não via.

À banca examinadora, pela leitura e tempo disponibilizados na leitura do meu trabalho. Obrigada pelas sugestões.

Aos meus professores e professoras que desde o ensino primário acreditaram no meu potencial. Em especial, ao meu amigo e professor Tiago França, gostaria que estivesse aqui para me ver conquistar o que me disse que eu poderia. Espero que esteja orgulhoso, de onde estiver.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) por financiar este trabalho e o meu estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos funcionários e professores da UNIFAL-MG que desde o começo dos meus estudos, ainda em 2017, me foram tão acolhedores. Foi um prazer estudar neste campus e poder, de vez em quando, admirar a linda vista do hall da biblioteca.

Preciso agradecer, ainda que indiretamente, ao lugar que tanto contribuiu para formar a pessoa que sou hoje. Fui e ainda sou muito feliz no Sul de Minas Gerais. Me sinto honrada de poder ter passado tantos momentos, desde a infância, nesta terra maravilhosa e de riquezas incontáveis. Espero que este trabalho possa contribuir, de alguma forma, para sua grandeza.

Por último, ao colega que me disse que a Pós-Graduação em Economia é uma área para homens: você me incentivou.

Olhos Parados, a Mário Calábria

Ah, ouvir mazurcas de Chopin num velho bar, domingo de manhã!

Depois sair pelas ruas, entrar pelos jardins e falar com as crianças.

Olhas as flores, ver os bondes passarem cheios de gente,

E, encostado no rosto das casas, sorrir...

Saber que o céu está lá em cima.

Saber que os olhos estão perfeitos e que as mãos estão perfeitas.

Saber que os ouvidos estão perfeitos. Passar pela igreja.

Ver as pessoas rindo. Ver os namorados cheios de ilusões.

Sair andando à toa entre as plantas e os animais.

Ver as árvores verdes dos jardins. Lembrar das horas mais apagadas.

Por toda parte sentir o segredo das coisas vivas.

Entrar por caminhos ignorados, sair por caminhos ignorados.

Ver gente diferente de nós nas janelas das casas, nas calçadas, nas quitandas.

Ver gente conversando na esquina, falando de coisas ruidosas.

Ver gente discutindo comércio, futebol e contando anedotas.

Ver homens esquecidos da vida, enchendo as praças, enchendo as travessas.

Olhar, reparar tudo em volta, sem a menor intenção de poesia.

Girar os braços, respirar o ar fresco, lembrar dos parentes.

Lembrar da casa da gente, das irmãs, dos irmãos e dos pais da gente.

Lembrar que estão longe e ter saudades deles...

Lembrar da cidade onde se nasceu, com inocência, e rir sozinho.

Rir de coisas passadas. Ter saudade da pureza.

Lembrar de músicas, de bailes, de namoradas que a gente já teve.

Lembrar de lugares que a gente já andou e de coisas que a gente já viu.

Lembrar de viagens que a gente já fez e de amigos que ficaram longe.

Lembrar dos amigos que estão próximos e das conversas com eles.

Saber que a gente tem amigos de fato!

Tirar uma folha de árvore, ir mastigando, sentir os ventos pelo rosto...

Sentir o sol. Gostar de ver as coisas todas.

Gostar de estar ali caminhando. Gostar de estar assim esquecido.

Gostar desse momento. Gostar dessa emoção tão cheia de riquezas íntimas.

[...]

A harmonia que a gente sente, vê e ouve.

A beleza que a gente vê saindo das rosas; a dor saindo das feridas.

Agradecer tanta coisa que a gente não pode acreditar que esteja acontecendo.

Lembrar de certas passagens. Fechar os olhos para ver no tempo.

Sentir a claridade do sol, espalmar os dedos, cofiar os bigodes,

Lembrar que tinha saído de casa sem destino, que passara num bar, que ouvira uma mazurca,

E agora estava ali, muito perdidamente lembrando coisas bobas de sua pequena vida.

Manoel de Barros (2010, p. 58).

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar o desenvolvimento na região do Sul de Minas Gerais para o ano de 2022, baseado na Pesquisa A Identidade Sul Mineira que possui representatividade para a região sul mineira como um todo e também para os municípios de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. Para tanto, foi criado um índice de desenvolvimento composto pautado na metodologia de Análise de Correspondência Múltipla. A criação de um índice de desenvolvimento composto é sustentada na teoria de Sen (2010) de que o desenvolvimento é múltiplo e atrelado às liberdades substantivas e capacitações, e, portanto, o índice é formulado por nove indicadores. Ligado à esta discussão está as questões de desenvolvimento regional, com vistas à análise das características e historicidades culturais da região, além da inserção de direito à cidade como um direito humano e da análise de indicadores específicos da região, com orientações sobre onde é possível progredir. Um dos principais resultados é de o município com maior porcentagem da população com Índice de Desenvolvimento considerado Alto é Varginha, seguida de Poços de Caldas, da Região Sul Mineira e, por último, por Alfenas. Tal resultado é sustentado também por pesquisas como o Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Para além, é possível perceber também a defasagem no indicador que diz respeito à Voz Política e Credibilidade nas Instituições, o que pode demonstrar a descrença política sentida nos últimos anos.

Palavras-chave: desenvolvimento; desenvolvimento regional; cidades; Sul de Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

The main objective of this dissertation is to analyze development in the southern region of Minas Gerais for the year 2022, based on the A Identidade Sul Mineira Survey, which is representative of the southern region of Minas Gerais as a whole and also of the municipalities of Alfenas, Poços de Caldas and Varginha. To this end, a composite development index was created based on the Multiple Correspondence Analysis methodology. The creation of a composite development index is based on Sen's (2010) theory that development is multiple and linked to substantive freedoms and capabilities, and therefore the index is formulated by nine indicators. Linked to this discussion are issues of regional development, with a view to analyzing the region's cultural characteristics and history, as well as the inclusion of the right to the city as a human right and the analysis of indicators specific to the region, with guidance on where progress can be made. One of the main results is that the municipality with the highest percentage of population with a Development Index considered High is Varginha, followed by Poços de Caldas, in the South of Minas Gerais and, lastly, Alfenas. This result is also supported by surveys such as the Minas Gerais Social Responsibility Index. In addition, it is also possible to see a gap in the indicator for Political Voice and Credibility in Institutions, which may demonstrate the political disbelief felt in recent years.

Key words: development; regional development; cities; South of Minas Gerais.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO</b> .....	16
2.1	O QUE É DESENVOLVIMENTO? .....	16
2.2	DESENVOLVIMENTO(S) PLURAL(IS).....	21
2.3	ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO: EM BUSCA DE MULTIPLICIDADE.....	26
<b>3</b>	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	31
3.1	O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS QUESTÕES URBANAS CONTEMPORÂNEAS .....	31
3.2	ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS: O QUE TEM SIDO FEITO .....	40
3.3	O SUL DE MINAS GERAIS .....	44
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	50
4.1	BASE DE DADOS.....	50
4.2	ASPECTOS ÉTICOS .....	52
4.3	ESCOLHA DAS VARIÁVEIS PARA COMPOR O ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO .....	53
4.4	ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS .....	57
4.5	CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA.....	60
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	65
5.1	ANÁLISE DESCRITIVA .....	65
5.2	RESULTADOS DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA .....	79
5.3	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO SUL DE MINAS GERAIS .....	88
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101
	<b>APÊNDICES</b> .....	111

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional e as questões urbanas têm adquirido maior relevância e destaque, principalmente com o agravamento de desigualdades e de crises sanitárias, políticas, econômicas, ambientais e sociais, intrínsecas ao processo de globalização (ALBUQUERQUE; RIBEIRO, 2021). De tal forma, é tão necessário quanto urgente analisar o desenvolvimento das regiões, especialmente aquelas mais afetadas pela crise da pandemia do Coronavírus (Covid-19), como o Brasil, que soma mais de 700 mil mortes provenientes da doença, segundo dados do DATASUS (2023), com vistas à identificação de setores que estão melhores desenvolvidos e aqueles que necessitam de atenção para desenvolver-se, além de buscar propor políticas públicas para tal melhoria.

O conceito de desenvolvimento entendido e abordado neste trabalho compreende a expansão das liberdades humanas individuais, com a remoção de privações de tais liberdades. Entre as privações, pode-se citar a pobreza e a tirania, falta de oportunidades, destituição social (como educação, paz e participação política, por exemplo) e carência de serviços públicos (SEN, 2010). Por conseguinte, é adotada a visão de desenvolvimento como um processo integrador das expansões de liberdades substantivas interligadas com segmentos econômicos, sociais e políticos. Isso permite refletir simultaneamente sobre as peças chaves, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes (SEN, 2010).

As questões de desenvolvimento se aplicam e são aplicadas no contexto regional, ainda que este possua especificidades. O desenvolvimento regional pode ser definido, segundo Pellin (2019), como o processo de transformação econômica, social e política o qual tem sua dinâmica pautada no local com participação e interação de seus atores. Ainda, mesmo que o Brasil tenha passado por melhora no que se refere aos indicadores de desenvolvimento de 1983 para 2010, Lima, Simões e Hermeto (2016) apontam que as disparidades regionais persistem, por exemplo as de comércio exterior (CAMPOS; CAVALCANTE; ANTIGO, 2022), atividades produtivas (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016).

Nesse sentido, há novos desafios atrelados ao debate sobre desenvolvimento levando em consideração as questões regionais, como o direito à cidade. De tal forma, pretende-se alcançar um desenvolvimento real nas regiões em alternativa modelo desenvolvimentista (pautado somente em indicadores econômicos) que tende a suprimir as características regionais e seus traços marcantes, como suas raízes e cultura (PORTO-GONGALVES, 2021). Portanto, de acordo com Monte-Mór (2016), é necessária uma mudança conjuntural expressiva, com o

objetivo de se tornar uma mudança estrutural e que ocorra uma reorganização das peças constituintes para construir um novo espaço urbano-regional.

Diante disso, por meio desta dissertação, objetiva-se analisar o desenvolvimento na região Sul de Minas Gerais no ano de 2022, a partir da formulação de um índice de desenvolvimento composto por indicadores socioeconômicos, culturais, educacionais, de saúde, comunicação, voz política e credibilidade nas instituições, igualdade social, habitação, infraestrutura, água e segurança e no que tange ao respeito e discriminação.

Para tanto, recorre-se aos objetivos específicos de: 1. Descrever as características socioeconômicas por meio comportamento dos indicadores referentes aos segmentos citados acima; 2. Estimar escores (*scores*) a fim de formular indicadores sintéticos de desenvolvimento; 3. Propor um índice de desenvolvimento da região do Sul de Minas Gerais; 4. Formular índices de desenvolvimento municipal e, posteriormente, comparar tais municípios.

A justificativa do presente trabalho reside na importância de compreender o desenvolvimento das regiões, seus pontos fortes e fracos, além de propor avanços na construção urbana justa. Soma-se a isso, o contexto de pandemia e de crise política e econômica experimentada no Brasil nos últimos anos.

A região Sul de Minas Gerais compreende a porção sul do Estado, com predominância de municípios com até 30 mil habitantes (ALVES, 2023). Além disso, a região possui clima ameno e fortes características agrícolas, com a predominância da produção de café, mas que também contém polos industriais, como as cidades de Varginha, Pouso Alegre, Extrema, Itajubá e Poços de Caldas. A região compreende serras, como a Serra da Mantiqueira, cachoeiras e estâncias hidrominerais, como o Circuito das Águas. Ademais, a região concebe municípios de 5 mil habitantes até aqueles com 200 mil habitantes, sendo que a maioria deles situa-se na faixa de até 10 mil habitantes e, nesta pesquisa, a amostra, aplicada em 20 municípios, possui representatividade para os 162 municípios pertencentes à região (PISM, 2022).

De forma geral, a população é quem possui maior e melhor conhecimento sobre as necessidades da cidade, de modo que a amostra populacional utilizada neste trabalho foi coletada nos municípios de Alfenas, Arceburgo, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Conceição de Aparecida, Cristais, Cristina, Cruzília, Ilícinea, Ipuíuna, Jacuí, Paraisópolis, Piranguinho, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pratápolis, Santa Rita de Caldas, Santos Antônio do Amparo, Três Corações e Varginha. A amostra analisada, proveniente da pesquisa Identidade Sul Mineira: diagnóstico cultural, social, político e econômico do Sul de Minas Gerais (PISM), possui

representatividade para toda a região Sul Mineira e gerou os resultados aqui trazidos e discutidos.

A metodologia da PISM pautou-se em um questionário *survey*, método que visa a obtenção de dados e/ou informações sobre as características, opiniões ou ações de um grupo de pessoas, de modo que tal grupo seja representante de uma população (FREITAS, 2000). Além disso, as amostras das cidades de Alfenas, Varginha e Poços de Caldas foram formadas de modo a garantir representatividade em análises individualizadas. Já a margem de erro desta pesquisa é de 2,7%, calculada com base em uma amostra de tamanho finito, ao nível de 95% de confiança. Ressalta-se que a aplicação da pesquisa foi de responsabilidade de uma empresa contratada.

Quanto à metodologia aplicada aos microdados obtidos por meio da PISM, além da produção de estatísticas descritivas, recorreu-se à Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) que, de acordo com Hair *et al.* (2009), é baseada em categorias de uma tabela (ou matriz) de contingência. Salienta-se, ainda, que a ACM representa uma técnica de análise multivariada e uma extensão da análise de correspondência simples, já que trabalha com associações entre mais de duas variáveis categóricas e entre suas categorias, além de analisar a intensidade dessas associações (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

A partir dos resultados da ACM, propõe-se um índice de desenvolvimento do Sul de Minas Gerais composto por nove indicadores com pesos iguais, a saber: Saúde, Educação, Renda e Trabalho, Respeito, Discriminação e Preconceito, Voz Política e Credibilidade nas Instituições, Igualdade Social, Habitação, Infraestrutura, Água e Segurança, Lazer e Cultura e Comunicação. Para além, o desenvolvimento utilizado aqui tem como cortes Alto, Médio Alto, Médio Baixo e Baixo.

Em posse dos resultados, é possível apontar que o município de Varginha possui a maior porcentagem da população com o índice considerado Alto, seguido de Poços de Caldas, da região Sul mineira e, por último, de Alfenas. Uma das justificativas para tal posição de Varginha reside no fato de que a cidade possui melhor resultado no indicador de Voz Política e Credibilidade nas Instituições, que acaba por diminuir consideravelmente o índice de Poços de Caldas, que possui leve vantagem nos outros indicadores.

O problema norteador desta pesquisa consiste em analisar o desenvolvimento da região Sul de Minas Gerais sob uma perspectiva de múltiplas dimensões que possa melhor refletir o desenvolvimento para além de uma ótica de renda familiar *per capita*.

A hipótese é de que o desenvolvimento, em sentido amplo, perpassa o nível de renda da população. Ou seja, entende-se que maiores níveis de renda não implicam, necessariamente, em maiores índices de desenvolvimento.

Ao trazer essas questões, o presente trabalho contribui para a compreensão do desenvolvimento em sentido amplo, em especial no recorte regional, e fornece auxílio para possibilidade futuras de aprimoramento, como a formulação de políticas públicas, intervenções de conscientização e investigação de mais áreas pertinentes ao desenvolvimento, como questões ligadas ao meio ambiente e à sustentabilidade.

O primeiro capítulo do trabalho, para além dessa introdução, se voltará a discussão de desenvolvimento. Nele será abordado sua interpretação de caráter múltiplo e holístico, primordialmente pautado em Sen (2010). Para corroborar com a multiplicidade do desenvolvimento, é resgatado também índices que possuam tal caráter, de forma a contabilizar o desenvolvimento a partir de vários indicadores.

Já o segundo capítulo, também de construção de referencial teórico, discutirá o conceito de desenvolvimento ao nível regional. Neste capítulo, é levantado as questões urbanas atuais que podem vir a moldar a interpretação de desenvolvimento em cada região específica, dado o entendimento de necessidades distintas, com população distinta e em contexto distinto. Para tanto, é caracterizado a região foco do estudo deste trabalho: a região sul mineira.

Posteriormente, tem-se o capítulo de metodologia que, de forma geral, expõe os métodos utilizados. Um primeiro passo, portanto, é ressaltar a base de dados a qual o trabalho se baseou, a Pesquisa A Identidade Sul Mineira, aplicada em 20 municípios da região e com representatividade para toda a região sul mineira, além dos municípios de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. Nesta base dados, foi aplicado o método de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) que possibilitou tanto a criação do índice de desenvolvimento quanto análise descritivas e comparativas entre os municípios.

Seguido ao capítulo de metodologia, tem-se os resultados e as discussões provenientes do método aplicado à base de dados. Neste capítulo, houve a divisão entre os resultados das estatísticas descritivas e suas conseqüentes discussões e os resultados da ACM seguido das considerações sobre eles. Para além, é neste capítulo que há os resultados do índice de desenvolvimento proposto e as comparações que foram possíveis de serem feitas dado a representatividade da amostra.

O trabalho encerra-se com as considerações finais que, de modo geral, sinaliza uma melhor situação do índice em Varginha e uma pior em Alfenas. Além disso, é aqui que salienta-se as necessidades de intervenções de conscientização, investigação e atuação local para que se

possa caminhar para melhores resultados nos nove indicadores que compuseram o índice de desenvolvimento. Ademais, é apontado também a possibilidade de agregar mais indicadores, como aqueles ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade.

## 2 A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO

Para formular, de forma coerente, um índice de desenvolvimento, é preciso, primeiro, entender o conceito de desenvolvimento. Para isso, este capítulo se pautará em analisar os principais teóricos sobre o tema, além de contrapor diferentes pontos de vista sobre o que é, de fato, desenvolvimento e o que se pretende com ele.

A primeira parte se voltará a discutir a definição de desenvolvimento, abordada aqui pela interpretação de Amartya Sen. Já a segunda parte discutirá outras definições de desenvolvimento, com foco naquelas que o interpretam em sentido amplo. A última parte irá focar, por conseguinte, nos índices de desenvolvimento que visam a multiplicidade do conceito e a proposta de cálculo em forma de índice.

### 2.1 O QUE É DESENVOLVIMENTO?

O desenvolvimento corresponde, em primeiro e mais importante lugar, com a possibilidade de as pessoas conseguirem viver o tipo de vida que escolheram, com o atendimento de oportunidades e ferramentas para suas escolhas. Portanto, é preciso que o combate a problemas como pobreza, fome, desigualdade de gênero, para citar alguns, se volte para o cumprimento das liberdades individuais como comprometimento social (SEN, 2010). Para tanto, a melhor maneira de se aprofundar é trazendo os conceitos e abordagens de Amartya Sen, primordialmente em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*.

De acordo com Sen (2010), a liberdade é chave no processo de desenvolvimento por duas razões: a) Razão Avaliatória: “a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas; b) Razão da Eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas” (SEN, 2010, p. 17).

A Razão Avaliatória justifica-se tendo em vista a necessidade de eliminação das privações de liberdade individual, ou seja, requer a possibilidade de acesso à educação, à saúde, à participação política, à paz e à oportunidade para todos. Já a justificativa da Razão da Eficácia reside no fato de que a condição do agente livre é, além de parte constitutiva do desenvolvimento, facilitadora do fortalecimento de outros tipos de condições do agente livre, ou seja, uma melhora na educação, por exemplo, fortalece outras relações de liberdade, como saúde ou participação política. Como assinala Sen (2010):

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como

boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEM, 2010, p. 18).

A interpretação de desenvolvimento como liberdade entende as liberdades substantivas, ou seja, liberdades referentes às capacitações<sup>1</sup> elementares e de melhora de vida (liberdade de participação política e educação, por exemplo) como componentes constitutivos do desenvolvimento, ou seja, eles não devem ser compreendidos como metas a serem alcançadas *a posteriori*, com base na sua contribuição indireta para o crescimento econômico. Fato é que, de acordo com Sen (2010), as liberdades substantivas também contribuem para o crescimento, mas a justificativa de garanti-las está no papel constitutivo no desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, Sen (2010) aponta que a liberdade de entrar em mercados pode ser, por si só, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado venha a fazer ou não para promover o crescimento econômico ou até a industrialização. Desta forma, é crucial libertar o trabalhador do cativo explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto, ao mercado de produtos e ao intercâmbio econômico, além de garantir a liberdade de troca. Por conseguinte, “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2010, p. 23).

Sachs (2004) corrobora com a interpretação de Sen, ao dizer que o desenvolvimento, ao contrário do crescimento econômico, possui objetivos que vão além da multiplicação da riqueza material. O desenvolvimento, para Sachs (2004), implica a reparação das desigualdades (passadas e presentes), com vistas à criação de uma conexão civilizatória, ou seja, entre as minorias ricas e a maioria pobre e sem acesso aos recursos. De tal forma, o desenvolvimento deve se pautar na igualdade, equidade e solidariedade. Ao invés da maximização do Produto Interno Bruto (PIB), o desenvolvimento deve “promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância” (SACHS, 2004).

Segundo Sen (1990) há alguns problemas em interpretar crescimento econômico como desenvolvimento. Entre eles, há de se destacar a associação, errônea, entre PIB e

---

<sup>1</sup> As capacitações (ou capacidades a depender da edição do livro de Sen) referem-se às possibilidades de se possui condições básicas a sobrevivência, desde capacitações elementares como sobreviver até capacitações de boa educação e renda digna, por exemplo, intrinsecamente relacionadas às liberdades substantivas (SEN, 2010). De tal forma, a pobreza se enquadra, para citar uma, como uma privação de capacitações.

desenvolvimento. O PIB, medido como o valor de mercado de bens e serviços produzidos dentro de um país em determinado ano, vem sendo, desde meados do século XX, utilizado como o principal índice de saúde econômica (RAWORTH, 2019).

Sen (1990) é sucinto ao apontar que mesmo países com elevado PIB (ou até Produto Nacional Bruto) podem ter resultados baixos em termos de qualidade de vida, com, por exemplo, desigualdade, analfabetismo, alta mortalidade, etc, não indicando, portanto, que PIB é suficiente para alcançar um bom desenvolvimento. Como apresenta Veiga (2015, p. 57), “se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração dos esforços nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou alguma lista de instrumentos especialmente escolhidas”.

Como ilustração, tem-se que a renda dos afro-americanos que vivem no Harlem, distrito da cidade de Nova York, Estados Unidos, supera a renda dos homens que vivem em Bangladesh, país localizado ao sul do continente asiático. Mas isso quer dizer que os norte-americanos deste caso são mais desenvolvidos? Com esse exemplo, Veiga (2015) aponta que, apesar da renda, os homens de Bangladesh possuem maiores chances de viver mais de quarenta anos do que os homens afro-americanos do Harlem, distrito da famosa Nova York, o que demonstra, portanto, que renda não é fator decisivo para o desenvolvimento é clara.

Outro exemplo claro de tal afirmação é o Catar, país petrolífero do Oriente Médio que recentemente sediou a Copa do Mundo de Futebol Masculino (2022). O país possui um dos maiores PIB's mundiais, chegando a US\$ 237,3 bilhões de dólares<sup>2</sup> (BANCO MUNDIAL, 2022) em 2022, mas possui frágeis mecanismos de proteção aos direitos humanos, não possuindo, inclusive, legislação contra a violência doméstica ou ferramentas de proteção às vítimas (CNN, 2022).

O indicador PIB é importante na mensuração econômica, mas não é um indicador adequado para o desenvolvimento. Isso porque há sua metodologia críticas como a não contabilização de atividades não remuneradas (como o trabalho doméstico e voluntário) e a produção ilegal, a destruição da riqueza, a contabilização de transações que diminuem o bem-estar, além de não refletir o bem-estar da sociedade. Ainda que o PIB, na sua concepção, não tenha se proposto a abarcar tais problemas, a crítica principal é que, durante muito tempo, o PIB foi interpretado (e utilizado) como indicador de desenvolvimento (VALENTE; FEIJÓ; CARVALHO, 2012).

---

<sup>2</sup> Os dados estão em dólares americanos atuais.

Não são recentes as críticas à noção simplista de desenvolvimento, visto seu enlace, muitas vezes determinante, com o crescimento econômico. Desde o Clube de Roma, com o relatório *Limits to Growth* (MEADOWS *et al.*, 1972), há o debate acerca dos princípios hegemônicos de desenvolvimento (SVAMPA, 2021). Segundo Svampa (2021), Celso Furtado também refutou algumas premissas da noção de desenvolvimento simplista já que, segundo ele, o estilo de vida impulsionado pelo desenvolvimento era viável apenas para os países em estágio avançado de industrialização e uma pequena minoria de elite nos países subdesenvolvidos, onde qualquer possibilidade de disseminação e generalização de tal modelo consumista levaria ao colapso do sistema. De tal forma, num primeiro momento, a crítica a esse desenvolvimento simplista, baseado no crescimento econômico, se pautava no consumo excessivo e nos padrões culturais, visando sociedades mais igualitárias com estilo de vida mais justo e um sistema produtivo durável.

É também em 1972, ano do Clube de Roma<sup>3</sup>, que um novo termo “adjetivo” do desenvolvimento começou a ganhar forma. É introduzida então o conceito de Ecodesenvolvimento, pela Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (FERREIRA; ROMEIRO, 2019), onde ficou definido como “um processo de crescimento que concilie viabilidade econômica, desejabilidade social e prudência ecológica” (ROMEIRO, 1991, p. 149).

Ainda que se tenha uma preocupação com o conceito de desenvolvimento, os indicadores puramente econômicos ainda se destacam. Segundo Tortosa (2021), a economia pautada na métrica do PIB, geralmente, implica um crescimento ilimitado, o que acaba por excluir questões como o envelhecimento e “esquecendo” a relação nem sempre benéfica entre o crescimento e o meio ambiente. McMichael (2021) aponta que

O “projeto de desenvolvimento” de meados do século XX se consolidou como modelo para a construção das nações e como estratégia para a ordem mundial na esteira da depressão econômica, da guerra mundial, da descolonização e, sobretudo, no contexto da Guerra Fria. Os Estados Unidos lideraram a reconstrução do pós guerra para estabilizar o capitalismo e estender seu império econômico ao mundo pós-colonial. Ao descrever as chamadas culturas do Terceiro Mundo como subdesenvolvidas, o papel da exploração colonial na ascensão do Ocidente foi apagado. Além disso, o desenvolvimento industrial de estilo ocidental foi imposto como padrão universal, representado nas métricas do Produto Interno Bruto (PIB). Como substitutos do Primeiro Mundo, as instituições de Bretton Woods (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) serviram como as principais agências financeiras que complementavam os programas de ajuda estadunidenses, mirando os países do Terceiro Mundo como clientes comerciais e obtendo acesso a recursos estratégicos em uma cruzada

<sup>3</sup> De acordo com Oliveira (*apud* SAES *et al.*, 2022), o Clube de Roma, fundado em 1968, é uma organização fundada pelo industrial italiano Aurelio Peccei (para quem Limites do Crescimento foi dedicado), sendo um tipo de formação informal que contou, a época, com trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma. Já em 1970, o Clube possuía o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, como o combate à degradação ambiental. Ressalta-se que o Clube de Roma permanece ativo.

anticomunismo. Assim, mesmo quando o desenvolvimento foi identificado como crescimento econômico nacional, ele evoluiu como regra de mercado em escala mundial (MCMICHAEL, 2021, p. 86).

Segundo McMichael (2021, p. 87), o “desenvolvimento é imaginado e medido considerando apenas o lado positivo do cálculo de custo real”. Já de acordo com Bassey (2021, p. 91), o desenvolvimento sugere “crescimento, expansão, ampliação e difusão, ainda que nada disso capte o senso de justiça ou equidade”. O que pretende-se aqui, portanto, é tratar o desenvolvimento como conceito para além de PIB, de forma a ser inclusivo de justiça, equidade, respeito, infraestrutura básica, voz política, credibilidade nas instituições, educação, renda, saúde, comunicação, igualdade social, lazer e cultura.

Longe de se configurar como proposição pronta, é preciso que seja envolvido mais conceitos que signifiquem um autêntico desenvolvimento de uma população real, além de ser respeitada e incluída as características regionais e culturais de cada região. Um desenvolvimento que esteja em constante formulação e mudança. Segundo McMichael (2021, p. 94) “a ‘ascensão’ baseada em valores convencionais do PIB não reflete as realidades objetivas dos cidadãos”.

Para Raworth (2019), é preciso ser agnóstico em relação ao crescimento econômico, mais precisamente ao PIB. Isso porque não é necessário entender ser indiferente em relação ao crescimento do PIB ou não, mas sim de “conceber uma economia que promova a prosperidade humana, quer o PIB aumente, diminua ou se mantenha constante” (RAWORTH, 2019, p. 264). A autora chega a propor, ainda, um movimento em S do PIB, com crescimento (não exponencial) e eventual estabilização.

A curva S entrou no debate econômico pela primeira vez em 1838, com a interpretação de Pierre Verhulst sobre o crescimento populacional. Posteriormente, a curva S foi utilizada por biólogos, ecólogos, demógrafos e estatísticos, já que ela foi entendida como adequada no tange à descrição de eventos de crescimento no mundo natural (RAWORTH, 2019). De modo geral, o formato em S corresponde ao movimento de crescimento acelerado, seguido por lento crescimento até um ponto teto.

Ainda que a Ciência Econômica (ensinada pelos manuais de ensino) tenha progredido consideravelmente após seu encontro com ferramentas físicas neoclássicas para explicar seus eventos, pouco se progrediu no que tange o pensamento econômico além da epistemologia mecanicista, prova disso é a propagação em massa da representação de diagrama circular nos manuais de economia (GRINEVALD; RENS, 2012). Contudo, “não há nenhuma ligação necessária entre desenvolvimento e crescimento; seria possível conceber o desenvolvimento

sem o crescimento” (GRINEVALD; RENS, 2012, p. 105). Portanto, para que o PIB (ou simplesmente o crescimento econômico) não seja nem o determinante do desenvolvimento, nem o objetivo da economia, pode-se encará-lo, no longo prazo, como um movimento em curva S (RAWORTH, 2019).

De acordo com Hickel (2015), é disseminado o discurso de que os países em desenvolvimento se encontram nessa condição, de pobreza, por conta de seus problemas internos, já os países desenvolvidos assim são ricos por conta do árduo trabalho e defesa de valores e ações políticas corretas. De tal forma, é sugerido que a pobreza do Sul Global é um fenômeno natural, sendo que foi ativamente criada pelo o que Hickel (2015) chama de saqueadores ocidentais. Portanto, “a Europa não desenvolveu as colônias. As colônias desenvolveram a Europa” (HICKEL, 2015).

Salienta-se que os conceitos de Desenvolvimento e de desenvolvimento econômico ou crescimento econômico não são iguais. Furtado (2004) refuta tal relação de igualdade entre os termos, ao apontar que o crescimento econômico experimentado nos últimos anos nada mais é que a preservação dos privilégios das elites a fim de satisfazer suas próprias agitações com a modernização, sendo o desenvolvimento caracterizado por ser “seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p. 484).

Feita a discussão de desenvolvimento, Sen (2010) aponta que “uma concepção adequada deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele” (SEN, 2010, p. 28).

Já de acordo com Valente, Feijó e Carvalho (2012), atualmente, há consenso de que o progresso deve estar associado à esfera econômica, social e sustentável e, por conseguinte desta interpretação mais holística, alguns conceitos passaram a aparecer com mais frequência nos debates, como o conceito de bem-estar e felicidade humana, por exemplo. De tal forma, discute-se agora a multiplicidade do desenvolvimento.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO(S) PLURAL(IS)

Será pontuado aqui alguns dos desenvolvimentos que ganharam notoriedade com seus adjetivos, ou seja, será abordado o desenvolvimento de forma plural, a fim de perceber que o conceito, ainda que com modificações e focos diferentes, perpassam aquilo que se percebe, apenas, como crescimento econômico. Para tanto, será abordado o conceito de

Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento em Escala Humana, Desenvolvimento Includente e o Desenvolvimento Sustentável.

Simões (2016) propõe que o desenvolvimento é intrínseco à inclusão. Desta forma, é salientado que:

Um desenvolvimento excludente, com ênfase desmedida nas exportações e pouca ou nenhuma preocupação com o mercado interno e a dimensão ambiental não nos serve. A possibilidade de inclusão social, de criação de alternativas, de possibilidades diversas de desenvolvimento nos interessam (SIMÕES, 2016, p. 1286).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entende o desenvolvimento como desenvolvimento humano, pelas contribuições de diversos autores, com destaque para Amartya Sen e Mahbub ul Haq. Este conceito, segundo o próprio PNUD, foi baseado em um processo de ampliação das escolhas das pessoas com vistas para o atendimento de capacitações e oportunidades. Difere da perspectiva de crescimento econômico exponencial, compreendendo que o bem-estar reside nas pessoas, suas oportunidades e capacidades. Não nega a importância da renda, mas a encara como um proponente do desenvolvimento, entre três, ou seja, um dos meios e não o fim (PNUD, 2023). Tal conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que serão debatidos no capítulo seguinte.

Sen (1997) apresenta ainda uma ideia de Desenvolvimento Humano como contrário à pobreza. Nesta perspectiva, é entendido que a pobreza é a manifestação de privações que as pessoas podem encarar ao longo da vida, ou seja, a pobreza envolve mais que a falta de bem-estar material, no sentido de que o rendimento resolveria a pobreza, mas também a negação de oportunidades, como conhecimento, dignidade, confiança, autoestima, respeito - todos aspectos que permeiam, quando negadas, a pobreza que limita a vida das pessoas.

Além disso, Sen (1997) afirma que se tornou comum países estabelecerem pobreza baseada no consumo ou rendimento insuficiente para manter um padrão de consumo. Ainda que o rendimento influencie numa dimensão da pobreza, ele não é o único, já que a pobreza deve ser entendida como multidimensional. Ou seja, uma pessoa pode ter uma boa saúde, mas ser analfabeta - uma forma de pobreza, já que ela não possui, desse modo, acesso à comunicação, aprendizagem e interação. Outra pessoa pode ser alfabetizada, com educação, mas vive em região marcada por graves epidemias - acesso à saúde negada. Ainda, uma pessoa pode não possuir acesso à participação política e decisória. Em nenhum desses três casos o rendimento resolveria em absoluto a pobreza indicada.

Isto posto, a pobreza, na abordagem de desenvolvimento humano, é baseada nestas perspectivas múltiplas de privação, primordialmente nas capacitações - “a pobreza de uma vida reside não apenas no estado de empobrecimento em que a pessoa vive, mas também na falta de oportunidades reais” (SEN, 1997, p. 15, tradução nossa).

Já o que é chamado de Desenvolvimento em Escala Humana possui raízes no trabalho de Max-neef, Elizalde e Hopenhayn (1994). Os autores propõem que o Desenvolvimento em Escala Humana seja focado “na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais” (p. 30), além da integração pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da sociedade civil com o Estado (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1994).

A base do Desenvolvimento em Escala Humana deve ser apoiada nas necessidades humanas, na autodependência e nas articulações orgânicas, fundamentada ainda pelo protagonismo das pessoas quanto à diversidade e à autonomia dos espaços, de forma a tornar a pessoa-objeto em pessoa-sujeito do desenvolvimento. Isto porque, segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1994), não existe protagonismo real em sistemas gigantescos que são organizados hierarquicamente e de cima para baixo.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos. O Desenvolvimento em Escala Humana propõe ainda um aprofundamento das práticas democráticas diretas e participativas, já que elas podem contribuir para reverter o caráter semipaternalista do Estado latino-americano, transformando-o em um Estado estimulador de soluções criativas, de baixo pra cima, coerentes com as aspirações reais das pessoas. Nesse sentido, é necessário compreender o caráter multidisciplinar do conceito, já que a realidade emana novos desafios que pedem abordagens interdisciplinares (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1994).

Por fim, metodologicamente falando, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1994) propõem uma matriz de necessidades e satisfações que devem nortear as relações sociais. A matriz é composta pelos componentes de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade (coluna vertical), classificadas por ser, ter, fazer e estar. Ainda, as barreiras para se alcançar a plenitude do conceito seriam, segundo os autores, o armamentismo, a exclusão, doutrinas de segurança nacional, a censura, a burocracia e o autoritarismo.

O exercício de se aplicar tal matriz passa para fins de diagnóstico, planejamento e avaliação. Dessa forma, a matriz de necessidade e fatores de satisfação pode ser aplicada como

um exercício participativo de autodiagnóstico através de um processo de diálogo interativo. O resultado de tal aplicação, segundo os autores, permite a tomada de consciência por parte do grupo que o aplicou a fim de perceber suas carências e potencialidades, além da proposição do que fazer para atender as necessidades fundamentais de tal grupo e/ou população (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1994).

Corroborar-se com a análise interdisciplinar o trabalho de Stacheira *et al.* (2020) que relaciona o Desenvolvimento em Escala Humana com a Perspectiva Freireana de Educação e com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Os autores apontam convergências entre as abordagens, como a ideia-força que defendem, o modo como o ser humano é assumido e o método científico base em cada uma das teorias, além de revelar que os critérios utilizados nas vertentes demonstram a diversa relação de variadas áreas de conhecimento como características necessárias para a análise interdisciplinar (STACHEIRA *et al.*, 2020).

Portanto, o Desenvolvimento em Escala Humana é baseado em três preceitos básicos que apontam que o desenvolvimento refere-se a pessoas (e não a bens materiais ou objetos), que as necessidades humanas são básicas no sentido de quantidade e classificáveis, além de que tais necessidades serem as mesmas na perspectiva humana histórica (MAX-NEEF; ELIZALDE; HOPENHAYN, 1994). Agora, busca-se compreender o desenvolvimento incluyente, visto que os conceitos discutidos até agora elencam-no como um conceito que abarca a totalidade da população.

O desenvolvimento incluyente é, segundo Sachs (2004), uma oposição ao crescimento perverso e excludente do mercado de consumo e concentrador de renda e riqueza. O crescimento excludente tem, por conseguinte, mercados de trabalho fortemente segmentados, com grande parte da população em postos de trabalho informais ou de condenadas à subsistência precária, além da fraca ou nenhuma participação política (SACHS, 2004).

Segundo Sachs (2004), portanto, o conceito de desenvolvimento incluyente reivindica garantir os exercícios de direitos civis, cívicos e políticos, com transparência e responsabilização, com garantia de acesso a condições igualitárias, programas de assistência, políticas sociais compensatórias financiadas pelo mecanismo de redistribuição de renda, subsídios ao desemprego, acesso geral aos serviços públicos como educação, proteção à saúde e moradia digna.

Para os serviços públicos, programas de assistência, saúde, educação e moradia, Sachs (2004) aponta a necessidade de financiamento público proveniente da redistribuição de renda através de uma parcela do PIB, sendo que a assistência, a saúde e a educação, essencialmente, devem permanecer completamente na esfera pública, dado seu valor para o bem-estar social.

Ainda, Sachs defende a priorização da geração de emprego, já que, para o autor, proporcionam a dignidade que provém do emprego.

Por fim, o desenvolvimento sustentável, ainda que não possua uma data exata de início do debate, pode-se ser evidenciado a partir do Relatório *The limits to Growth* de Dennis e Donella Meadows e apresentado no Clube de Roma<sup>4</sup> em 1972. No mesmo ano foi introduzida a ideia de Ecodesenvolvimento, que ficou definido como “um processo de crescimento que concilie viabilidade econômica, deseabilidade social e prudência ecológica” (ROMEIRO, 1991, p. 149). Seguiu-se após isso o Relatório de Brundtland - produto advindo da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987 - que definiu desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que garante atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas necessidades” (CECHIN, 2010, p. 177).

Neste contexto de destaque acerca do desenvolvimento sustentável, tem-se um importante marco: a Agenda 2030 - lançada em 2015 e adotada por 193 países para o Desenvolvimento Sustentável da ONU - que relaciona-se fortemente com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), engloba o tripé do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico, além de abordar questões como a educação, moradia e alimentação (ONU, 2015). Ainda que se reconheça que a responsabilidade maior em se atingir cada objetivo e meta é de cada país Romeiro (2010) enfatiza a responsabilidade dos países mais ricos em complementar seus esforços e, ainda, evidenciou a “insustentabilidade da generalização do crescimento econômico baseado na matriz energética fóssil” (ROMEIRO, 2010, p. 29).

Na concepção de Veiga (2015, p. 9) “desenvolvimento sustentável é a ambição de que a humanidade venha a atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo”. Desta forma, aponta-se que o desenvolvimento sustentável “deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)” (ROMEIRO, 2012, p. 65).

---

<sup>4</sup> De acordo com Romeiro (2010), o Clube de Roma pregava o crescimento zero como modo de evitar a catástrofe ambiental e seu relatório ganhou notoriedade ao apresentar simulações de consequências ambientais ao se manter a trajetória de crescimento econômico do período. Ainda, os resultados das simulações apontavam para cenários futuros catastróficos e, para tanto, propunham a necessidade de crescimento zero a fim de evitar catástrofes (SAES, 2022).

Com tais abordagens e correntes, o que se espera é um caminho de desenvolvimento que seja capaz de inviabilizar a ocorrência de uma catástrofe a nível global, que se faz cada vez mais possível, como aponta Ferreira e Romeiro (2019). Para tanto, discute-se agora índices que tenham como característica apontar o desenvolvimento que tenha por atribuição a multiplicidade.

### 2.3 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO: EM BUSCA DE MULTIPLICIDADE

Segundo Raworth (2019), uma mudança da concepção econômica será respaldada por métricas que perpassam as questões puramente monetárias já que “a receita financeira é apenas uma pequena fatia do que uma economia gera quando seu objetivo é promover a prosperidade humana numa teia de vida florescente” (RAWORTH, 2019, p. 258). De tal forma, para a autora, ao invés de focar no fluxo monetário (como o faz o PIB), novas métricas de desenvolvimento devem monitorar a riqueza humana, social, ecológica, cultural e também física. Debatido a pluralidade do conceito de desenvolvimento, procura-se agora discutir a também multiplicidade de índices que, no geral, buscam mensurar as condições de determinada população e/ou determinada região de modo mais abrangente e, em certa medida, mais justo do que tão somente o PIB.

Destaca-se: o Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Capacidades Básicas, o Índice de Bem-estar Econômico e Social e o Índice do Planeta Feliz.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida sumária, de 0 a 1, que analisa o desenvolvimento em três dimensões: a renda, a educação e a saúde. Quanto mais próximo de 1, melhor ou mais completa é aquela região no que se refere ao desenvolvimento humano. Seu objetivo, segundo o PNUD (2023), foi oferecer um outro indicador como medida de desenvolvimento que não somente o PIB. Ademais, o IDH foi criação por Mahbub ul Haq e por Amartya Sen, em 1990, com o propósito de ser uma medida geral e, apesar de sintética, que pudesse ampliar a perspectiva de desenvolvimento.

Além disso, o IDH é a média geométrica<sup>5</sup> dos índices normalizados que medem as realizações em cada dimensão, sendo elas de: I. Educação; II. Vida e III. Rendimento (RDH, 2010). Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) publicado em 2022, o país com o maior resultado de IDH é a Suíça, seguida pela Noruega e pela Islândia. O Brasil, por sua vez, encontra-se na 87ª posição, com uma pontuação de 0,754, ainda considerado um

---

<sup>5</sup> A fórmula do cálculo é:  $IDH = (I_{vida}^{1/3}) \cdot (I_{educação}^{1/3}) \cdot (I_{rendimento}^{1/3})$ .

resultado elevado, mas atrás de países latino americanos como Chile, Argentina e Uruguai, por exemplo (PNUD, 2022).

Já no que se refere à lente local, à o IDHM (ATLAS, 2021), ajustado para Estados e municípios. Nele, o maior IDHM fica para o Distrito Federal, com Minas Gerais (0,774) ocupando a 4ª posição (atrás, além do DF, de São Paulo e Santa Catarina), apesar de se colocar à frente na esfera de Longevidade dos três Estados a sua frente. Já no que se refere aos municípios, (ATLAS, 2010)<sup>6</sup> tem-se que os municípios melhor ranqueados de Minas Gerais são: Nova Lima, Belo Horizonte, Uberlândia, Itajubá, Lavras, Poços de Caldas, Varginha, Juiz de Fora, Lagoa Santa e Itaú de Minas. Desses dez, quatro estão localizados no Sul de Minas Gerais<sup>7</sup>.

Há de se ressaltar que a metodologia do IDH desemboca em outras metodologias semelhantes executadas pelo PNUD, como o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Entende-se, contudo, que o IDH não é a métrica perfeita, isso porque, segundo Veiga (2015) o IDH não identifica que populações mais ricas puxam ou compensam os números da população mais pobre e suas condições sociais, ou seja, o IDH acaba por reforçar a questão da renda ao passo que ela exerce forte influência no índice.

Parte-se agora para a discussão do Índice de Capacidades Básicas (ICB)<sup>8</sup>. O ICB foi criado em 2011, pela Social Watch (rede internacional de organizações da sociedade civil) com o objetivo de erradicar a pobreza e suas causas, além de combater o racismo e a discriminação. O ICB, inspirado no trabalho de Amartya Sen, analisa indicadores de capacidade de nutrição adequada, capacidade de saúde e segurança e a capacidade de acesso à educação e ao conhecimento. Segundo seu relatório de 2012:

Por isso uma mudança de paradigma deve ser acompanhada por um marco discursivo-conceitual renovado, assim como novos indicadores para medir o bem-estar social. Qualquer medida de avanço em desenvolvimento e bem-estar social tem que ir além da metodologia limitada à visão econômico-monetarista que reduz um fenômeno complexo e multidimensional como a pobreza a um constructo conceitual estreitado a partir do qual são derivados indicadores mínimos. Por essa razão, a discussão sobre a definição de novas metas de desenvolvimento deve continuar, para que possam ir além das categorias de crescimento econômico. É necessário um novo conjunto de indicadores de pobreza e de outros parâmetros que possam significar uma profunda redefinição na sociedade internacional, no Estado, e na própria humanidade (SOCIAL WATCH, 2012, p. 17).

<sup>6</sup> Quanto aos municípios, a análise é feita com base no Censo Demográfico, por isso o dado antigo de 2010. Espera-se que tais resultados possam ser atualizados com a finalização e divulgação do novo Censo que começou a ser aplicado em 2022.

<sup>7</sup> Há ainda dois municípios Sul Mineiros, sendo eles: Poços de Caldas (0.779) e Varginha (0.778). Ambos possuem amostra estatisticamente representativa PISM.

<sup>8</sup> ICB é calculado pelos indicadores de: capacidade de nutrição adequada, capacidade de saúde e segurança e capacidade de acesso à educação.

Vicente (2016) aponta que o ICB é computado como a média ponderada de três indicadores (ou seja, com pesos iguais): a mortalidade entre crianças abaixo de 5 anos de idade, a saúde reprodutiva ou saúde mãe-criança, normalmente medidos pelo número de nascimentos assistidos por profissionais de saúde, e a educação, medida através de uma ponderação entre a quantidade de crianças matriculadas no ensino fundamental, proporção de crianças que chegam à quinta série e a taxa de analfabetismo entre a população adulta. Desta forma, um país com qualidade de vida ideal seria aquele que garante escola a todas as crianças, atendimento a mulheres durante a gravidez e que combata a discriminação social (VICENTE, 2016).

A métrica utilizada pelo ICB varia de 0 a 100, categorizados em cinco grupos de acordo com os seus valores, sendo eles: Altos (valores maiores ou igual à 98); Médios (valores de 91 a 97); Baixos (de 81 a 90); Muito baixos (de 71 a 80) e Críticos (abaixo de 70). O Brasil, segundo dados de 2011 (a última atualização) possuía um ICB de 95, considerado médio, sendo sua pior pontuação no que tange a educação (SOCIAL WATCH, 2012).

Apesar de se colocar na categoria Média, o Brasil ficou atrás de países vizinhos, novamente, como Argentina (98), Uruguai (98) e Chile (98), considerados Altos. Contudo, há de se ressaltar que o país aumentou seu índice nos últimos anos, saindo de 83 em 1990 para 92 e 2000 e 95 em 2011. Segundo relatório do Social Watch (2012), voltado para o Brasil, os dados reforçam o aspecto desigual do território, onde a região Norte foi a pior na pontuação do ICB - com Pará, Acre e Amazonas na liderança de piores do país, onde, mais uma vez, a situação é pior na educação (com o Estado do Pará se apresentando como o mais crítico).

Uma outra contribuição nesse sentido vem dos relatórios da Comissão para a Mensuração de Desempenho Econômico e do Progresso Social de 2009 composta por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi<sup>9</sup> que resultou no livro *Mis-measuring Our Lives* em 2010. Esta Comissão, buscando alternativas para às métricas predominantes, incorporou indicadores biofísicos (como a pegada de carbono, por exemplo) com a análise do progresso material da população. A Comissão, com contribuição para se pensar métricas de desenvolvimento, aponta ainda para três observações para se monitorar o desenvolvimento sustentável: i. Ser pragmático sobre a sustentabilidade, ii. Aumentar as opções acerca da qualidade de vida e iii. Superar a contabilidade produtivista. Contudo, ressalta-se que há lacunas

---

<sup>9</sup> O livro de José Eli da Veiga “Para entender o desenvolvimento sustentável” (2015) resume as principais contribuições da comissão Stiglitz, Sen e Fitoussi, a saber: três mensagens principais, quatro recomendações sobre a sustentabilidade, cinco sobre qualidade de vida e também cinco acerca dos problemas do PIB.

na métrica sustentável, já que deixa de considerar, por exemplo, a perda de biodiversidade (VEIGA, 2015).

Por fim, aborda-se o Índice do Planeta Feliz<sup>10</sup>. Este índice, segundo seu mais recente relatório (HAPPINESS REPORT, 2023), apoia-se nas variáveis de PIB *per capita*, apoio social, expectativa de vida saudável, liberdade, generosidade e corrupção. Mas é de se ressaltar que as pontuações são baseadas em avaliações individuais subjetivas das próprias vidas, em uma escala Cantril<sup>11</sup>, e pesos são adicionados para que se possa construir um índice representativo de toda a população, anualmente, para cada país. O Índice investiga a renda, ter alguém em quem confiar, saúde, sensação de liberdade para tomar decisões, ausência de corrupção em apoio à vida e generosidade.

No que tange ao *ranking* do índice, tem-se a dianteira de países como Finlândia, Dinamarca e Islândia. O Brasil, por sua vez, aparece na 49ª posição, atrás de Uruguai, Chile, México e Panamá, para citar os mais próximos. Os resultados do Índice de Felicidade podem fornecer caminhos para mediações, atuações e políticas públicas que venha a melhorar os indicadores analisados, “especialmente aqueles relacionados à qualidade do contexto social” (HAPPINESS REPORT, 2023, p. 25, tradução nossa).

Com as noções de desenvolvimento brevemente tratadas, bem como de índices que busquem a multiplicidade do desenvolvimento, é adotada neste trabalho primordialmente as ideias e pressupostos apontados por Sen (2010). Isso porque entende-se que o trabalho pioneiro do autor é, ainda hoje, o mais abrangente ao aborda desenvolvimento com suas facetas nas liberdades substantivas e nas capacitações. Além disso, a multiplicidade de interpretações e cálculos fomentou a criação do índice aqui proposto (no capítulo 6), sustentadas com a análise de desenvolvimento em sua abordagem regional e na metodologia proposta de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) - também vista nos capítulos seguintes.

Discutida a noção de desenvolvimento, as interpretações e considerações acerca de desenvolvimento plural e a pontuação acerca de alguns índices que utilizam tal noção, com vistas para propor avanços investigativos, é chegado hora de caminhar para o debate acerca do objeto deste trabalho: o desenvolvimento no Sul de Minas Gerais. Para tanto, é necessário se

---

<sup>10</sup> O índice é calculado por meio de uma análise de regressão, abrange dados da pegada ecológica, bem-estar subjetivo, PIB em paridade do poder de compra (PPC), esperança de vida saudável, apoio social, liberdade de fazer escolhas, generosidade, percepção de corrupção, afeto, Gini e confiança institucional.

<sup>11</sup> Escala Cantril é uma medida utilizada para analisar o bem-estar subjetivo. Recebe esse nome em homenagem à seu criador, Hadley Cantril. A medida Cantril usualmente pede para que as pessoas classifiquem sua satisfação atual e futura frente à um nicho, numa escala de 0 a 10, onde maiores valores representam maiores satisfações (HAPPINESS REPORT, 2023).

compreender o que é, de fato, o desenvolvimento regional e suas recentes implicações no contexto urbano e, por fim, as principais características da região Sul Mineira.

### 3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo se voltará para a discussão de Desenvolvimento Regional, sendo que a primeira seção discorrerá sobre as definições e as características principais do conceito. A segunda parte terá como foco as questões urbanas da atualidade, voltando-se para as discussões contemporâneas. Já a última seção abordará o foco de estudo deste trabalho, a região do Sul de Minas Gerais, com o levantamento do contexto da região, suas questões econômicas, sociais, políticas e da população, para citar algumas.

#### 3.1 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS QUESTÕES URBANAS CONTEMPORÂNEAS

O conceito de capacitações apontadas por Sen (2010) indica, como já dito anteriormente, o atendimento geral das capacitações à toda população em qualquer lugar, ou seja, em qualquer parte do mundo. Ainda, segundo o autor, há espaço para uma abordagem que recorte o todo de forma a analisar (e buscar compreender) o atendimento das capacitações e liberdades substantivas no contexto específico, neste caso, o regional. Já que o Brasil é, segundo o IBGE (2018), o quinto maior país do mundo em extensão territorial, é razoável afirmar a diversidade tanto de populações quanto de condições necessárias para o desenvolvimento (desenvolvimento de Sen (2010)).

Região pode ser entendida como um conjunto de pontos do espaço que possuem maior integração entre si em relação a outros locais do mundo. Lemos (2003) corrobora com tal colocação ao salientar que região se configura como um conjunto de centros urbanos que mantém grau de integração contraposição a outros lugares. A utilização do recorte regional se justifica, deste modo, dado que a mesma pode crescer ou declinar como um todo, ao invés de possuir variações de renda como a soma das variações das atividades localizadas nesta região (LIMA; SIMÕES, 2010).

A definição de região recorre à debates já antigos<sup>12</sup>, mas que ainda hoje recebem contribuições. Já que o recorte regional é necessário para se compreender com maior exatidão a colocação de desenvolvimento da região, bem como das possibilidades de aplicação de políticas públicas a serem executadas a fim de se desenvolver a localidade, é importante definir

---

<sup>12</sup> Segundo Lemos *et al.* (2003), a delimitação de região recorre às concepções originalmente elaboradas por Christaller (1933;1966) e Lösch (1940;1954).

o que é a região. De acordo com Lemos *et al.* (2003, p. 667), “o lugar central, o núcleo urbano original, constitui-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado em que ocorre forte intensidade do fluxo de trocas, em uma área geográfica espacialmente delimitada”. Para uma economia aberta e contemporânea, entretanto, o espaço econômico tende a se organizar em volta de lugares centrais, ou seja, entorno de suas áreas de mercado e, assim, possibilitando a reprodução de regiões e desenvolvimento de economia regionais possuidoras de diferentes níveis de integração econômica (LEMOS *et al.*, 2003).

No que concerne à discussão intrarregião, é possível também observar o desenvolvimento de lugares centrais diferenciados, seja por tamanho ou funcionalidade ou pela quantidade e/ou qualidade de oferta de bens, o que constrói sistemas urbanos hierarquizados (LEMOS *et al.*, 2003). Nessa construção, segundo Lemos *et al.* (2003), percebe-se a consolidação de hierarquias nodais urbanas, liderada pelo centro de maior extensão que supre bens e serviços à centros menores (ou menos especializados).

Ao passo que adquire um determinado porte, esse local de maior densidade urbana inclina-se ao centro de consumo coletivo, que, por sua vez, tende a atrair mais pessoas que buscam atividades especializadas do local. Este fluxo, conforme apontam Lemos *et al.* (2003), constitui-se de locais de menor escala urbana, originando áreas de influência do lugar central. Por fim, os autores sugerem, adotando como base as microrregiões geográficas definidas pelo IBGE<sup>13</sup>, a elaboração de um índice de terciarização, calculado pela massa de rendimentos de: i. setor de serviços; ii. setor agropecuário; iii. setor industrial e iv. não classificada, para identificar a nova configuração regional do Brasil. Ou seja, sugerem que a divisão de regiões deva se dar por proximidade (ou distanciamento) dos locais em relação aos setores econômicos indicados.

No que tange ao Brasil, as principais atividades produtivas se concentraram na região centro-sul pós 1950, primordialmente no São Paulo (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016). Ainda, até a década de 1970, foi lançado mão de instrumentos para minimizar disparidades regionais, a partir das superintendências regionais de desenvolvimento, mas que não atingiu plenamente o objetivo. Segundo Lima, Simões e Hermeto (2016), a partir de 1980 foi observado a diminuição ou esvaziamento da atuação e papel do Estado, o que reverberou (e ainda

---

<sup>13</sup> A definição de mesorregiões bem como de microrregiões foi alterada pelo IBGE para regiões Intermediárias e regiões Imediatas. Apesar de não alterar ou substituir a divisão político-administrativa do território, a mudança trata-se de uma nova construção do conhecimento geográfico elaborado pela dinâmica dos processos de transformação recente, além de estarem operacionalizadas segundo os elementos de rede urbana e fluxos de gestão - capazes de diferenciar os espaços de modo adequado (IBGE, 2017).

reverbera) nas questões de desenvolvimento regional, principalmente após a intensa abertura comercial.

É neste contexto que as cidades médias passaram a desempenhar um papel notório, visto que possuíam infraestrutura básica para o desenvolvimento de atividades produtivas, mas que não apresentavam elevados custos dos grandes centros urbanos (THOMPSON; SERRA, 2001), já que, a partir de 1990, a hierarquia urbana do país passa por mudanças que estabelecem maiores heterogeneidades, complexidades e diversidades (RODRIGUES PORTO; MIRANDA, 2020). Portanto, o processo de interiorização do urbano “expandiu o desenvolvimento para estas cidades, tornando-as extremamente dinâmicas” (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016, p. 62).

A partir da aplicação deste modelo, no que concerne a Minas Gerais, os autores apontam que o polo de Belo Horizonte tem capacidade limitada de polarização sobre o espaço geográfico do estado, de forma a “perder” regiões de grande peso econômico, como o Triângulo Mineiro e a parte chamada de rica (pelos autores) da região Sul Mineira (LEMOS *et al.*, 2003). De tal forma, é apontado que “o perfil de desenvolvimento regional desigual brasileiro completa-se pela desarticulação econômica de uma vasta área contígua de subsistência, intercalada por pequenas manchas de atividades mercantis” (LEMOS *et al.*, 2003, p. 688).

No Brasil, segundo Campos, Cavalcante e Antigo (2022), as disparidades regionais são marcantes. No que tange à comércio exterior, tem-se metade dos Estados brasileiros com representação abaixo de 1% no total exportado em 2021, com três Estados dominantes com quase 55% do total, desses, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro se sobressaem no que tange à exportação pautada em extração mineral (CAMPOS; CAVALCANTE; ANTIGO, 2022).

Nesse sentido, Pellin (2019) corrobora com a ideia de que desenvolvimento regional define-se pelo processo de transformação, seja econômica, seja social e política, o qual a dinâmica é baseada no local com participação de seus atores e interações. Abramovay (2003), por sua vez, define territórios como espaços de interação entre humanos e ecossistemas via coordenação dos diferentes modos de organização, ou seja, formas de organizações sociais, econômicas e de instituições políticas, que exercem história própria ao local.

Lima, Simões e Hermeto (2016) elencam as principais características para o desenvolvimento regional. Dentre elas, destacam-se os indicadores locais de: Rendimento domiciliar *per capita* regional, taxa de esgotamento sanitário, escolaridade média, grau de industrialização, escala industrial, densidade de serviços modernos, força de trabalho especializada, taxa de formalidade, oferta de cultura, oferta de serviços de saúde, taxa de

ocupação, oferta de bens públicos, índice de pobreza<sup>14</sup>, coeficiente de Gini<sup>15</sup> e centralidade (indicador de hierarquia urbana)<sup>16</sup>.

Ainda que se tenha uma melhora nos indicadores de desenvolvimento e atratividade no Brasil de 1983 para 2010, apontados por Lima, Simões e Hermeto (2016), as disparidades regionais brasileiras persistem, em que a região Sudeste continua sendo a região mais dinâmica em termos de desenvolvimento e atratividade local, com expansão para algumas regiões do Centro-Oeste, Sul e pontuais regiões do Norte e Nordeste - mas que ainda, no geral, possuem baixo dinamismo. Uma provável justificativa que os autores apontam para tal expansão, é a desconcentração das atividades produtivas para o entorno da Região Metropolitana de São Paulo (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016).

No que concerne ao debate que une desenvolvimento e as regiões urbanas, tem-se novos desafios, bem como demandas adicionais àquelas experimentadas anteriormente, como a discussão de direito à cidade, já que, segundo Monte-Mór (2006, p. 61) “a emergência teórica e a relevância da questão urbana no mundo contemporâneo podem ser tomadas como quase consenso”. Desta forma, para Harvey (2012, p. 73), “vivemos em uma época em que ideias de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política quanto ética”, ao passo que deve-se agora entender o direito à cidade como um tipo de direito humano.

Para Teobaldo (2010), os novos espaços urbanos têm sido promovidos por premissas globais únicas que prometem aos cidadãos a recuperação da vida local, com grandes projetos e com alta tecnologia. Contudo, o que se vê, no geral, é a exclusão da população local em troca da valorização do solo. Nesses lugares, “os espaços são apropriados através de novas atividades desconsiderando o antigo habitante” (TEOBALDO, 2010, p. 142).

Sánchez (1999) corrobora com tal interpretação ao apontar que a relação entre as cidades e a população é do tipo cidade-mercadoria, ao mesmo tempo em que a cidade é exposta como um produto, tanto de consumo turístico quanto cultural, com vistas para investimentos (TEOBALDO, 2010). É por isso que, segundo Maricato (2000), o espaço urbano se coloca para além das relações sociais e escorre para a dominação econômica e/ou ideológica, de forma que

---

<sup>14</sup> Neste trabalho, o índice de pobreza advém do indicador baseado na linha de pobreza que, na data do trabalho, equivalia à ¼ do salário mínimo vigente na data de referência do Censo de 2010 (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016).

<sup>15</sup> O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade usualmente utilizada para indicar grau de concentração de renda. Seu cálculo, baseado na Curva de Lorenz, é a divisão da área de concentração pela área do triângulo localizada abaixo da linha de igualdade. Desta forma, se não há concentração, o resultado do numerador é zero bem como do índice de Gini. Se há concentração máxima, o resultado é 1. Mais detalhes podem ser observados em Nishi (2010). Referência completa se encontra ao final do trabalho

<sup>16</sup> Construído a partir dos resultados da Região de Influência das Cidades (REGIC) publicadas pelo IBGE, com vistas a indicar a centralidade urbana das regiões analisadas.

“as políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania” (MARICATO, 2000, p. 168).

Nesse sentido, de acordo com Arantes, Vainer e Maricato (2002), há um paradoxo entre o valor de uso do lugar e o valor de troca ao qual se apresenta aos interessados em se beneficiar economicamente daquele local. Ou seja, os espaços públicos que antes se destinavam às relações sociais, passam a representar um espaço artificial, sem vínculo dos habitantes, já que é implementado de uma só vez, sem considerar as identidades, tradições e culturas locais (TEOBALDO, 2010). Não há dúvidas, portanto, que, segundo Porto-Gonçalves (2021), é a lógica do mercado que comanda a organização do espaço regional.

Segundo aponta Monte-Mór (2006), as teorias que se voltaram a explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função das cidades, com vistas ao seu melhoramento ou planejamento, tiveram relevante influência nas intervenções que se seguiram (seja pelo Estado ou pela sociedade). Ainda, é nas cidades e no campo (quando está articulado às cidades) que se constrói as bases sócio-culturais, econômicas e políticas que formaram o Brasil e produziram (e ainda produzem) seu espaço urbano-regional (MONTE-MÓR, 2006).

Não se pretende aqui, contudo, discorrer com profundidade sobre o movimento histórico acerca das teorias de urbanização e de desenvolvimento regional. Indica-se o trabalho de Monte-Mór (2006) para um detalhamento da evolução de tais correntes de pensamento. Ainda assim, pode-se apontar que, no Brasil, a institucionalização do planejamento urbano e regional se deu, em grande parte, a partir da ditadura militar de 1964 e foi baseada na problemática traçada nas cidades pelo urbanismo, tendo como cerne do debate e política a questão habitacional (MONTE-MÓR, 2006).

No Brasil, cidades mono-industriais, como por exemplo a cidade carioca de Volta Redonda e a mineira de Ipatinga, formaram seu planejamento urbano pautado na lógica produtiva industrial, ou seja, hierarquizando rigidamente o espaço urbano e os serviços intrínsecos à (re)produção industrial, o que manifesta que as mudanças nas cidades “refletiam as transformações que ocorriam na sociedade capitalista ocidental” (MONTE-MÓR, 2006) de forma que o urbano é tomado como um substantivo e não apenas como adjetivo da cidade, representando, desta forma, todo o espaço social (MONTE-MÓR, 2006).

Como aponta Monte-Mór (2006), em países subdesenvolvidos, caso do Brasil, as periferias urbanas precárias cresceram com áreas de sub-habitação e de ausência de serviços sociais e urbanos básicos. Essa chamada suburbanização precária, com início em grandes cidades tais quais São Paulo e Rio de Janeiro, produziu ainda mais periferias pobres com integração parcial à dinâmica urbana, ao passo que a expansão da produção em massa, a partir

dos anos sessenta, acabou por agravar as condições de exclusão das condições urbana (MONTE-MÓR, 2006).

Como salienta o trabalho de Miranda e Gomes Júnior (2017), houve o crescimento exacerbado do número de cidades situadas entre 100 e 500 mil habitantes e de cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes de 1950 a 2010. Tal aumento indica uma mudança nas hierarquias urbanas, já que “houve um aumento no poder de comando econômico-territorial das metrópoles” (MIRANDA; GOMES JÚNIOR, 2017, p. 209) que passaram a instituir a rede urbana no país.

Miranda e Gomes Júnior (2017) apontam que as cidades intermediárias como espaços sujeitos a uma urbanização reflexa, cuja dinâmica é emanada de fora para dentro das áreas não metropolitanas e influenciada por novas determinações macroestruturais. Ainda, é importante ressaltar que, segundo Corrêa (2011), as condições mínimas para que se exista uma rede urbana são uma economia de mercado desenvolvida, locais de realização de transações econômicas e diferenciação hierárquica derivada dessas duas condições.

Na organização da cidade no Brasil, bem como em outras partes do mundo, prevaleceu-se pressupostos progressistas, consolidados nos instrumentos de zoneamento e controle do uso do solo. Para Monte-Mór (2006), tais ferramentas propunham-se a resolver o conflito primordial entre a propriedade privada do solo e as demandas coletivas de integração e condições urbanas básicas, onde a questão habitacional torna-se central nas discussões e atuações políticas de nas cidades.

Ainda que se fale, primordialmente, em cidades, o campo também passou por um intenso processo de urbanização e integração à rede urbana. Como salientado por Monte-Mór (2006), “o campo se urbanizou rapidamente à medida que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, se estenderam para além dos limites legais do espaço urbano e ganharam a dimensão regional e mesmo nacional”. De tal forma, a contradição entre cidade e campo tende a se dissolver no urbano, além de, segundo Monte-Mór (2016)

As transformações que as áreas urbanas e os espaços regionais vêm sofrendo com o processo contemporâneo conhecido como globalização, em que a compressão temporal e espacial dos processos sociais e a articulação quase sincrônica de fragmentos seletivos se impõe, integrando-os em escalas diversas, tem gerado uma multiplicidade de discursos sobre as cidades e os espaços regionais a elas articulados. Novamente, a grande maioria dos discursos tem surgido nos países capitalistas centrais, com destaque para os Estados Unidos que constituem o referencial maior para as transformações e manifestações atuais. Sua pertinência, aplicação e/ou eventual adaptação aos problemas que o capitalismo contemporâneo provoca no Brasil (e em outros países periféricos) dependerá também da forma como forem compreendidos pelos vários agentes da produção do espaço, tratados e elaborados nos discursos acadêmicos e eventualmente incorporados às políticas públicas.

Para Monte-Mór (2016) uma mudança conjuntural expressiva (com vistas a se tornar estrutural), seja na taxa de juros ou conjuntura política, seja no comércio internacional ou no preço da energia local, as peças saem do lugar de forma a se reorganizarem e construírem um novo desenho no espaço urbano-regional. Isso indica que a existência (ou não) de um serviço em uma cidade pode resultar em um investimento em outro tipo de serviço na microrregião, no sentido a complementar e aprofundar o que Monte-Mór (2016) chama de “as articulações intermunicipais sob a forma de consórcios, associações e outros instrumentos de gestão”. Portanto, a interrelação urbana é profunda ao passo que:

Entre nós, ricos e pobres fecham seus espaços de vida, aumentam sua segregação sócio-espacial e aprofundam as lutas de classes travestidas de vários matizes na cidade, no campo, nas florestas, nos espaços de fluxos das drogas, das armas, do dinheiro lavado. A cidade do espetáculo, a cidade-empresa neo-liberal, a cidade que busca se inserir no circuito do capital financeiro, do capital da entretenimento, do turismo, dos grandes espetáculos esportivos, das grandes exposições e dos parques temáticos, da construção de novos imaginários da cidade e da vida futura, se perde também em células fechadas onde as heterotopias são impossíveis e apenas a vida entre iguais é segura. A cidade do simulacro, das simulações, das articulações distantes no espaço e no tempo é cada dia mais virtual, não apenas no sentido da representação do espaço social nas imagens ‘fotoshopadas’ das telinhas da televisão e/ou do computador, mas virtual no sentido lefebvriano, isto é, do futuro que já está contido no presente, que o informa e que lhe dá a forma atual. A modificação desse virtual, tanto no sentido do resgate da utopia quanto no processo das lutas políticas que herdamos da repolitização do espaço urbano e da vida cotidiana, implica o avanço nas reivindicações do direito à cidade e à cidadania, extensiva no país, e eventualmente, no espaço globalizado. A compreensão do processo de produção do espaço urbano no qual virtualmente todos vivemos é um dos primeiros passos mais importantes para a emancipação do homem-cidadão contemporâneo (MONTE-MÓR, 2006).

Porto-Gonçalves (2021) aponta que o modelo de “desenvolvimento” aplicado nas regiões tende a tirar as raízes dos lugares, tirar as populações dos lugares e o poder, ou seja, tirar a possibilidade individual de se traçar seu destino. Ainda, nesse sentido, o que se tem é um des-envolvimento, ou seja, a relativização da autonomia e a diminuição das capacidades (PORTO-GONÇALVES, 2021). Por conseguinte, um desenvolvimento real deve se dar a partir da negação da exploração, da opressão e da inclusão, em outras palavras, é propor a inclusão, a redução das desigualdades e das disparidades regionais (SIMÕES, 2016).

Visto a necessidade de abordagem múltipla, impera as questões de direito à cidade, entendidas por Harvey (2012, p. 74) como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade [...], um direito comum antes de individual [...], a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos”. O direito à cidade pretende então garantir qualidade de vida urbana sem que essa seja intrínseca à privatização da cidade, ou seja, sem que a cidade seja mercadoria (HARVEY, 2012).

No que tange ao direito à cidade, o nome de Henri Lefebvre se sobressai. Para Lefebvre, é preciso abarcar as discussões referentes às críticas da vida contida, chegando à revolução urbana e a produção do espaço urbano, como possibilidades de esboçar o comum urbano como realidade (TONUCCI FILHO, 2020). Por conseguinte, segundo Lefebvre (2008), o direito à cidade, ao contrário da segregação e à destruição pelo valor de troca, refere-se à vida urbana, com centralidade renovada, aos locais de trocas (não só comerciais), aos ritmos de vida e de formas de se viver, com o uso pleno e completo dos momentos e locais.

Segundo Campos, Cavalcante e Antigo (2022), as regiões que são mais globalizadas e, por conseguinte, apresentam maior inserção internacional, possuem reverberações no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Para os autores, não é possível analisar o local sem que se tenha uma compreensão do global, visto que eles são indissociáveis, ou seja, compõem o “mesmo sistema total com múltiplos atores” (CAMPOS; CAVALCANTE; ANTIGO, 2022, p. 63). Contudo, maiores níveis de globalização se relacionam com o desenvolvimento regional e com as desigualdades, já que possui efeitos benéficos (como comércio, integração e participação internacional) e efeitos maléficos como altos custos, desigualdades, insatisfações políticas, por exemplo (CAMPOS; CAVALCANTE; ANTIGO, 2022).

Segundo Teobaldo (2010), a globalização passa a afetar diretamente o espaço urbano, primordialmente na formulação de políticas urbanas. De tal forma, a espetacularização das cidades emerge à superfície, o que acarreta em cidades desconectadas de seus aspectos regionais e/ou com elementos de caracterização regional aplicados em diversos lugares, sem que se garanta condições básicas de sua população.

Sob condições de privação de água, de saneamento, de eletricidade, pouca qualidade de estradas e casas compartilhadas ao extremo, por exemplo, enterra ideias de identidade urbana, de cidadania e de pertencimento (HARVEY, 2012). Maricato (2000) também aponta a questão da exclusão urbanística, caracterizada pela ocupação ilegal do solo urbano, que é ignorada da representação de cidade, além de não ser devidamente analisada em levantamentos, como os do IBGE, de forma que o resultado é “planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns” (MARICATO, 2000, p. 125).

O planejamento urbano, necessário para assegurar justiça social e reposição dos pressupostos ambientais para o assentamento humano (MARICATO, 2000), se pauta por sucessivas apropriações conceituais e de soluções baseadas em problemas gerados por países de centrais na expansão capitalista industrial (MONTE-MÓR, 2008). Contudo, como salienta Maricato (2000), sem planejamento é improvável um futuro urbano melhor e, por isso, a

participação popular tanto nas decisões quanto nas formulações políticas pode cumprir com o distanciamento entre o que é planejado e o que é de fato feito dentro do território.

As desigualdades atuais podem ser percebidas também no acesso à saúde, relacionadas também às condições de reprodução social (LIMONAD; MONTE-MÓR, 2022). Dessa forma, segundo Limonad e Monte-Mór (2022, p. 4-5):

Imaginar alternativas emancipatórias é crucial para abandonar postulados dogmáticos e ideológicos que legitimam a dominação e a exploração sem contemplar as necessidades sociais, impedindo mudanças nos diversos âmbitos da vida social. Exige diferentes relações sociedade-natureza para superar a ruptura imposta pela modernidade europeia ocidental. Assim, o avanço rumo ao urbano-natural clama tanto por justiça social e espacial, como por um contínuo esforço teórico crítico para oferecer algumas respostas possíveis, no vislumbre de um possível futuro urbano-natural, seguindo a trilha aberta por Swyngedouw (1996), Heynen, Kaika e Swyngedouw (2006), Keil *et al.* (1998), Keil e Graham (1998) e Desfor e Keil (2004), entre outros.

Limonad e Monte-Mór (2022), escancarada as diversas desigualdades frente à pandemia da Covid-19, propõem uma nova realidade urbano-natural<sup>17</sup> baseadas em relações justas e alternativas de sociedade-natural com vista à projetos utópicos societais. Nesse caminho, os autores apontam que há de se pensar projetos de emancipação humana que objetivem reforçar a solidariedade social, os movimentos sociais, outras economias e relações sociais de produção e, acima de tudo, outras formas de vida cotidiana que sejam capazes de combater a destrutiva lógica de acumulação capitalista - um projeto aberto e utópico que começa de baixo para cima.

A fórmula urbano-natural compreende os termos: i. urbano; ii. rural e iii. natural. Nessa equação, incluem-se as mediações entre cidade, natureza (transformada e produzida) e campo. Portanto, o urbano-natural implica não uma fusão, tampouco uma síntese, mas sim uma convergência dos três termos, mediados pelo urbano, ou seja, a multiplicidade da forma de se construir e de se relacionar enquanto sociedade mediada pelas cidades (LIMONAD; MONTE-MÓR, 2022).

A proposição de uma melhor qualidade de vida das cidades deve abarcar todas as classes sociais (TEOBALDO, 2010). Desta forma, não interessa a uniformização das cidades, nem a homogeneização das identidades, o que pretende-se é salientar umas das principais características do espaço, segundo Teobaldo (2010), a multiplicidade.

Como foi debatido brevemente, as disparidades entre regiões são mais expressivas. Contudo, isso não exige a existência de disparidades dentro das próprias regiões. Ou seja, “a problemática regional brasileira ultrapassa a antiga dicotomia Sudeste-Nordeste, pois as

---

<sup>17</sup> O conceito é entendido pelos autores como um conjunto de alternativas transformadoras, respaldadas em práticas espaciais, que objetivem a superação da lógica urbano-industrial, a fim de se alcançar uma sociedade equânime e um espaço diferenciado, baseada em pensadores como Lefebvre (1991) e Bloch (2004).

disparidades de renda, emprego, estrutura produtiva, etc., existem em todas as escalas territoriais” (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016, p. 66). De tal forma, pretende-se agora analisar especificamente a região chamada de Sul do Estado de Minas Gerais, a fim de levantar suas características principais, além de sua contextualização, para que então se possa analisar e investigar possíveis disparidades locais no que diz respeito aos indicadores pertinentes ao desenvolvimento e propor o índice que possa transmitir o desenvolvimento da regional Sul Mineira.

Um primeiro passo para tanto, é investigar os trabalhos científicos que possuem pretensões de pesquisa que vão ao encontro desta dissertação. O próximo capítulo recorre, portanto, à revisão de literatura aprofundada sobre o tema.

### 3.2 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS: O QUE TEM SIDO FEITO

Para que fosse possível uma varredura sobre os trabalhos que abordam o desenvolvimento regional e que propõem criação de índices de desenvolvimento, lançou-se mão de uma revisão sistemática da literatura. Para tanto, a pesquisa foi fundamentada pelas bases de dados da *Web of Science (WOS)* e *Scopus*<sup>18</sup>. Para além, foi feita uma filtragem na base de dados da CAPES de teses e dissertações<sup>19</sup> e na base cinzenta do *Scholar Google*.

Feita a primeira análise dos trabalhos, tem-se 16 trabalhos pré selecionados que corroboram com os objetivos desta dissertação. Destes sete se caracterizam como artigos, seis como dissertações e três como teses. A primeira filtragem de trabalhos se deu, após a leitura, pela similaridade tanto de proposta, quanto de metodologia, que puderam corroborar com as etapas desta pesquisa.

Dos 16 trabalhos selecionados: um data de 2017, um de 2019, cinco de 2020, seis de 2021 e três de 2022. Para além, sobre o objeto de estudo de trabalhos que tenham o foco de

---

<sup>18</sup> A *strings* criada pela busca foi: *regional development index*” or “*multiple correspondence*” (respectivamente, índice de desenvolvimento regional ou correspondência múltipla), a fim de identificar trabalhos que tenham como proposta a criação de um índice de desenvolvimento a nível regional ou que tenha utilizado da metodologia de análise de correspondência múltipla, com filtro para o Brasil a partir de trabalhos publicados nos últimos 5 anos. A partir de tal comando, obteve-se 85 artigos na *WOS* e 114 artigos na *Scopus* que, após a eliminação dos trabalhos duplicados.

<sup>19</sup> Para a pesquisa, foram selecionados trabalhos com a palavra chave de “índice de desenvolvimento regional” de 2018 a 2023. A ferramenta de busca da CAPES não possui a opção de selecionar mais que uma palavra chave. Desta forma, foi escolhida a palavra chave que visasse compreender o maior número de trabalhos relacionados ao tema. Como resultado, obteve-se 1.203 trabalhos que, após uma filtragem acerca de similaridade de tema (que teve que ser feita manualmente, com a análise prévia de todos os trabalhos), resumiu-se em 11 trabalhos previamente selecionados, ou seja, sem a análise mais profunda do conteúdo que pudesse ou não contribuir. É de se salientar, contudo, que houveram trabalhos selecionados que possui divulgação restrita de forma a não ser possível sua leitura.

analisar o desenvolvimento regional (que recorta-se para 11), tem-se a análise das localidades de: Amazonia Legal, Tocantins, Mato Grosso do Sul, sudeste do Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, região metropolitana do Cariri, Bico do Papagaio (Tocantins), região Metropolitana de Belo Horizonte, São Bento (Paraíba) e região Norte do Brasil.

Cabe aqui ressaltar, portanto, que não há trabalhos, dentro do recorte investigativo proposto e com a *strings* utilizada, sobre o sul do Estado de Minas Gerais, tampouco dos municípios com amostra representativa na PISM, ou seja, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. O que demonstra uma lacuna de abordagem nessas localidades.

Dentre os 11 trabalhos, há o destaque, por indicar caminhos possíveis para este trabalho, para: o trabalho de Alves e Oliveira (2020) que propõe a criação de um Índice de Desenvolvimento para a região sudeste do Estado do Pará (IDR). Tal índice é composto pelo tripé dos indicadores econômico, social e institucional. Ainda, o trabalho, cujo índice varia de 0 a 1, propõe a divisão em: Avançado (maior ou igual à 0,50), Em Transição (entre 0,10 e 0,49) e Retardatário (menor ou igual à 0,099). Vale ressaltar que Alves e Oliveira (2020) optaram por atribuir maior peso ao indicador econômico (40% do índice), com a justificativa de que é por meio da dinâmica econômica “que as outras dimensões sustentam suas modificações” (ALVES; OLIVEIRA, 2020, p. 519).

Alves e Oliveira (2020) analisaram 38 municípios da região sudeste do Estado do Pará e, com base em dados secundários dos anos 2000 e 2010 na construção do índice, obtiveram como principais resultados que 3 municípios se encontravam em estado de IDR Avançado, caindo para 2 municípios em 2010. Os municípios com IDR em Transição passou de 17 em 2000 para 27 em 2010, ou seja, um incremento de 10 municípios nessa classificação. Por fim, aqueles com IDR Retardatário caíram pela metade de 2000 a 2010, chegando a 9 municípios.

Ainda que a quantidade de municípios com IDR Avançado tenha caído, de forma geral, os municípios desta região melhoraram no intervalo de dez anos. Atualizações na base de dados tornará possível analisar a situação dos 38 municípios após o último Censo de 2010 e, assim, assinalar com mais precisão a situação atual desta localidade.

Já o trabalho de Renzi, Piacenti e Santoyo (2022) busca indicar o nível de desenvolvimento rural dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul a partir de 29 indicadores que culminam no índice que varia de 0 a 1, sendo os níveis de corte como: Muito Alto (maior que dois desvios padrão acima da média), Alto (entre 1 e 2 desvios padrão acima da média), Regular (entre a média e 1 desvio padrão acima da média), Baixo (entre a média e 1 desvio padrão abaixo da média) e Muito Baixo (menor que 1 desvio padrão abaixo da média). Renzi, Piacenti e Santoyo (2022), utilizaram da técnica de análise fatorial para identificar

associações e estruturas existentes, com o uso da Análise de Componentes Principais (ACP) para a extração de dados.

Tem-se que, de 78 municípios estudados, quatro se colocam como Muito Altos no nível de desenvolvimento rural regional (a saber: Laguna Carapã, Maracaju, Aral Moreira e Chapadão do Sul); 7 estão na classificação Alta; 23 como Regular; 33 municípios como Baixo e, por fim, 11 com nível muito baixo de desenvolvimento rural regional (RENZI; PIACENTI; SANTOYO, 2022). De forma geral, percebe-se a predominância de municípios na classificação Baixa (42,31% do total analisado), mas com numerosos municípios também na classificação Regular. Os autores salientam ainda que os municípios do Mato Grosso do Sul possuem um padrão significativamente homogêneo no que diz respeito ao índice de desenvolvimento rural regional.

Há também a contribuição de Oliveira, Piffer e Strassburg (2019), que analisaram o desenvolvimento regional dos 139 municípios que compõem o Estado do Tocantins abarcando variáveis (17, no total), tanto sociais quanto econômicas, comparadas de 2000 a 2010. Os municípios foram classificados de acordo com o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) dividido em Polos (de 1 a 0,1), Intermediários (de 0,099 a 0,050) e Retardatários (abaixo de 0,050). Para além, similarmente ao trabalho de Alves e Oliveira (2020), Oliveira, Piffer e Strassburg (2019) deram maior peso ao indicador econômico (60%) contrapartida ao indicador social (40%), com a explicação, também similar, de que municípios “com melhor situação econômica possui melhores condições para investir em infraestrutura básica, sem contar com a capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social” (OLIVEIRA; PIFFER; STRASSBURG, 2019, p. 7).

Dos 139 municípios analisados do Tocantins, o indicador social é composto, pela base de dados de 2010, por 9 municípios Polos, 78 Intermediários e 52 Retardatários. Ainda que se tenha um número considerável de municípios Retardatários, os autores apontam uma melhora em relação à base de dados de 2000. Já no que se refere ao indicador econômico, tem-se 3 municípios como Polos, 3 como Intermediários e 133 Retardatários. A grande quantidade de Retardatários chama atenção, primordialmente se comparado à 2000: de forma geral, aumentou-se os municípios dessa classificação após 10 anos.

Já no que se refere ao IDR como um todo, ou seja, com a contribuição dos indicadores sociais e econômicos, houve aumento da quantidade de municípios considerados Polos (de 15 em 2000 para 16 em 2010) e aqueles considerados Intermediários (de 34 para 82). Além disso, há também queda na quantidade de municípios considerados Retardatários que passou de 90 em 2000 para 41 em 2010.

De forma geral, Oliveira, Piffer e Strassburg (2019) apontam que os melhores resultados do indicador social foram percebidos no aumento nos gastos na educação, saúde, número médio de estudos, abastecimento com água encanada, esgoto e redução da taxa de pessoas pobres. Já no indicador econômico, ressalta-se as variáveis de PIB dos municípios, emprego formal e arrecadação do ICMS e IPVA.

O artigo de Lima *et al.* (2021), que indica variedade de abordagens no cálculo de índices que visam a investigação do desenvolvimento regional, buscou mensurar a sustentabilidade na região metropolitana do Cariri, Ceará, composta por nove municípios. Para tanto, os autores criam um índice, pautado nas variáveis analisadas, que varia de 0 a 1, com a classificação em: Ideal (de 0,7501 a 1), Aceitável (de 0,5001 a 0,7500), Alerta (de 0,2501 a 0,5000) e Crítica (de 0 a 0,2500). Salienta-se que tal artigo é baseado em uma pesquisa documental e bibliográfica, visando a aquisição de dados secundários pertinentes ao tema, que obteve variedade tanto em relação à base dados quanto ao ano de referência das variáveis.

O índice proposto é composto por indicadores que se consolidam nas dimensões Sociais, Ambientais e Econômicos. Na dimensão Social, 2 indicadores se colocam no recorte Crítico, 12 em Aceitável, 7 em Alerta e 2 como Ideal, sendo a média da dimensão considerada Aceitável. Aqui, pode-se tirar que os indicadores críticos que devem melhorar urgentemente são população total em domicílios particulares permanentes e número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Já na dimensão Ambiental, os indicadores se colocam em situação pior que na Dimensão Social. Aqui, tem-se 1 indicador Crítico, 6 em Alerta, 3 em situação Aceitável e 1 Ideal. Ademais, nessa dimensão, a média é considerada em Alerta e o indicador com piores resultados diz respeito à área de lavoura permanente.

No que se refere a dimensão Econômica, 2 indicadores se encontram em situação Crítica, a saber: PIB a preços correntes e Finanças municipais. Já em situação de Alerta, há também 2 indicadores; 3 Aceitáveis e 1 Ideal. Para além, ressalta-se que a média da dimensão é considerada em Alerta e, mais preocupante ainda, possui a menor média dentre o tripé analisado, o que pode sinalizar para uma urgência na melhora desta dimensão.

Por fim, em relação a situação dos 9 municípios analisados, nenhum se encontra em situação Ideal (ou seja, com índice acima de 0,7501). Já na situação Aceitável, tem-se os municípios de Missão Velha, Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, este último com o maior índice alcançado de 0,647. Na situação de Alerta, encontram-se os municípios de Jardim, Nova Olinda, Farias Brito e Caririaçu. Por último e em situação Crítica, há o município de Santana do Cariri, com um índice médio de apenas 0,232.

Com uma bagagem teórica do que vem sendo feito no que se refere à criação de índices de desenvolvimento, resta agora, antes de finalmente aplicar a metodologia à base de dados, caracterizar a região objeto deste estudo: o Sul de Minas Gerais. Ainda, um resultado importante da revisão é de que não há trabalhos no que se refere à Minas Gerais, com exceção de uma dissertação que investigou o desenvolvimento humano e a segregação socioespacial na região Metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte. Tal resultado reflete a importância deste trabalho. Para tanto, o próximo capítulo abordará sobre os principais aspectos da região e sua inserção em contexto estadual.

### 3.3 O SUL DE MINAS GERAIS

Como percebido nos capítulos anteriores, as cidades<sup>20</sup> tem passado por momentos que diferenciam sua composição e seus aspectos primordiais. Sposito (2007), sucinta que a reestruturação produtiva que as cidades têm recentemente passado possui consequências como o aumento das disparidades socioespaciais, reforçadas por dinâmicas de segregação que são, em muitas vezes, herdadas do passado e, em poucos casos, por processos de estruturação recentes de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SPOSITO, 2007).

O Estado de Minas Gerais conta com o maior número de municípios do Brasil. A grandeza de características, seja geográficas, sociais e econômicas, além de culturais, são, de tal forma, irrefutável. De acordo com Simões (2016), Minas Gerais é a maior província minerária do Brasil, possuindo no setor de exploração e exportação de minérios a maior fonte de geração de produto. Houve ainda a partir dos anos 1970 o adensamento da indústria de transformação, com um complexo industrial minero-metal-mecânico e das cadeias produtivas agroindustriais, de papel e celulose e de químicos não carboquímicos, com certo destaque para o setor automobilístico (SIMÕES, 2016).

Do ponto de vista do setor primário, o Estado possui um dos mais importantes setores agropecuários do Brasil, “dinâmico em sua inserção nos mercados interno e externo, e com desafios e com desafios de inclusão que passam precipuamente pela agricultura familiar e por uma nova configuração fundiária” (SIMÕES, 2016, p. 1285). Já referente ao terceiro setor, Simões (2016) aponta uma situação preocupante. Para o autor, as interconexões urbanas

---

<sup>20</sup> Cidades e municípios são utilizados neste trabalho como sinônimos. Isso porque, no Brasil, “a sede de cada município é reconhecida como uma cidade, sendo que ela possui, obrigatoriamente, o mesmo nome do município. Assim, cada município brasileiro tem, necessariamente, uma cidade” (FERNANDES, 2018, p. 15).

dísparos prejudicam o Estado em uma consolidação no setor, ainda que esteja localizado em região importante no país, que só podem ser resolvidos com qualificação de espaços urbanos dependentes do crescimento e da inclusão, além do próprio desenvolvimento (SIMÕES, 2016).

Nesse sentido, Vieira (2019) também aponta o aprofundamento da crise da economia mineira após a expansão dos anos 1970 - baixo dinamismo econômico e crescimento abaixo da média nacional nas duas últimas décadas -, onde se percebe a especialização e processo de primarização da estrutura industrial. Ou seja, diminuí-se atividades ligadas à indústria de transformação e aumenta-se as atividades extrativas e siderúrgicas e minero-metalúrgicas. Isto posto, Vieira (2019) sugere que Minas passou por um ponto de inflexão de sua economia a partir das décadas de 1980 e 90 que desemboca na crise mineira associada ao cenário do país, mas também à decisões adotadas no passado que objetivaram construir um novo padrão institucional de desenvolvimento para Minas Gerais, Estado com maior número de municípios e de grande variedade regional: “no qual o Estado teria seu papel de promotor e orientador do crescimento econômico e da modernização produtiva esvaziado em favor de um maior protagonismo e autonomia das forças hegemônicas do mercado” (VIEIRA, 2019, p. 278).

No que tange a questões econômicas, salienta-se o trabalho de Campos *et al.* (2016), que pontua que a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, destaca-se pela produção industrial (incluindo a indústria de transformação), mineração, construção civil e possuir o setor terciário (categoria que abarca comércios e serviços) mais dinâmico e desenvolvido do estado mineiro. Já no que se refere à região Sul de Minas Gerais, destacada pelas atividades vinculadas ao café, à pecuária leiteira e a indústria de transformação, segue, juntamente com o Triângulo Mineiro, a região central no que se refere à importância econômica de Minas Gerais, além da influência da economia paulista na região (CAMPOS *et al.*, 2016).

Ainda, é possível observar pelo trabalho de Campos, Cavalcante e Antigo (2022) que o Índice de Globalização Regional (IRG)<sup>21</sup> de Minas Gerais avançou de 2,84 em 2001 para 3,54 em 2014. Já no que tange ao mercado de trabalho, segundo Campos *et al.* (2016), Minas Gerais, bem como tantos outros Estados e localidades, possui em seu mercado de trabalho discriminação perceptível por modelos econométricos. Tal discriminação escorre tanto para gênero quanto para cor, sendo a primeira mais significativa do que a segunda. Outra constatação do trabalho feito pelos autores é de que a probabilidade de um indivíduo, residente do Estado

---

<sup>21</sup> O Índice de Globalização Regional (IRG) proposto pelos autores incorpora 16 variáveis que compõem as dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas por meio de Análise de Componentes Principais, com vistas à criação de um índice multidimensional que possa exprimir os Estados mais e menos globalizados, além de servir de base para a aplicação de políticas públicas que melhorem o intercâmbio internacional e de valorização dos aspectos regionais.

mineiro, estar ocupado é maior, caso a taxa de urbanização da microrregião em que está inserido e a densidade de serviços modernos forem maiores.

Tal afirmação corrobora com a teoria de que o desenvolvimento, em sentido amplo, é benéfico para diversos segmentos da sociedade (SEN, 2010), de forma que “quanto mais desenvolvida for uma região, por meio da taxa de urbanização e da densidade de serviços modernos, maior é a probabilidade de os indivíduos estarem ocupados no mercado de trabalho” (CAMPOS *et al.*, 2016, p. 93), já que tais atributos influenciam positivamente as atividades desenvolvidas em cada microrregião. No que concerne à educação, é apontado pelos autores que indivíduos mais escolarizados apresentam maior facilidade na busca de emprego em Minas Gerais, o que vai ao encontro do movimento quase geral de busca de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Recorta-se agora o que é chamado de Sul de Minas Gerais, objeto de estudo deste trabalho, para levantar, ainda que brevemente, os principais aspectos que unem os municípios nesta classificação. Ademais, como salienta Fernandes (2018, p. 14), “o urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades” e o Sul de Minas é exemplo disso.

O Estado de Minas Gerais possui 853 municípios, o maior do Brasil em quantidade, com 477 municípios com população menor que 10 mil habitantes (ALVES, 2023). Um outro recorte é que há em Minas Gerais 731 municípios com até 30 mil habitantes, de acordo com estimativas populacionais de 2021 feitas pelo IBGE. Ainda, de acordo com Alves (2023), o Sul de Minas Gerais possui 162 municípios que abarcam as regiões intermediárias<sup>22</sup> de Varginha e Pouso Alegre (conforme a última divisão regional do IBGE). Desses 162 municípios, somente 5 possuem mais de 100 mil habitantes, com Poços de Caldas na dianteira, 7 municípios têm entre 50 a 10 mil habitantes, 25 com população de 20 a 50 mil habitantes e o restante (125) com uma população menor que 20 mil habitantes. Fica claro, desta forma, a predominância das chamadas pequenas municípios na região do Sul de Minas.

A região Sul Mineira corrobora com a realidade urbana brasileira de, no mínimo, 60% de cidades pequenas (FERNANDES, 2018). A região é, portanto, uma região não-metropolitana e sem cidades consideradas grandes, com uma centralidade e hierarquia compartilhada, o que corrobora na importância das pequenas cidades predominantes na região e seus estudos no conjunto da rede urbana regional, haja vista que quase 50% da população residente em município com menos de 30 mil habitantes, próximo do dobro da média nacional

---

<sup>22</sup> Regiões Intermediárias organizam as Regiões Imediatas - que correspondem às áreas de centros urbanos próximos da satisfação de necessidades imediatas como emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos - no território a partir de uma região que oferece serviços mais complexos como serviços médicos especializados ou grandes universidades.

e 18% mais que a média do Estado mineiro (ANDRADE; ALVES, 2021). Ademais, a tradição rural e os costumes são característicos da região, como se pode observar no trabalho de Oliveira e Pimenta (2019) ao analisar a cidade mineira de Itajubá.

Salienta-se que, no que tange às pequenas cidades, é necessário compreender que elas não estão isoladas e/ou fixas na rede urbana brasileira, de forma que elas compõem na rede, ou seja, estão tanto inseridas quanto articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas e globais, visto que estão incorporadas à dinâmica capitalista e, segundo Fernandes (2018, p. 14) “fazem parte e são influenciadas pela globalização” de forma que sofrem as consequências e as desigualdades desse processo. Tal consideração corrobora com a afirmação de remodelamento das cidades no que diz respeito à sua “especialização” produtiva, como o caso do café no Sul de Minas.

No quesito econômico, como já dito anteriormente, o Sul de Minas possui forte destaque no que se refere à produção e exportação de café, sendo esta responsável pela produção de cerca de 25% do volume total do país de café (IBGE, 2017). Tal atividade é, segundo Melo e Silva (2023), importante para os setores industriais, comerciais e de serviços, visto que o atendimento à demanda do café pede indústria e serviço especializados, que estão inseridos na região.

Ademais, Alves (2023) aponta que 38 municípios da região Sul Mineira tiveram redução populacional entre 2001 e 2020, o que sinaliza a redução absoluta populacional decorrente ou da migração, ou baixa natalidade, ou aumento da mortalidade ou o conjunto destes fatores. Segundo o mesmo autor, destes 38 municípios, 14 possuem até 5 mil habitantes e outros 14 estão com população de 5 a 10 mil habitantes e outros 2 municípios com população entre 20 a 30 mil habitantes também tiveram redução de sua população.

Andrade (2018) indica que historicamente a rede urbana do Sul de Minas Gerais é estruturada em cidades médias, como Alfenas, Lavras, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha, que são, juntamente com a cidade Passos, as de maior importância econômica, além de serem as mais populosas, e a de maior hierarquia na rede urbana regional. Salienta-se, ainda, que os municípios de Varginha e de Pouso Alegre são considerados de maior influência e centralidade na região Sul Mineira. Da região Intermediária de Varginha, 44% dos municípios possuem uma população menor que 10 mil habitantes; 55% estavam na faixa de 10 e 50 mil habitantes; 1% possui população maior que 50 mil.

É perceptível a predominância de municípios considerados pequenos na região. Sobre cidades pequenas (ou pequenas cidades), Sposito e Silva (2013) apontam que elas são distintas entre si, já que o contexto e realidade urbana possui especificidades, relacionando-se (ou não) ao porte demográfico, territorial, econômico, estrutura intraurbana, rede urbana regional e sistema urbano nacional. Ademais, a categorização como pequenas, médias ou grandes é

respaldada, em grande medida, à demografia do município, ainda que seja defendido que este critério não seja o único analisado (SPOSITO; SILVA, 2013).

No tocante aos critérios de categorização das cidades, Melo e Silva (2023) apresentam que as cidades pequenas são marcadas pelas relações rural-urbano e campo-cidade, com extensa variedade de formações socioespaciais e particularidades referentes “à gênese de cada espaço urbano” (MELO; SILVA, 2023, p. 221). Ademais, os autores sinalizam a necessidade de um mínimo de funções urbanas das cidades pequenas que atenda sua população, com, mais uma vez, a atividade econômica liderando, na maior parte das vezes, as interações espaciais dessas cidades em múltiplas escalas (MELO; SILVA, 2023).

Em suma, a definição de pequena cidade abrange aspectos complexos para além de tão somente o contingente populacional (ALVES, 2023). Como apontado por Fernandes (2018, p. 21) “a conceituação das pequenas cidades, perpassa, concomitantemente, por abordagens quantitativas (os patamares mínimos e máximos de habitantes) e qualitativas (as relações de influência na rede urbana e a formação socioespacial das regiões”. Os contextos regionais, portanto, “podem dar uma centralidade ao uma cidade de 30 mil habitantes, e que abranja interações com os municípios próximos, ao mesmo tempo, é importante entender a rede urbana regional no qual está inserida a cidade” (ALVES, 2023, p. 9), além de compreender as funções socioeconômicas do lugar e sua organização e as interações espaciais que integram tal cidade, suas redes urbanas e técnicas.

Para Corrêa (2011, p. 6-7):

a pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa [espacialmente no território] dedicada sobretudo às atividades agrárias.

Já Elias (2022) oferece contribuição na temática ao abordar o que se chama de cidades do agronegócio. Para a autora, as cidades do agronegócio “são aquelas capazes de oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, de logísticas e de mão de obra para o agronegócio” (ELIAS, 2022, p. 109). Ou seja, são espaços urbanos não metropolitanos, que ocupam grande extensão territorial com estrutura produtiva especializada, como o café na região Sul Mineira. Desta forma, sendo boa parte dos municípios dessa região considerados cidades do agronegócio, salienta-se que possuem níveis distintos de urbanização, que constituem nós fundamentais na rede de relações tanto econômicas e sociais quanto políticas, territoriais e de logística para essa produção especializada.

Milton Santos (1979) debruçou-se com profundidade no que tange à conceituação de cidades. Em sua visão, existem cidades locais as quais precisam ser compreendidas inseridas no contexto urbano, ou seja, analisadas à luz da conexão de cidades regionais e metropolitanas. Desta forma, as cidades locais correspondem ao conjunto que é capaz de atender as necessidades mínimas das pessoas locais, como serviços públicos seja de saúde, educação, segurança ou transporte, seja de geração de renda, moradia e alimentação (SANTOS, 1979).

O ideal, dada a presença primordial de cidades pequenas/cidades do agronegócio/cidades locais, seria a análise do “significado, papel e as funções dessas cidades no contexto geográfico regional” (ALVES, 2023, p. 9-10). Contudo, como o trabalho objetiva a análise da região Sul Mineira como um todo, ficará a cargo de trabalhos futuros esmiuçar a função de cada uma delas, primordialmente aquelas que possuem grande importância na região. Ainda assim, por ser composta por cidades pequenas, é importante compreender as relações do espaço rural nos componentes ambientais, econômicos, políticos, sociais e culturais.

Preocupada em responder a indagação feita por Soares (2003) sobre quais políticas públicas destinam-se às pequenas aglomerações urbanas, visto que elas apresentam problemas como o processo de favelamento e acentuada desigualdade, por exemplo, é que lança-se mão da análise do desenvolvimento dos municípios Sul Mineiros. Desenvolvimento esse que deve criar, de acordo com Simões (2016) complexos integrados e complementares, além de sistemas orgânicos de nível multiescalar, com o objetivo de “usufruir de economias de escala e de escopo e, mais importante, proporcionar maior e melhor qualidade de vida à população de MG” (SIMÕES, 2016, p. 1286). Para tanto, contudo, primeiro é necessário detalhar os aspectos metodológicos que fizeram a análise ser construída.

## 4 METODOLOGIA

Neste capítulo, que versará sobre os aspectos metodológicos aplicados neste trabalho, serão apresentadas as metodologias aplicadas à pesquisa A Identidade Sul Mineira (PISM) visto que é ela que oferece a base de dados à qual o trabalho se debruçou a fim de propor um índice de desenvolvimento da e para a Região Sul de Minas Gerais no ano de 2022. A metodologia aplicada se sustentou na Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). De tal forma, a primeira parte do capítulo irá discorrer sobre a base de dados da pesquisa, seu respectivo aval ético, as estatísticas descritivas que apontará quais variáveis foram utilizadas e como foram e, por fim, as etapas de padronização e ajustes para a criação do índice de desenvolvimento do Sul de Minas Gerais para o ano de 2022.

### 4.1 BASE DE DADOS

Este é um estudo de corte transversal de natureza quantitativa, com utilização dos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul-Mineira: diagnóstico cultural, social, político e econômico do Sul de Minas Gerais (PISM, 2022). A pesquisa é uma iniciativa da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), com campus sede em Alfenas, e campus avançado em Varginha e Poços de Caldas.

O principal objetivo da pesquisa PISM é compreender e sinalizar a identidade da população do Sul de Minas de maneira multidimensional, ou seja, abarcando diversos setores da sociedade. Parte-se das percepções individuais sobre questões culturais, sociais, econômicas e políticas, para propor uma compreensão macroestrutural da região.

Para compreender o conceito de identidade<sup>23</sup>, é preciso ressaltar que o termo possui diversos significados. Entre eles o de ser entendida como o modo pelo qual os indivíduos se enxergam dentro de uma determinada sociedade que estão inseridos e a qual enxergam os outros em relação a eles próprios (BRADLEY, 1996); ou como o modo não só como a pessoa compreende sua relação com todo o resto, mas também como essa relação é construída, seja através do tempo, seja através do espaço, com o entendimento das opções futuras (NORTON; TOOHEY, 2011).

De forma geral, portanto, pode-se entender a identidade como um conjunto de características que diferenciam pessoas ou regiões das demais, ao passo que se assemelha com

---

<sup>23</sup> O debate acerca do termo “identidade” pode ser melhor compreendida no trabalho de Tilio (2009).

outras. Além disso, a identidade é, como aponta Bauman (2021), fluída, ou seja, está em constante construção e reconstrução.

É a partir de tais conceitos que PISM objetiva especificamente: I) Realizar um levantamento do perfil da população do Sul de Minas, observando as dimensões cultural, social, econômica e política; II) Apresentar o processo histórico de formação socioespacial dos municípios da região; III) Projetar o perfil comportamental da população nas dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas; IV) Descrever o impacto das mídias sociais nas escolhas da população nos aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos do Sul de Minas Gerais; V) Aprender a percepção da população no concerne às políticas públicas direcionadas à educação, desenvolvimento e assistência social, desenvolvimento econômico, cultural, saúde, respeito e direitos humanos, mobilidade urbana, segurança pública e meio ambiente da região; VI) Produzir avaliações sobre os impactos das políticas públicas aplicadas na região.

No que tange aos métodos da pesquisa, foram realizadas, no total, 1320 (mil e trezentas e vinte) entrevistas domiciliares, sendo as amostras das cidades de Alfenas, Varginha e Poços de Caldas construídas de forma representativa para análises individuais. Ademais, a pesquisa possui representatividade de idade, sexo e renda. Já a margem de erro desta pesquisa é de 2,7%, calculada com base em uma amostra de tamanho finito, ao nível de 95% de confiança. Ressalta-se, ainda, que a aplicação da pesquisa foi de responsabilidade de uma empresa contratada.

A pesquisa foi realizada entre os dias 14 de maio a 11 de junho de 2022, por meio de coleta domiciliar em 20 (dos 162 totais) cidades do Sul de Minas Gerais selecionadas na amostra, com representatividade de sexo, idade e renda. Os 20 municípios de aplicação são: Alfenas, Arceburgo, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Conceição de Aparecida, Cristina, Cruzília, Cristais, Ilícinea, Ipuiúna, Jacuí, Paraisópolis, Piranguinhi, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Pratápolis, Santa Rita de Caldas, Santo Antônio do Amparo, Três Corações e Varginha.

O tamanho da amostra de cada um dos municípios foi calculado de forma não proporcional à população, com o objetivo de determinar um número mínimo de entrevistas nos municípios de Alfenas, Varginha e Poços de Caldas, para que houvesse a representatividade de tais cidades. Para corrigir a desproporcionalidade da amostra concebida de 1.320 entrevistados, foram utilizados pesos.

A pesquisa pauta-se na metodologia quantitativa *survey*. O método busca, em linhas gerais, a obtenção de dados e/ou informações acerca de características, opiniões ou ações de um grupo de pessoas como representante de uma população, mediante um instrumento de pesquisa que, normalmente, é um questionário (FREITAS, 2000) - como é o caso da pesquisa em questão. Ademais, para se investigar uma localidade de modo aprofundado, neste caso a

região Sul Mineira, “é preciso construir a consciência da cidade real com as demandas populares” (MARICATO, 2000, p. 168), logo, é coerente aplicar metodologias que busquem explicitar as demandas, desejos e necessidades da população, como o survey.

Ademais, para consolidar os municípios abarcados na pesquisa, é importante conhecer e reconhecer sua divisão geográfica. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal órgão responsável por pesquisas de âmbito geográfico e populacional, passou a dividir as regiões em Imediatas e Intermediárias a partir de 2017. Portanto, a partir desse ano, as regiões não são mais classificadas em Microrregiões e Mesorregiões.

Segundo o IBGE (2017), as Regiões Imediatas referem-se a regiões que possuem a rede urbana como seu principal elemento de referência. Desta forma, são regiões cujas estruturas se dão a partir de centros urbanos próximos que possam atender as necessidades imediatas das populações - como a possibilidade de compra de bens, trabalho, saúde, educação e prestação de serviços públicos.

Já as Regiões Intermediárias dizem respeito a uma escala, como o nome diz, intermediária entre as Unidades da Federação (UF) e as Regiões Imediatas. O IBGE deu preferência na delimitação das Regiões Intermediárias com a inclusão de metrópoles ou capitais regionais, ainda que em alguns casos, tenha sido utilizado centros urbanos menores por não possuírem metrópoles ou capitais regionais (IBGE, 2017). Portanto, as Regiões Intermediárias, segundo o IBGE (2017, p. 20), “organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade”.

## 4.2 ASPECTOS ÉTICOS

No que tange aos aspectos éticos que devem ser atendidos mediante pesquisa com amostra populacional, a PISM atende tais requisitos, que passaram pelo comitê de ética da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e atenderam à resolução número 674 de 6 de maio de 2022 da (BRASIL, 2022) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) acerca de pesquisas com seres humanos. Ademais, o número do parecer consubstanciado do CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) referente à pesquisa em questão é 4.570.165 e pode ser visto no Anexo C, ao final do trabalho.

#### 4.3 ESCOLHA DAS VARIÁVEIS PARA COMPOR O ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO

Em acordo com a multidimensionalidade do desenvolvimento (debatido nos capítulos 1 e 2), buscou-se analisar segmentos que pudessem transparecer o desenvolvimento regional do Sul de Minas Gerais. Para tanto, as variáveis escolhidas, dentro da base de dados, para representar os indicadores sintéticos de desenvolvimento foram agrupadas da seguinte forma: Saúde, Educação, Renda e Trabalho, Respeito e Discriminação, Voz Política e Credibilidade nas Instituições, Igualdade Social, Habitação, Infraestrutura, Água e Segurança, Lazer e Cultura, Comunicação e Geográfico. Essas dimensões foram escolhidas conforme a disponibilidade de dados e a literatura sobre o tema. Aqui, portanto, será explicado e justificado as escolhas das variáveis bem como suas respectivas justificativas, seguindo a ordem dos segmentos apresentados compilados no Apêndice B com a descrição das variáveis e opções originais, bem como o recorte feito para transformá-las em variáveis categóricas.

No que tange à Saúde, fundamental para vida humana, foram selecionadas todas as variáveis que poderiam representar a qualidade da saúde do município somadas ao acesso a plano de saúde, entendendo que essa situação pode ocasionar um desafio no sistema público de saúde para as pessoas que precisam usufruir do serviço. Para tanto, foram escolhidas as variáveis: i. Considera os postos de saúde e hospitais, ao menos, bons, com resultado 2 para aquelas respostas que assinalaram a avaliação bom ou ótimo; ii. Possui plano de Saúde e iii. Trata-se no município, com resultado 2 para respostas afirmativas.

Quanto à Educação, que segundo Sachs (2004) é essencial para o desenvolvimento, dado sua contribuição para o despertar cultural, conscientização, entendimento dos direitos humanos, aumento de autonomia, autoconfiança e autoestima, foram selecionadas cinco variáveis que poderiam revelar o nível educacional do respondente e a avaliação das diversas etapas educacionais, a saber: i. Abandonou a escola ao menos uma vez ou não a frequentou, a fim de captar a frequência escolar dos respondentes; ii. Concluiu pelo menos o ensino fundamental, que teve como nível de corte o ensino fundamental com vistas à meta 4.1. do objetivo 4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); e as avaliações referentes a: iii. Avalia as creches e escolas públicas pelo menos como boas; iv. Avalia as universidades da região pelo menos como boas e v. Avalia os institutos federais de educação técnica pelo menos como bons, como o resultado 2 para as respostas que, como o nome sugere, assinala para bom ou ótimo.

Dados do Censo de Educação Superior (CENSUP, 2017) revelam que o Estado de Minas Gerais é o primeiro em número de universidades federais (com 11, no total). Dessas, se

encontram no Sul de Minas a Universidade Federal de Alfenas, a Universidade Federal de Lavras e a Universidade Federal de Itajubá, sem contar campus da Universidade Estadual de Minas Gerais e os Institutos Federais e de educação técnica, como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) e os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET).

No componente de Renda e Trabalho optou-se por incorporar variáveis que sinalizassem a pobreza, a pobreza extrema, a renda mensal do trabalho, a dificuldade ou não de pagamento de despesas, o desemprego, a condição de trabalho com carteira assinada, a necessidade de assistência de programas sociais e a renda das mulheres. Ressalta-se que o caráter da base de dados era múltiplo e, portanto, não se pôde investigar profundamente questões relacionadas à ocupação e trabalho, mas que foram analisadas todas as variáveis que pudessem dar suporte à essa investigação, visto que a renda é importante dimensão do desenvolvimento, ainda que não seja a única nem a principal (SEN, 2010).

Já que a renda tem de ser integrada a um quadro amplo de desenvolvimento (SEN, 2010), o componente de Renda e Trabalho contou com os seguintes indicadores i. Pobreza; ii. Pobreza Extrema; iii. Renda mensal advinda do trabalho ou aposentadoria maior que um salário mínimo; iv. O pagamento das despesas da casa é, ao menos, nem fácil nem difícil; v. Pessoas que autodeclararam estar em condição de desemprego; vi. Pessoas fora da força de trabalho; vii. Aposentados; viii. Trabalho com carteira assinada ou funcionário público ou militar ou profissional liberal, com renda maior do que um salário mínimo ou é empregador; ix. Necessidade de programas sociais e x. Renda das mulheres maior que um salário mínimo.

É de se ressaltar que a necessidade de programas sociais foi construída através da análise dos indivíduos que recebem o Bolsa Família/Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outro Benefício de outro programa social de transferência de renda, além do recebimento de outros benefícios, mas com uma renda *per capita* menor do que a linha da pobreza explicada a seguir.

Os indicadores de Pobreza e de Extrema Pobreza foram construídos com base nas linhas<sup>24</sup> que o Banco Mundial oferece para essa investigação. A linha de pobreza em 2022 foi US\$ 6,85 por dia, resultando em US\$ 208,377 mensais e a linha de extrema pobreza em 2022

---

<sup>24</sup> O conceito de linha de pobreza é um conceito que visa estabelecer um nível de corte para uma população ser considerada, neste caso, pobre ou não. Normalmente as principais linhas utilizadas são provenientes de instituições mundiais, como o caso da linha do Banco Mundial.

foi de US\$ 2,15 por dia, próximo de US\$ 65,403 por mês (THE WORLD BANK, 2023)<sup>25</sup>. Para converter o dólar em real, foi utilizado da Paridade do Poder de Compra (PPC) que, em linhas gerais, discorre sobre uma taxa de câmbio entre moedas que seja capaz de igualar os preços de uma cesta de consumo idêntica entre regiões, também calculada e divulgada pelo Banco Mundial.

Assim sendo, a linha da pobreza para o ano de 2022 foi de R\$533,54 mensais *per capita*. Já no que se refere à linha de extrema pobreza, o resultado foi de R\$167,43 mensais *per capita*. Para a obtenção destes indicadores, a renda total domiciliar foi dividida pelo número de pessoas que moram na casa, ou seja, foi criada uma variável referente à renda familiar *per capita*.

Sobre o segmento de Respeito e Discriminação, segundo o dicionário Oxford Languages (2023), respeito significa: 1) ato ou efeito de respeitar(-se); 2) consideração, deferência, reverência. Portanto, não ser tratado com respeito significa que, em algum momento, não se recebe o tratamento mínimo de consideração ou cortesia. Compreendendo que não ser tratado com respeito e/ou sofrer algum tipo de discriminação é uma barreira à expansão das capacitações (SEN, 2010), procurou-se analisar se a população investigada declarou ter sofrido algum tipo de privação de capacidades no sentido discriminatório. Para tanto, para as variáveis de i: Você é tratado com menos respeito, ii: Policiais, vigias e seguranças te tratam como uma pessoa suspeita e iii: Você, mulher, é tratada com menos respeito foi estabelecido o nível de corte de ainda que raramente, já que entende-se que qualquer frequência desses ataques é grave. Ademais, as variáveis de vítima de discriminação nos últimos 6 meses (resposta geral e resposta de mulheres) e presenciou discriminação também foram abarcadas.

Partindo da ideia de Sen (2010, p. 30) de que “o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos”, investigou-se a confiança da população frente às instituições democráticas e políticas, já que configuram peça fundamental para o entendimento de desenvolvimento. Para tanto, foi considerado um nível de corte de, pelo menos, alguma confiança depositada nas instituições que foram investigadas - todas adicionadas ao componente de Voz Política e Credibilidade das Instituições.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (2022), as privações persistentes atreladas às desigualdades tornam-se ainda mais complexa a plenitude do desenvolvimento humano. O modo como as desigualdades e as incertezas contribuem para a insegurança,

---

<sup>25</sup> O Banco Mundial divulga anualmente os valores de linha de pobreza e de extrema pobreza, bem como o de Paridade do Poder de Compra. A referência completa se encontra na lista de referências bibliográficas ao final do trabalho.

contudo, não tem sido devidamente analisada (RDH, 2022). Desta forma, cabe analisar também as questões referentes à Igualdade Social, com a investigação de cotas e avaliação dos centros de referência, Bolsa Família e Auxílio emergencial (com nível de corte de ao menos bons) e de questões sobre Habitação, Infraestrutura, Segurança e Água, que versa diretamente com a qualidade de vida urbana e direito à cidade (HARVEY, 2012), configurando-se como mais um componente do desenvolvimento múltiplo proposto.

Frente ao déficit habitacional percebido no Estado de Minas Gerais, que, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP) chegou a 496.484 em 2019, seja por habitação precária, seja por coabitação ou ônus excessivo com aluguel, buscou-se analisar questões habitacionais, de infraestrutura, água e segurança, compostas no indicador de mesmo nome. Integra-se a esse componente a investigação de possuir (condição considerada positiva) ou não imóvel próprio e as avaliações do: i. Policiamento; ii. Programa Minha Casa Minha Vida; iii. Fornecimento e abastecimento de água; iv. Coleta de lixo e conservação das ruas; v. Praças, quadras e parques; vi. Transporte urbano público e vii. Iluminação pública. Ressalta-se que o nível de corte de tais avaliações foi de pelo menos bons.

Partindo da interpretação de lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura (GOMES, 2014), é importante analisá-lo como componente do desenvolvimento. De tal forma, tem-se a investigação de frequência acerca de shows, concertos, exposições de arte, espetáculos (seja de teatro, seja de dança), lugar, edificação ou monumentos histórico-culturais e parques, praças, espaços públicos e cachoeiras.

A Comunicação, por sua vez, além de se mostrar como uma forma de se expressar, exprime pensamentos, desejos, posicionamentos e interação com o mundo a seu redor (SEN, 2010). Nesse sentido, buscou-se analisar o que pode compor tal segmento, inerente ao desenvolvimento e à expansão das capacitações individuais. O modo que foi possível analisá-la, contudo, ficou restrito à utilização e avaliação de sinais de celular, televisão e internet. Ainda assim, tais meios são, segundo o IBGE (2022), os principais instrumentos de acesso à internet, com o cobertura da rede em 90% dos domicílios brasileiros.

Para que se pudesse localizar os municípios (ao menos aqueles com amostra representativa) nos gráficos e mapas do desenvolvimento que serão exibidos futuramente, foi criado o Geográfico que compõe os municípios de Alfenas, Varginha e Poços de Caldas. Portanto, tal componente não é um indicador do desenvolvimento. É apenas um localizador das regiões representativas.

As variáveis que representam essas dimensões do desenvolvimento estão apresentadas no Apêndice A. Elas são importantes porque representam aspectos que, se não atendidos,

limitam a vida dos seres humanos de forma geral, mas principalmente ao que tange ao desenvolvimento, no sentido de expansão das liberdades substantivas e das capacitações individuais.

Ressalta-se que foram realizadas estatísticas descritivas das variáveis, que passaram por análise de média, desvio padrão, coeficiente de variação e frequência (conforme a natureza das variáveis, isto é, discretas ou contínuas), além da análise de resultados extremos que foram reescritos como resultados ausentes (*missing values*). Ao todo, foram analisadas 54 variáveis separadas, como dito anteriormente, em que 48 estão alocadas em 10 componentes pertinentes ao desenvolvimento da região (com exceção do componente geográfico que foi criado para analisar como estão os municípios representativos diante dos indicadores de desenvolvimento).

#### 4.4 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS

As técnicas exploratórias de dados, mais especificamente a análise de correspondência (AC), seja ela simples ou múltipla, são adequadas para trabalhar com variáveis que contenham dados categóricos, ou seja, variáveis qualitativas, com a finalidade de investigar a associação entre elas e entre suas categorias (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

De acordo com Hair *et al.* (2009), a análise de correspondência pode ser usada com dados nominais ao invés de métricas de cada objeto, já que permite um uso em muitas situações nas quais as técnicas multivariadas mais tradicionais não são adequadas. Além disso, os autores apontam que a AC propicia a criação de mapas perceptuais em um único plano, o quais as variáveis e objetos são representados com base na associação, sendo as relações entre objetos e variáveis a finalidade explícita da AC.

Segundo Asselin e Vu Tuan (2008), a Análise de Correspondência Múltipla (ACM ou MCA, na sigla em inglês) constitui-se na exploração da matriz de covariância ao passo que desagrega a variância total da matriz. Tal explicação, solidifica o uso da ACM para a construção de indicadores compostos (ASSELIN; VU TUAN, 2008). O que pretende-se aqui, analogamente ao trabalho de pobreza do autor, é investigar o desenvolvimento e suas múltiplas facetas com a construção de diversos indicadores e posterior sintetização em um único índice.

A análise de correspondência múltipla (ACM), representa, de tal forma, uma técnica de análise multivariada e uma extensão da análise de correspondência simples (ANACOR). Isto porque trabalha com associações entre mais de duas variáveis categóricas e entre suas categorias, além de analisar a intensidade dessas associações (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Trabalha-se, portanto, com um banco de dados com diversas variáveis categóricas com I e J categorias. Em uma notação de ANACOR, tem-se:

$$N = \sum_{i=1}^I \sum_{j=1}^J n_{ij}, \quad (1)$$

em que cada célula ij contém certa quantidade  $n_{ij}$  ( $i = 1, \dots, I$  e  $j = 1, \dots, J$ ) de observações.

A única diferença para a ACM seria a quantidade de variáveis categóricas analisadas.

Define-se a Matriz de contingência  $X_0$  (de tabulação cruzada), que apresenta as frequências absolutas observadas das categorias das variáveis, como:

$$X_0 = \begin{matrix} n_{11} & n_{12} & \dots & n_{1J} \\ n_{21} & n_{22} & \dots & n_{2J} \\ \vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\ n_{I1} & n_{I2} & \dots & n_{IJ} \end{matrix} \quad (2)$$

Como, de acordo com Fávero e Belfiore (2017), um dos principais objetivos da análise de correspondência é analisar a existência de associação estatisticamente significativa a determinado nível de significância entre variáveis categóricas e entre as suas categorias. Deve-se agora partir para o estudo do teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ).

Ressalta-se que só devem ser inseridas na análise de correspondência múltipla as variáveis que apresentarem associação, verificada por meio do teste  $\chi^2$  (Qui-quadrado), com pelo menos uma das demais variáveis. Nesse sentido, é recomendável que seja elaborado um teste  $\chi^2$  para cada par de variáveis antes da elaboração de uma análise de correspondência múltipla. Se uma delas não apresentar associação estatisticamente significativa a nenhuma das demais variáveis, a determinado nível de significância, recomenda-se que seja excluída da análise de correspondência múltipla.

Pode-se definir a estatística  $\chi^2$  conforme segue

$$\chi^2 = \sum_{ij} \left( \frac{n_{ij}}{e_{ij}} - \frac{e_{ij}}{e_{ij}} \right)^2, \text{ com } (I - 1)(J - 1) \text{ os graus de liberdade,} \quad (3)$$

Para dado número de graus de liberdade e determinado nível de significância, se o valor total da estatística  $\chi^2$ <sup>26</sup> for maior que seu valor crítico, pode-se afirmar que existe associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis categóricas. Ou seja, a distribuição das frequências das categorias de uma variável segundo as categorias da outra não será aleatória, e, portanto, haverá um padrão de dependência entre essas variáveis.

---

<sup>26</sup> O resultado dos testes  $\chi^2$  das variáveis analisadas se encontram no capítulo de resultados e discussões.

A partir da distância  $\chi^2$  entre os pontos-categoria, tem-se o cálculo da inércia total que representa a distância  $\chi^2$  do ponto ao centróide. Com os pontos-categorias ou perfis-linhas é possível criar um diagrama de pontos que representa a população analisada em um espaço (de x colunas, por exemplo). Nesta representação, é natural que os pontos possuam pesos (já que podem carregar a frequência a qual foram observados), de forma que a nuvem de pontos relativa possui um centro de gravidade, ou centroide “que corresponde a uma população hipotética cujas coordenadas são as frequências médias de cada tipo” (CALLEGARI-JACQUES, 1991, p. 5).

Fávero e Belfiore (2019) mencionam, ainda, que a medida  $\chi^2$  aumenta conforme cresce o tamanho da amostra (N), o que pode prejudicar a análise de associação. Para tanto, a AC utiliza a inércia principal total para descrever o nível de associação entre variáveis categóricas, expressa por, no caso de ANACOR:

$$I_T = \frac{\chi^2}{N} \quad (4)$$

A decomposição da inércia principal total pode auxiliar o pesquisador na identificação de importantes fontes de informação que possam vir a ajudar a descrever ou explicar a associação entre variáveis categóricas e, por conseguinte, permitir a construção de mapas perceptuais (FÁVERO; BELFIORE, 2017). Ademais, o tipo mais comum de decomposição inercial corresponde à determinação de autovalores, que tradicionalmente, é conhecido por método Eckart-Young, em que são gerados m autovalores, sendo  $m = \text{mín}(J - 1, J - 1)$ .

Segundo Fávero e Belfiore (2017), as coordenadas principais geradas na análise de correspondência múltipla apresentam escala reduzida se comparadas às coordenadas-padrão, o que facilita a construção de um mapa perceptual, cujo os pontos são mais concentrados em torno da origem. Ainda de acordo com os autores, é possível perceber, por meio das saídas (ou *outputs*) geradas pelo SPSS®, as coordenadas de cada categoria e é com base nessas coordenadas principais que é construído o mapa perceptual (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

Nesta dissertação, execução da ACM se deu pelo software SPSS®, o programa gera valores chamado de escores para as duas novas variáveis no banco de dados (normalmente chamadas de OBSC01\_1 e OBSC02\_1). Segundo Fávero e Belfiore (2017), os escores referem-se às coordenadas da primeira e da segunda dimensões para cada uma das observações do banco de dados. É a partir das coordenadas de cada observação que é elaborado o gráfico chamado de Biplot (o gráfico consta no capítulo de resultados e discussões), onde é possível observar a similaridade entre as variáveis.

Além do gráfico Biplot, é gerado também um mapa perceptual<sup>27</sup>, citado acima, (que se encontra no capítulo de resultados e discussões). No mapa perceptual, cada objeto possui uma posição que reflete a semelhança ou preferência relativamente aos outros objetos no que tange às dimensões do mapa (HAIR *et al.*, 2009). Desta forma, segundo Hair *et al.* (2009), mapeamento perceptual é útil como técnica exploratória, com vistas a identificar dimensões não reconhecidas que influenciam o comportamento, e como forma de obtenção de avaliações comparativas.

Além disso, de acordo com Fávero e Belfiore (2017) essa é uma das principais contribuições da análise de correspondência múltipla, uma vez que, a partir dessas coordenadas, pode-se, por exemplo, elaborar uma análise de agrupamentos. A própria inclusão das coordenadas como variáveis explicativas em técnicas confirmatórias, como análise de regressão, pode fazer algum sentido para efeitos de diagnóstico sobre o comportamento de determinado fenômeno em estudo, dependendo dos interesses e dos objetivos do pesquisador.

#### 4.5 CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

Da quantidade total das variáveis analisadas (54), 48 passaram para o processo de aplicação da metodologia da Análise de Correspondência Múltipla. A diminuição no total se deu por conta das variáveis não selecionadas (Pobreza Extrema; Pessoas fora da força de trabalho; Aposentados; Renda das mulheres maior que um salário mínimo; Você, mulher, é tratada com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente; Discriminação sofrida entre mulheres) possuem baixa frequência na base de dados, o que gerou muitos valores omissos na base de dados. As variáveis selecionadas se encontram no Quadro 1:

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na ACM para cada dimensão e seu respectivo código

(continua)

Dimensão	Variáveis	Código
Saúde	- Considera os postos de saúde e hospitais, ao menos, bons - Possui plano de Saúde - Trata-se no município	-SAUDE -PLANOSAU -TRATAMUN

<sup>27</sup> Também em acordo com os testes  $\chi^2$ , o mapa se encontra no capítulo de resultados e discussões.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na ACM para cada dimensão e seu respectivo código

(continuação)

<b>Dimensão</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Código</b>
Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não abandonou a escola, ainda que uma vez;</li> <li>- Concluiu, pelo menos, o ensino fundamental</li> <li>- Avalia as creches e escolas públicas, pelo menos, como boas</li> <li>- Avalia as universidades da região, pelo menos, como boas</li> <li>- Avalia os Institutos Federais de educação técnica, pelo menos, como bons</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-GRAUESC</li> <li>-CRECHESC</li> <li>-UNPUB</li> <li>-INSTFED</li> <li>-FREQESC</li> </ul>
Renda e Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não está em condição de pobreza</li> <li>- Renda mensal advinda do trabalho ou aposentadoria maior que um salário mínimo</li> <li>- O pagamento das despesas da casa é, ao menos, nem fácil nem difícil</li> <li>- Pessoas que não estão em condição de desemprego</li> <li>- Trabalho com carteira assinada ou é funcionário público ou militar ou profissional liberal, com renda maior do que um salário mínimo, ou é empregador</li> <li>- Não necessita de programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-PBZ</li> <li>-RENDAS</li> <li>-RESGFIN</li> <li>-ATIVTRAB</li> <li>-CONDTRAB</li> <li>-VULN</li> </ul>
Respeito e Discriminação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Você não é tratado com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente</li> <li>- Policiais, vigias e seguranças não te tratam como uma pessoa suspeita, ainda que raramente</li> <li>- Não foi vítima de discriminação nos últimos 6 meses</li> <li>- Não presenciou discriminação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-RESP</li> <li>-TRATPOL</li> <li>-DISC</li> <li>-VIUDISC</li> </ul>
Voz Política e Credibilidade nas Instituições	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confiança no STF</li> <li>- Confiança na Polícia Federal</li> <li>- Confiança nas Eleições</li> <li>- Confiança nos Partidos Políticos</li> <li>- Confiança no Congresso Nacional</li> <li>- Confiança na Assembleia Legislativa de Minas Gerais</li> <li>- Confiança nas Câmaras Municipais</li> <li>- Confiança na Presidência da República</li> <li>- Confiança no Governo do Estado de Minas Gerais</li> <li>- Confiança nas Prefeituras Municipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-CONFSTF</li> <li>-CONFPOLF</li> <li>-CONFELE</li> <li>-CONFPP</li> <li>-CONFCON</li> <li>-CONFASSMG</li> <li>-CONFAM</li> <li>-CONFPRES</li> <li>-CONFGMG</li> <li>-CONFREF</li> </ul>
Igualdade Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concorde com as cotas para Pretos e Pardos nas universidades federais</li> <li>- Avalia os Centros de Referência da Assistência Social, ao menos, como bons</li> <li>- Avalia o bolsa família/Auxílio Brasil, ao menos, como bom</li> <li>- Avalia o auxílio emergencial, ao menos, como bom</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-COTASUNI</li> <li>-ASSOCIAL</li> <li>-BOLSAFAM</li> <li>-AUXEMER</li> </ul>

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na ACM para cada dimensão e seu respectivo código

(conclusão)

Dimensão	Variáveis	Código
Habitação, Infraestrutura, Água e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reside em imóvel próprio</li> <li>- Considera o policiamento, ao menos, bom</li> <li>- Avalia o programa Minha Casa Minha Vida, ao menos como bom</li> <li>- Avalia o fornecimento e abastecimento de água, ao menos como bons</li> <li>- Avalia a Coleta de lixo e conservação das ruas, ao menos como boas</li> <li>- Avalia Praças, quadras e parques, ao menos como bons</li> <li>- Avalia o Transporte urbano público, ao menos como bom</li> <li>- Avalia a Iluminação pública, ao menos como boa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-CASAP</li> <li>-POL</li> <li>-MCMV</li> <li>-AGUA</li> <li>-CLTECNSRV</li> <li>-PRAÇAS</li> <li>-BUS</li> <li>-ILUMPUB</li> </ul>
Lazer e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequentou show musical ou concertos de orquestra</li> <li>- Frequentou exposição de arte</li> <li>- Frequentou Espetáculo de teatro e/ou dança</li> <li>- Frequentou Lugar, edificação ou monumento de valor histórico-cultural</li> <li>- Frequentou Parque, praça, espaço público, cachoeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-FREQSHOW</li> <li>-FREQEXP</li> <li>-FREQESP</li> <li>-FREQHIST</li> <li>-FREQPARQ</li> </ul>
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avalia o sinal de celular, ao menos como bom</li> <li>- Avalia o sinal de televisão, ao menos como bom</li> <li>- Avalia o sinal de internet, ao menos como bom</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-SINALCEL</li> <li>-SINALTV</li> <li>-SINALNET</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

A partir dos escores estimados por meio da ACM será gerado um Índice de Desenvolvimento para o Sul de Minas Gerais e um Índice de Desenvolvimento para os municípios que possuem amostra representativa, isto é, Varginha, Alfenas e Poços de Caldas. Os escores possuem valores positivos e negativos e precisam ser padronizados para a estimação dos índices.

Assim como é feito o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Pobreza Multidimensional, os componentes (ou dimensões) do Índice de Desenvolvimento aqui proposto para o Sul de Minas Gerais possuem o mesmo peso. Ou seja, não há componentes que sejam, do ponto de vista estatístico, mais influenciadores no resultado final do índice.

Dada a quantidade de variáveis por dimensão, que variou, o número inteiro múltiplo da quantidade total de variáveis é 120. De tal forma, foi utilizado esse peso, dividido pela quantidade de variáveis de cada dimensão, para que pudessem ter, ao final, o mesmo peso por

dimensão. Por exemplo, na dimensão de Saúde (que possui três variáveis) as variáveis receberam um peso 40, que, somadas, culminam em 120. Já na dimensão de Lazer e Cultura, as variáveis receberam peso 24, que somam 120 no total das cinco variáveis. Desta forma, as variáveis analisadas separadamente, possuem pesos distintos e devem, portanto, ser analisadas pelo seu respectivo indicador - que possui valor igual aos outros indicadores no cálculo do Índice de Desenvolvimento.

Para que o Índice de Desenvolvimento (ID) pudesse ser um número entre 0 e 1, foi utilizada da seguinte expressão:

$$ID = \frac{X_{máximo} - X_{observado}}{X_{máximo} - X_{mínimo}} \quad (5)$$

Em que, X é o escore extraído da ACM. Ainda, ressalta-se que tal expressão foi também aplicada para os municípios de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha, com seus respectivos valores observados. O índice, padronizado entre 0 e 1, demonstra que, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento; quanto mais próximo de 0, menor o desenvolvimento. O conjunto de dados permitiu a obtenção da situação de desenvolvimento de cada indivíduo da amostra utilizada. De maneira que os índices municipais e para a região como um todo foram obtidos a partir da condição média dos indivíduos.

Para classificar os municípios quanto ao seu desenvolvimento, é preciso, primeiro, estabelecer um nível de corte. Com inspiração nos trabalhos apontados na revisão sistemática e mais primordialmente no trabalho de Renzi, Piacenti e Santoyo (2022) – que possui inspirações em Melo e Parré (2007) e Renzi (2020)<sup>28</sup>, que também foram consultados -, o nível de corte para o Índice de Desenvolvimento teve a seguinte classificação:

Quadro 2 - Níveis de corte para o Índice de Desenvolvimento com base no Desvio Padrão

<b>Alto</b>	<b>Médio Alto</b>	<b>Médio Baixo</b>	<b>Baixo</b>
Maior que 1 D.V.* acima da média do Índice do Sul de Minas Gerais	Entre 0 e 0,99 D.V.* acima da média do Índice do Sul de Minas Gerais	Entre 0 e 0,99 D.V.* abaixo da média do Índice do Sul de Minas Gerais	Maior que 1 D.V.* abaixo da média do Índice do Sul de Minas Gerais

Fonte: Elaboração própria (2023) a partir da adaptação de Renzi, Piacenti e Santoyo (2022).

Diferentemente do que foi feito no trabalho de Renzi, Piacenti e Santoyo (2022), que tomou dois desvios padrões acima da média para o caso de índice Muito Alto, aqui foi tomado

<sup>28</sup> A referência completa se encontra na lista de referências ao final do trabalho.

maior que um desvio padrão acima da média no caso de Alto e maior que um desvio padrão abaixo da média no caso de Baixo. A justificativa para tanto é o fato de que a utilização de dois desvios padrões acima ou abaixo, de acordo com o corte Alto ou Baixo, ultrapassaria o valor máximo de um.

Parte-se agora, antes da análise dos resultados da ACM, para os resultados descritivos das variáveis que compõem o desenvolvimento na região do Sul de Minas. Ainda, é apontado possíveis justificativas para os valores alcançados e caminhos possíveis para alcançar, neste índice, melhores resultados.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão mostrados os resultados provenientes da metodologia aplicada à base de dados, ou seja, os resultados da ACM. Num primeiro momento, serão discutidos os resultados descritivos, separados por componentes. Posteriormente, tem-se os resultados referentes à ACM aplicados às variáveis e os números referentes ao desenvolvimento da região.

### 5.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Nesse capítulo serão discutidos os principais<sup>29</sup> resultados das variáveis estudadas na pesquisa com o intuito de analisar as questões referentes ao desenvolvimento da região sul mineira. Desta forma, apresenta-se os resultados descritivos em formas de tabela separadas por componentes (ou dimensões) pertinentes ao desenvolvimento. A primeira delas, a Tabela 1 apresenta as variáveis do segmento Saúde e apresentam os seguintes resultados:

Tabela 1 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Saúde

Variáveis	Frequência	Não	Sim
Considera os postos de saúde e hospitais, ao menos, bons	1.304	38,90%	61,10%
Possui plano de Saúde	1.319	55,40%	44,60%
Trata-se no município	1.318	20,60%	79,40%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

A avaliação de hospitais e postos de saúde apontou que mais de 60% da amostra os considera, ao menos bons. Contudo, salienta-se que 1,23% tenha indicado a ausência do serviço na vizinhança. Já no que diz respeito a possuir ou não plano de saúde, os resultados foram razoavelmente equilibrados (55,40% e 44,60%, respectivamente). Por fim, a última variável buscou analisar se a população consegue tratar doenças ou necessidades em seu próprio município sem que precise, portanto, se locomover para outra cidade ou região. A grande maioria das respostas assinalaram que possui a possibilidade e disponibilidade de tratamento em seu próprio município (79,4%), sendo consideravelmente poucas pessoas (20,6%) que precisam buscar atendimento em outro município.

<sup>29</sup> Entende-se que não há espaço para a análise e o debate aprofundado de todos os dados calculados.

Já no que tange à Educação, componente essencial para tratar sobre desenvolvimento e expansão das capacitações humanas individuais (SEN, 2010), foram considerados cinco variáveis que vão desde avaliações até a conclusão (ou abandono) da escola. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Educação

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Abandonou a escola, ao menos uma vez, ou não a frequentou	1.318	57,70%	42,30%
Concluiu, pelo menos, o ensino fundamental	1.320	33,90%	66,10%
Avalia as creches e escolas públicas, pelo menos, como boas	1.220	27,00%	73,00%
Avalia as universidades da região, pelo menos, como boas	1.265	35,50%	64,50%
Avalia os Institutos Federais de educação técnica, pelo menos, como bons	1.242	41,30%	58,70%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

A variável que investiga o abandono escolar chama a atenção. A análise aponta que mais de 42% da população sul mineira, segundo a amostra, abandonou a escola ou não a frequentou em nenhum momento. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2019), os principais motivos para a evasão escolar são: necessidade de trabalhar (39,1%), a falta de interesse (29,2%) e a gravidez (23,8%). No Sul de Minas, de acordo com a PISM, esse padrão se mantém: 47,3% abandonaram a escola pela necessidade de trabalhar; 16,3% por falta de motivação; 8,5% por terem engravidado.

É importante destacar que a região Sudeste contava com mais da metade da população de 25 anos ou mais com ensino médio completo (PNAD CONTÍNUA, 2019). Em contrapartida, de acordo com a amostra, no Sul de Minas apenas 46,9% dos entrevistados possuíam, pelo menos, o ensino médio completo, valor abaixo da região.

No que tange as avaliações, têm-se as creches e escolas públicas, as universidades e os Institutos Federais de educação técnica. As variáveis contaram com uma melhor avaliação na educação básica e menor na educação técnica. 7,3% da amostra da população Sul Mineira

apontou como pelo menos boa as creches e escolas de ensino básico, seguidas das universidades (pouco mais de 64%) e Institutos Federais (quase 59%).

Quanto à dimensão “Renda e Trabalho” apresentada na Tabela 3, observa-se que 18,10% da amostra se encontra em situação de pobreza, número maior do que o encontrado em âmbito nacional e referente ao ano de 2021 por Souza, Hecksher e Osorio (2022) de 15,7%. Os autores apontam que entre 2020 e 2021, a pobreza no Brasil alcançou o maior aumento em pontos percentuais (p.p.) em mais de 30 anos, atingindo o maior número da série histórica da PNAD Contínua (SOUZA; HECKSHER; OSORIO, 2022).

Tabela 3 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Renda e Trabalho

(continua)

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Pobreza	1.320	81,90%	18,10%
Pobreza Extrema	1.320	99,30%	0,70%
Renda mensal advinda do trabalho ou aposentadoria maior que um salário mínimo	1.036	25,81%	74,19%
O pagamento das despesas da casa é, ao menos, nem fácil nem difícil	1.317	29,30%	70,70%
Pessoas que autodeclararam estar em condição de desemprego	917	90,62%	9,38%
Pessoas fora da força de trabalho	398	69,74%	30,26%
Aposentados	167	58,00%	42,00%
Trabalho com carteira assinada ou é funcionário público ou militar ou profissional liberal, com renda maior do que um salário mínimo, ou é empregador	1074	27,20%	72,80%

Tabela 3 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Renda e Trabalho

(conclusão)

Variáveis	Frequência	Não	Sim
Necessidade de programas sociais	1.314	82,80%	17,20%
Renda das mulheres maior que um salário mínimo	666	66,20%	33,80%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Dados do Atlas Brasil (2022) mostram que, para o ano de 2021, o Estado de Minas Gerais possuía 8,67% de pessoas consideradas pobres<sup>30</sup>. Esse número é ainda maior entre as mulheres (8,98%). Se comparado às áreas de maior influência na região Sul Mineira, a porcentagem de pobres do Estado de Minas é maior do que a observada em São Paulo (6,55%) e menor do que a do Rio de Janeiro (10,4%). A Extrema Pobreza indica aqui a população que possui renda mensal menor que R\$167,43. De acordo com o IBGE (2022), em 2022 o Brasil passou a ter 62,5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e 17,9 milhões na extrema pobreza. Ou seja, 29,4% da população total do país se encontrava pobre e 8,4% eram extremamente pobres; 3 entre 10 brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza e 1 a cada 10 eram extremamente pobres.

Sobre a variável Renda mensal advinda do trabalho ou aposentadoria maior que um salário mínimo, tem-se que 74,19% da amostra recebe, mensalmente, um salário ou aposentadoria maior que um salário mínimo. O baixo número de observações se deve ao fato de que nem todos os respondentes se encontravam no mercado de trabalho, ou seja, há aposentados, estudantes, donas de casa que não possuem renda advinda do trabalho ou que estão desempregados.

Em relação à Pessoas que autodeclararam estar em condição de desemprego, tem-se que 9,38% da amostra que compõe a população do Sul de Minas se encontra desempregada<sup>31</sup>. Complementa-se à análise a variável Pessoas fora da força de trabalho que representam os

<sup>30</sup> Neste estudo, a linha da pobreza utilizada refere-se à população com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010.

<sup>31</sup> Ressalta-se que essa investigação foi do desemprego autodeclarado, ou seja, não foi calculado por métricas e metodologias que analisam o desemprego com profundidade.

idosos, as donas de casa e estudantes, resultando em cerca de 120 pessoas, além dos aposentados, que representam 70 pessoas do total.

Sobre a variável que analisa a renda maior que um salário mínimo entre as mulheres, apenas 33,80% possuem renda maior que 1 salário mínimo, ou seja,  $\frac{2}{3}$  das mulheres recebem menos do que um salário mínimo na região. Ainda que a investigação sobre renda seja apenas uma etapa de estudo da desigualdade entre gêneros, seu resultado salienta a importância de políticas públicas que promovam a inserção das mulheres no mercado de trabalho e que, primordialmente, garantam um salário digno, com igualdade entre homens e mulheres. É o que pretende a Lei nº 14.611 de 03 de julho de 2023 que aponta art. 2º da Lei ao afirmar a “igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função é obrigatória e será garantida nos termos desta Lei” (BRASIL, 2023).

Ademais, é importante apontar que a pesquisa não foi construída para analisar as questões de renda com profundidade, já que abarcou diversos segmentos. De tal forma, os dados aqui trabalhados são uma estimativa dada a limitação da construção do questionário. Além disso, ressalta-se que as variáveis de Pobreza Extrema, Pessoas fora da força de trabalho, Aposentados e Renda das mulheres maior que um salário mínimo são de caráter descritivo, ou seja, não compuseram a Análise de Correspondência Múltipla pelo fato de possuir pouca frequência.

Outro aspecto incorporado nesta pesquisa foi a dimensão de Respeito e discriminação (TABELA 4). Segundo Bandeira e Batista (2002), o preconceito é a valoração negativa atribuída às características de alteridade, que implica a negação do outro diferente e a afirmação da própria identidade como superior. Portanto, o preconceito só é possível em uma sociedade com relações sociais hierárquicas, com comando e subordinação. O preconceito e discriminação negam a legitimidade de existir e até mesmo de se exprimir de vários segmentos da sociedade (BANDEIRA; BATISTA, 2002), ou seja, negam as possibilidades e oportunidades necessárias para o desenvolvimento (SEN, 2010) e de tal forma devem ser contabilizados (ou deduzidos) na estimativa de desenvolvimento de uma sociedade.

Tabela 4 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Respeito e Discriminação

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Você é tratado com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente	1.320	22,20%	77,80%
Policiais, vigias e seguranças te tratam como uma pessoa suspeita, ainda que raramente	1.315	21,30%	78,70%
Vítima de discriminação nos últimos 6 meses	1.317	81,80%	18,20%
Presenciou discriminação	1.307	61,40%	38,60%
Você, mulher, é tratada com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente	665	24,90%	75,10%
Discriminação sofrida entre mulheres	663	83,10%	16,90%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

No que tange ao Respeito, 77,80% das pessoas entrevistadas é tratada com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente. De acordo com pesquisa feita pelo Atlas Político em 2020 (ATLAS, 2020), 90% dos ouvidos pela pesquisa acreditam que existe racismo no país, 5,7% dizem que não existe e 3,6% não souberam responder. As causas para tal desrespeito podem ser diversas: pelo gênero, cor, orientação sexual, nacionalidade, estilo, roupa, sotaque, condições financeiras, misoginia, violação dos direitos humanos, entre tantas outras formas de se desrespeitar.

Ainda que também represente uma forma de desrespeito, a variável de abordagem policial ou de vigias ou de seguranças no que concerne a tratamento como pessoa suspeita, ainda que raramente, merece observação própria. Desta investigação, tem-se que 78,70% dos entrevistados são tratados como suspeitos por esses profissionais que deveriam garantir a segurança de toda a população.

Já no caso de o respondente ter sido a vítima, ou seja, ter sofrido discriminação nos últimos 6 meses (do começo de 2022 à data de aplicação da pesquisa), apenas 18,20% afirmaram que sim. Já indagados sobre terem presenciado discriminação, mais que o dobro (38,60%)

apontaram que sim. Tal resultado destoa do resultado de respeito.

Considerando que a desigualdade entre mulheres e homens, que muitas vezes encerra a vida de milhares de mulheres e as restringe de suas liberdades substantivas (SEN, 2010), foi analisado o respeito e discriminação para o caso do respondente ser mulher. No que tange ao tratamento com menos respeito, 75,10% das mulheres afirmaram que o sofreram. No caso da discriminação, esse número reduz para 16,90%. Mais uma vez, os resultados de desrespeito e discriminação destoam entre si, o que pode sugerir a falta de percepção de que muitos modos de desrespeito são e estão atrelados a discriminação.

Assim como algumas variáveis da Tabela 3, as variáveis Você, mulher, é tratada com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente e Discriminação sofrida entre mulheres possuem caráter descritivo. Como a frequência de respostas é baixa - respondida somente pelas mulheres da base de dados -, não foram englobadas na ACM, visto que podem fragilizar a análise.

Objetivando investigar a confiança da população frente às instituições brasileiras, já que configuram como peça fundamental para o entendimento de desenvolvimento (SEN, 2010), criou-se o componente de Voz Política e Credibilidade nas Instituições cujo resultados se encontram na Tabela 5. É importante salientar que, ainda que a liberdade política e civis corroborem na mitigação de outros males, ela é, por si só, importante de um modo direto: “não é necessário justificá-las indiretamente com base em seus efeitos na economia” (SEN, 2010, p. 31).

Tabela 5 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Voz Política e Credibilidade nas Instituições

(continua)

Variáveis	Frequência	Não	Sim
Confiança no STF	1.245	70,70%	29,30%
Confiança na Polícia Federal	1.204	73,20%	26,80%
Confiança nas Eleições	1.297	69,20%	30,80%
Confiança nos Partidos Políticos	1.288	83,30%	16,70%
Confiança no Congresso Nacional	1.267	79,30%	20,70%

Tabela 5 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Voz Política e Credibilidade nas Instituições

Variáveis	Frequência	(conclusão)	
		Não	Sim
Confiança na Assembleia Legislativa de Minas Gerais	1.246	70,40%	29,60%
Confiança nas Câmaras Municipais	1.278	68,60%	31,40%
Confiança na Presidência da República	1.295	70,30%	29,70%
Confiança no Governo do Estado de Minas Gerais	1.289	59,50%	40,50%
Confiança nas Prefeituras Municipais	1.294	61,40%	38,60%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Como é possível perceber pela de Voz Política e Credibilidade nas Instituições (acima) a instituição que possui menor credibilidade para os entrevistados do Sul de Minas Gerais são os Partidos Políticos, com 16,70% de confiança. Já a maior confiança fica a cargo do Governo do Estado, alcançando a porcentagem de 40,50% e seguido pela confiança nas Prefeituras Municipais (38,60%).

A confiança no Governo do Estado pode ser percebida, ainda que previamente, pela reeleição em primeiro turno do atual governador de Minas Gerais, Romeu Zema (para novo mandato entre 2023 e 2026). Esta é apenas uma característica que pode corroborar com tal resultado. Ademais, Minas Gerais é, historicamente, governada por políticos de vertente mais conservadora - Alberto Pinto Coelho, Antonio Anastasia, Aécio Neves e até o ex-presidente do Brasil Itamar Augusto Cautiero Franco. Ademais, segundo assinala Baquero e Linhares (2011, p. 93), “o desempenho dos partidos políticos não está à altura das expectativas que os cidadãos criaram por ocasião desse processo de revigoramento democrático”.

Um outro resultado importante diz respeito às eleições. Contando com 30,80% de confiança no processo de democrático, tal dado pode salientar a descrença (também impulsionada nos últimos anos) na urna eletrônica, com intensos movimentos - em maior parte midiáticos - de pedidos de volta do processo por papel impresso, como feito nos Estados Unidos. Segundo Recuero (2020), as urnas eletrônicas vêm sofrendo ataques notórios a partir

de 2018, com informações falsas que vão desde de estudos indicando fraude em mais de 70% das urnas brasileiras, a de que teria sido fabricada na Venezuela e até de que a máquina seria uma criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Componente essencial do desenvolvimento, analisa-se agora a Igualdade Social segundo a amostra realizada no Sul de Minas Gerais. Foi possível investigar o posicionamento da população em relação às cotas raciais nas universidades, as avaliações de centros de assistência, do Bolsa Família e do Auxílio emergencial. Os resultados podem ser vistos na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Igualdade Social

Variáveis	Frequência	Não	Sim
Concorda com as cotas para Pretos e Pardos nas universidades federais	1.291	29,10%	70,90%
Avalia os Centros de Referência da Assistência Social, ao menos, como bons	1.174	31,20%	68,80%
Avalia o bolsa família/Auxílio Brasil, ao menos, como bom	1.236	49,40%	50,60%
Avalia o auxílio emergencial, ao menos, como bom	1.269	29,60%	70,40%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

A variável concorda com as cotas para pretos e pardos nas universidades federais aponta que a grande maioria da amostra (70,90%) concorda com tal política. A Lei de cotas, promulgada pela Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, garante que 50% das vagas em universidades federais e institutos federais seja reservada para pessoas autodeclaradas pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*, e para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha (2022), metade da população brasileira é a favor da política de cotas raciais nas universidades públicas, 34% são contra, 12% não souberam responder e 3% são indiferentes. Portanto, a região Sul Mineira, de acordo com a PISM, apresenta resultados melhores do que aqueles vistos em âmbito nacional. Tal justificativa pode ser a grande presença de universidades e institutos na região.

Já no que tange à avaliação do Bolsa Família (e, posteriormente o chamado Auxílio Brasil), 50,60% dos entrevistados apontam o Programa como bom ou ótimo. O Bolsa Família, criado em 2003 pelo então governo Lula, é o principal programa de transferência de renda no país, reconhecido por tirar milhares de pessoas da situação de fome. O Programa visa garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, integrando políticas públicas e fortalecendo o acesso à direitos básicos (BRASIL, 2023).

Como a variável de Bolsa Família e Auxílio Brasil está unificada, não é possível captar os resultados de cada Programa separadamente. Ressalta-se que a partir de 2023, o benefício voltou as configurações, além do próprio nome, do Bolsa Família. Ainda, de acordo com dados da PNAD Contínua (2023), a proporção de domicílios com algum beneficiário do Bolsa Família ou do Auxílio foi de 16,9% em 2022, recuperando a queda a partir de 2018, principalmente em 2020 (a proporção passou de 14,3% em 2019 para 7,2% no ano seguinte).

A última variável do componente Igualdade Social diz respeito ao Auxílio Emergencial, onde 70,40% da amostra o consideram, ao menos, bom. O Auxílio Emergencial, criado pela Lei 13.982 de 2020, estabeleceu medidas, frente o cenário excepcional da pandemia do coronavírus (Covid-19), de proteção social que visou a transferência financeira para garantir renda mínima aos que se encontravam em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2020).

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Cidadania, o Auxílio Brasil repassou mais de R\$354,6 bilhões a cerca de 68,3 milhões de famílias entre Abril de 2020 e Outubro de 2021. Desse total, a maior parte da população (cerca de 55%) eram mulheres; a maior parte dos elegíveis para o benefício tinham entre 18 a 34 anos (BRASIL, 2021).

Central na discussão de desenvolvimento, principalmente no que tange às zonas urbanas, há questões referentes à infraestrutura que o município oferece, como habitação, acesso e avaliação de água, conservação das ruas, coleta de lixo e segurança. Para tanto, é apontado os seguintes resultados na Tabela 7:

Tabela 7 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Habitação, Infraestrutura, Água e Segurança

(continua)

Variáveis	Frequência	Não	Sim
Reside em imóvel próprio	1.318	33,50%	66,50%
Considera o policiamento, ao menos, bom	1.298	44,70%	55,30%

Tabela 7 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Habitação, Infraestrutura, Água e Segurança

(conclusão)

Variáveis	Frequência	Não	Sim
Avalia o programa Minha Casa Minha Vida, ao menos como bom	1.251	46,80%	53,20%
Avalia o fornecimento e abastecimento de água, ao menos como bons	1.319	27,60%	72,40%
Avalia a Coleta de lixo e conservação das ruas, ao menos como boas	1.318	36,90%	63,10%
Avalia Praças, quadras e parques, ao menos como bons	1.275	47,20%	52,80%
Avalia o Transporte urbano público, ao menos como bom	1.244	62,60%	37,40%
Avalia a Iluminação pública, ao menos como boa	1.319	24,00%	76,00%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Visto o déficit habitacional no Estado de Minas Gerais de 496.484 em 2019, tem-se, pela a amostra realizada, que 66,50% da população possui casa própria, mesmo que ainda não quitada, entende-se que tais pessoas se encontram em condições apropriadas ou em vias de estar apropriadas para residir, além de poder dedicar renda a outras atividades e serviços. A investigação aplicada pelo projeto não permitiu, contudo, a investigação da condição da habitação, essencial para o entendimento de moradia digna, por exemplo a quantidade de cômodos, banheiros, se a moradia possui água encanada, etc.

Diante da percepção dos entrevistados frente ao serviço da polícia, 55,30% consideram ao menos bons os serviços policiais. Segundo Monteiro *et al.* (2022), a implementação de câmeras nas fardas de policiais militares no Estado de São Paulo culminou na queda total de mortes decorrentes de intervenção policial em 80% se comparado aos 12 meses anteriores e 61% nas lesões. Tais números corroboram na conclusão de que o uso de equipamentos de câmeras em policiais pode ajudar a melhorar a abordagem policial e, de certa forma, a avaliação deste serviço para com a população, sendo, desta forma, uma sugestão para os outros estados do Brasil, como Minas Gerais.

No que tange ao programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), lançado em 2009 pelo Governo Lula com o objetivo de facilitar a aquisição de moradias próprias para as famílias de baixa e média renda, 53,20% da amostra aponta como, ao menos, bom. O resultado, contudo, se contrapõe ao dado de que, segundo o IPEA (2023), cerca de 31% da população atendida pelo MCMV estavam em situação de déficit habitacional em sua moradia anterior e, portanto, o Programa ajudou na garantia básica de moradia digna.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2021), cerca de 177 milhões de brasileiros são atendidos com água, com a região sudeste em primeiro lugar na porcentagem de atendimento (91,5%). No que tange à avaliação do fornecimento de água, 72,40% o consideram bom ou ótimo, ainda que seja um bom resultado, cerca 40,3% de água é não contabilizada ou perdida na distribuição no Brasil (SNIS, 2021), o que, caso não ocorresse, poderia, além de melhorar a qualidade do abastecimento de água, levá-la a mais pessoas.

Já acerca da coleta de lixo e conservação das ruas, a avaliação ao menos como boa atingiu os 63,10% da população entrevistada. De acordo com os dados de 2021 (SNIS), 191,3 milhões de pessoas são atendidas pela coleta domiciliar no Brasil, sendo a região Sudeste a maior atendida, com 95,8% no índice de atendimento. Ressalta-se, ainda, que os indicadores poderiam ser melhor analisados caso estivessem separados, o que não foi o caso.

A avaliação de praças, quadras e parques, ao menos como bons, atingiu um resultado de 52,80% da amostra. Infelizmente, a construção da variável não permitiu identificar o motivo de tal avaliação, o que pode ser incorporado em pesquisas futuras, sendo possível somente sugerir raízes para isso: como a pouca arborização de praças, pouca manutenção na preservação destes espaços públicos ou até mesmo pela sua falta.

A avaliação, pela a amostra, do Transporte urbano público ao menos como bom, foi de 37,40%. Segundo Abreu (2022), uma investigação profunda acerca do transporte aborda questões como acessibilidade, frequência de atendimento, confiabilidade, tempo de viagem, capacidade e lotação do veículo, segurança, características do veículo, características dos locais de parada, sistema de informação, conectividade, comportamento dos operadores e o estado das vias. O estudo de Abreu (2022) aplicado à uma linha na cidade do Rio de Janeiro mostrou uma baixa qualidade do serviço de ônibus decorrente de um sistema de transporte público ineficiente e com baixa fiscalização.

Nos aspectos de lazer e cultura, Gomes (2011) salienta que o lazer, enquanto necessidade humana e dimensão da cultura, pode fomentar sensibilidades e estimular a população a pensar criticamente, além de contribuir para o pensamento transformador em aspectos amplos. Nesse sentido, foi analisado questões referentes ao lazer a cultura, na tabela abaixo, entendendo que

estes contribuem não só para o desenvolvimento, como também para a construção de sociedades (e pessoas) mais justas.

Tabela 8 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Lazer e Cultura

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Frequentou show musical ou concertos de orquestra	1.319	68,00%	32,00%
Frequentou exposição de arte	1.320	85,90%	14,10%
Frequentou Espetáculo de teatro e/ou dança	1.317	84,00%	16,00%
Frequentou Lugar, edificação ou monumento de valor histórico-cultural	1.319	67,50%	32,50%
Frequentou Parque, praça, espaço público, cachoeira	1.319	40,40%	59,60%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

O resultado mais positivo da Tabela 8 é em parques, praças, espaços públicos e cachoeiras, com uma frequência de 59,60% - o que pode salientar a grande quantidade destes lugares no Sul de Minas Gerais - contudo, na avaliação de praças, quadras e parque, próximo da metade da amostra (47,20%) não os consideram bons. Já o menor resultado fica a cargo da exposição de arte (14,10%) seguido de perto pelo espetáculo de arte e/ou dança - o que, no geral, demonstra um distanciamento considerável da população para com esses eventos de cultura e lazer.

No que diz respeito à comunicação em uma sociedade atual, é impossível não analisá-la por meio da tecnologia recente, ou seja, por meio ao acesso e uso de internet, celular e televisão. Além disso, de acordo com o IBGE (2022), o celular é o dispositivo mais utilizado para acessar a internet, seguido pela televisão. Portanto, pretende-se enxergar tais acessos no Sul de Minas partindo da avaliação de serviços inerentes a esses instrumentos, com a amostra realizada. De tal forma, tem-se a seguinte Tabela 9:

Tabela 9 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Comunicação

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Avalia o sinal de celular, ao menos como bom	1.307	31,90%	68,10%
Avalia o sinal de televisão, ao menos como bom	1.241	26,40%	73,60%
Avalia o sinal de internet, ao menos como bom	1.299	33,70%	66,30%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

No segmento de Comunicação, as variáveis abarcaram 1.307, 1.241 e 1.299 de frequência, respectivamente. A melhor avaliação ficou para a televisão (73,60%) e a pior para o sinal de internet (66,30%).

Segundo o IBGE (2022), o telefone celular é o principal meio de acesso à internet em 99,5% dos domicílios em 2021, com a televisão ficando com o segundo lugar, na frente, pela primeira vez, de computadores. Ainda de acordo com o Instituto, o sinal de internet cobre 90% dos domicílios brasileiros, contudo, mais de 1,5 milhão de domicílios permanecem, em 2021, sem acesso à TV digital. Já no que tange ao acesso à internet, tem-se em 2021 (IBGE, 2022) que mais da metade dos idosos (pessoas com 60 anos ou mais) acessaram a rede, um aumento de 12,7% de 2019 para 2021. Tais números corroboram na afirmação de políticas que busquem aumentar e/ou melhor o acesso a esses meios de comunicação, no caso da análise, primordialmente ao sinal de celular, internet e televisão: os meios principais de uso, acesso e comunicação dos brasileiros.

Por fim, a Tabela 10 apresenta a proximidade ou distanciamento das três cidades com os indicadores criados. A tabela abaixo representa os resultados do componente geográfico que aponta se os respondentes eram, ou não, dos três municípios.

Tabela 10 - Resultados das variáveis que compõem o segmento Geográfico

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Alfenas	1.320	90,00%	10,00%
Poços de Caldas	1.320	79,00%	21,00%
Varginha	1.320	83,00%	17,00%

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

O componente geográfico diz respeito à localidade das entrevistas realizadas. Como a comparação das cidades está sujeita à sua representatividade, foi possível observar apenas os municípios de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. Como demonstra a tabela, destes três municípios, houve maior quantidade de respondentes em Poços de Caldas, enquanto a menor quantidade ficou por conta da cidade de Alfenas. Ressalta-se que o componente geográfico apenas foi utilizado para analisar, nos gráficos de correlação provenientes da metodologia ACM, a proximidade (ou distanciamento) das cidades representativas sem relação com os indicadores utilizados para investigar o desenvolvimento.

Agora, parte-se para a análise dos resultados da metodologia aplicada, a saber: Análise de Correspondência Múltipla, tema do próximo capítulo.

## 5.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

Após a aplicação da metodologia da ACM, que se deu por meio do programa SPSS®, é preciso identificar e, posteriormente, escolher qual dimensão representa melhor o conjunto de dados. Neste caso, recorreu-se à alguns resultados provenientes da aplicação do método. A tabela 11 sumariza os principais resultados do Índice de Desenvolvimento.

Tabela 11 - Sumarização do modelo final do Índice de Desenvolvimento do Sul de Minas Gerais

<b>Dimensão</b>	<b>Alfa de Cronbach</b>	<b>Autovalor</b>	<b>Inércia</b>
1	0,993	119,497	0,111
2	0,990	87,700	0,081
Total		207,197	0,192
Média	0,991 <sup>a</sup>	103,599	0,096

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Nota: <sup>a</sup> A Média de Alfa de Cronbach tem como base o autovalor médio.

É importante salientar que a quantidade de casos utilizados na análise é de 1.320 (valor total de observações da pesquisa). Ainda, ressalta-se que há valores omissos (ou faltantes) na base de dados, de forma que os casos ativos com valores omissos compõem 1.155 casos.

Pelo valor do Alfa de Cronbach é possível perceber que a dimensão 1 tem um valor absoluto maior que a dimensão 2. Tal resultado já é um indício de que a primeira dimensão é mais representativa do que a segunda. Ainda, o autovalor, que concerne a capacidade de explicação da variância frente às variáveis originais, é também maior na primeira dimensão, bem como o valor da inércia. Ressalta-se que, segundo Hair *et al.* (2009), a inércia também mede a variação explicada e ela está diretamente relacionada com o autovalor.

É importante analisar, por conseguinte, a relação entre variáveis e as dimensões 1 e 2 da ACM. De tal forma, recorre-se aos gráficos das medidas de discriminação para o conjunto de dados abaixo.

Gráfico 1 - Medidas de discriminação para o conjunto de dados com os municípios e separadamente para Alfenas, Poços de Caldas e Varginha

(continua)

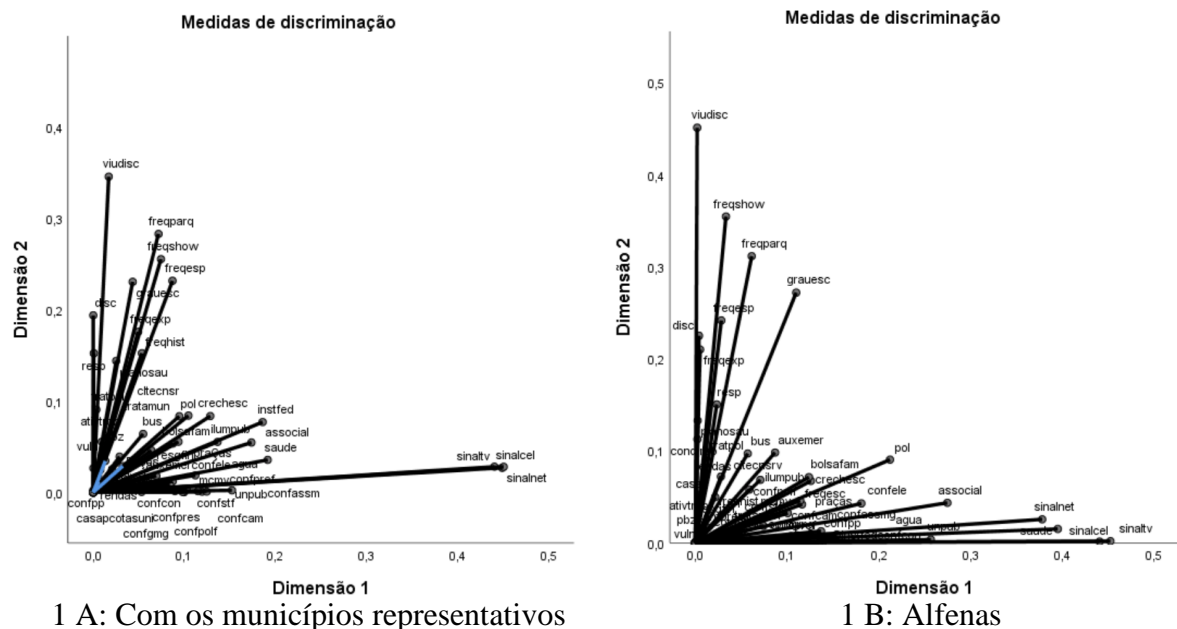
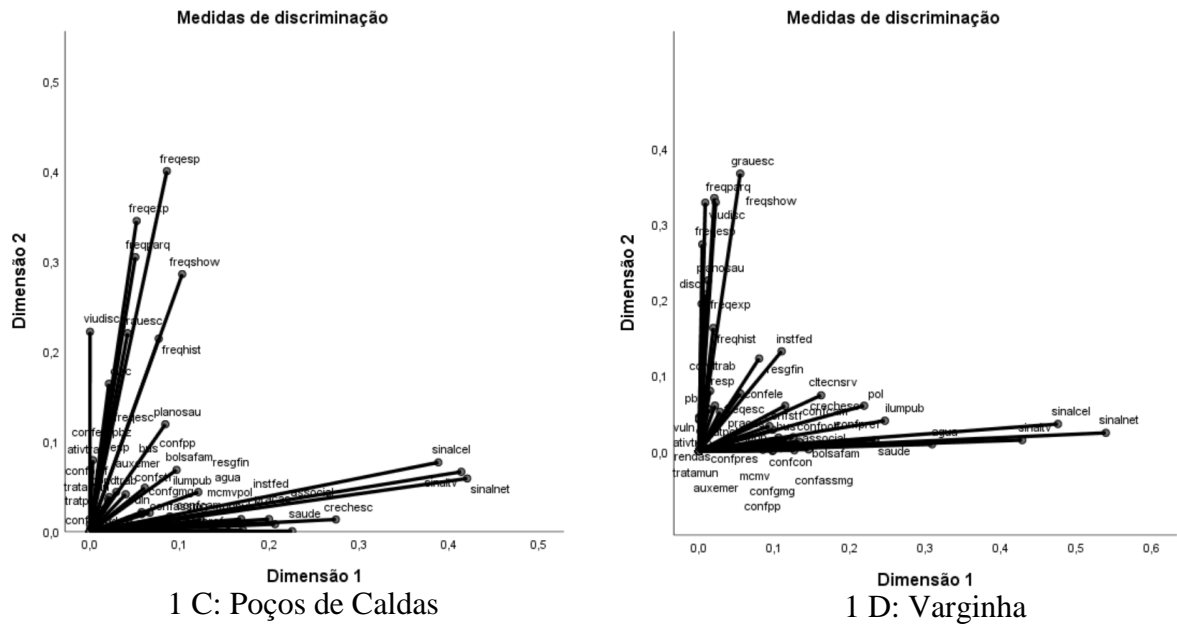


Gráfico 1 - Medidas de discriminação para o conjunto de dados com os municípios e separadamente para Alfenas, Poços de Caldas e Varginha

(conclusão)



Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Como apontado nos trabalhos de Agostini, Nascimento e Massi (2022) e de Carbonai, Baum e Camiz (2020), os gráficos resultantes da ACM podem ser interpretados como: quanto mais próximas duas variáveis estiverem, maior a associação entre elas, quanto mais distante, maior a antiassociação. Ainda, os autores ressaltam que as variáveis mais afastadas da origem possuem maior contribuição para cada eixo, ao passo que aquelas mais próximas da origem devem ter sua interpretação relativizada (AGOSTINI; NASCIMENTO; MASSI, 2022; CARBONAI; BAUM; CAMIZ, 2020).

Ainda, há a contribuição de cada variável para cada uma das dimensões de forma que quanto mais vertical ou horizontal, maiores as contribuições para cada dimensão, ou seja, mais associada (ou dissociada) da respectiva dimensão. No caso de uma variável possuir inclinação próxima à 45°, como a variável de avaliação do transporte público (BUS) no Gráfico 1 A, a (pouca) contribuição se dá para as duas dimensões do gráfico.

De forma geral, pelos gráficos que compõem o Gráfico 1, há uma dissociação entre pessoas que avaliam positivamente sinal de televisão (SINALTV), internet (SINALNET) e celular (SINALCEL) em relação a pessoas que presenciaram discriminação (VIUDISC). Para além, consegue-se perceber que o presenciamento de discriminação está associado ao grau de escolaridade da população. Tal associação pode representar que pessoas com maiores graus de

escolaridade percebem e/ou identificam ações de discriminação mais facilmente do que pessoas com baixo nível de escolaridade.

No primeiro gráfico (GRÁFICO 1 A), com os municípios representativos da amostra (que estão em azul<sup>32</sup>), percebe-se a proximidade das variáveis de avaliação de sinal de televisão (SINALTV), internet (SINALNET) e celular (SINALCEL) na dimensão 1, com certa distância da maioria das variáveis que se encontram mais próximas da origem. Já na dimensão 2, a variável que representa o presenciamento de diferentes tipos de discriminação (VIUDISC) é a mais distante do eixo, próxima daquelas que representam a frequência em shows (FREQSHOW), parques (FREQPARQ), monumentos históricos (FREQHIST) e exposições (FREQEXP) e espetáculos (FREQESP), além do grau de escolaridade (GRAUESC) e da variável que discorre sobre ter sofrido algum tipo de discriminação (DISC). Além disso, é possível identificar a proximidade entre as variáveis da dimensão Voz Política e Credibilidade nas Instituições (CONFSTF, CONFOLF, CONFLE, CONFPP, CONFCON, CONFASMG, CONFAM, CONFRES, CONFMMG e CONFREF), o que sugere que as suas respostas estão relacionadas.

O Gráfico 1 B, referente ao município de Alfenas, se assemelha, em partes, com o gráfico das variáveis com os municípios. A semelhança está na preponderância, na dimensão 1, das variáveis de avaliação do sinal de televisão (SINALTV), internet (SINALNET) e celular (SINALCEL) e, na dimensão 2, com o presenciamento de discriminação (VIUDISC), ainda que essa esteja mais à frente do que anteriormente, e a frequência à shows (FREQSHOW) e parques (FREQPAR) (a frequência a outras atividades teve uma diminuição comparativamente ao primeiro gráfico). Essa contradição de avaliação da comunicação com a frequência de parques e shows sinaliza que aqueles que desfrutam mais dos serviços de comunicação e, por consequência, ficam mais em casa e aqueles que desfrutam mais dos serviços públicos de lazer e cultura. Há diferenças também no maior apontamento da variável de grau de escolaridade (GRAUESC) e a percepção de um volume maior de variáveis direcionadas a dimensão 1.

O Gráfico 1 C, que representa o município de Poços de Caldas, tem, assim como os outros, as variáveis de sinal de televisão, celular e internet facilmente identificáveis na dimensão 1. Na dimensão 2, as variáveis que compõem a dimensão de Lazer e Cultura se sobressaem e ficam acima da variável que representa o presenciamento da discriminação (que, em Poços de Caldas, alcança a menor representação no gráfico). Assim como o Gráfico 1 B

---

<sup>32</sup> A princípio, a utilização dos municípios representativos como variáveis visou a identificação, no gráfico de discriminação das variáveis, da proximidade (ou distanciamento) dos municípios entre si e entre as variáveis analisadas. Contudo, a identificação ficou restrita, já que não é possível analisar com detalhes a proximidade de tais variáveis dado a quantidade inserida no modelo.



Pelo Gráfico 2 é possível perceber como a variável de avaliação de sinal de internet (SINALNET), de televisão (SINALTV) e de celular (SINALCEL) estão próximas, o que sugere uma relação entre elas, além de contribuir mais fortemente para a dimensão 1 - como a análise dos municípios representativos também mostrou. Visto que a quantidade de variáveis analisadas é alta, não é possível identificar todas, mas sim aquelas com maior contribuição (ou seja, mais distantes do eixo). Na dimensão 2, percebe-se a relevância da variável de presenciamento de discriminação (VIUDISC), como ocorreu com o gráfico da região com os municípios e o gráfico do município de Alfenas. Além disso, as variáveis do componente de Lazer e Cultura (FREQSHOW, FREQPAR, FREQHIST, FREQESP e FREQEXP) estão associadas e com considerável relevância para a dimensão 2.

É possível perceber a proximidade entre as variáveis de Confiança Política e Credibilidade nas Instituições (CONFSTF, CONFPOLF, CONFELE, CONFPP, CONFCON, CONFASSMG, CONF CAM, CONF PRES, CONF GMG e CONF PREF) inclinadas à dimensão 1. Para além, tais variáveis se colocam dissociadas à variável de grau de escolaridade (GRAUESC), o que sugere comportamento distintos da população frente às duas dimensões de desenvolvimento (Voz Política e Credibilidade nas Instituições e Educação). É de se ressaltar, ainda, uma quantidade relativamente grande de variáveis próximas ao eixo, como a variável de renda mensal advinda do trabalho ou aposentadoria maior que um salário mínimo (RENDAS) e Trabalho com carteira assinada ou é funcionário público ou militar ou profissional liberal, com renda maior do que um salário mínimo, ou é empregado (CONDTRAB), como também de Pessoas que não estão em condição de desemprego (ATIVTRAB), o que sugere pouca contribuição de tais variáveis para as dimensões.

As variáveis referentes de avaliação de creches e escolas (CRECHESC), avaliação de institutos federais (INSTFED), iluminação pública (ILUMPUB), bolsa família (BOLSAFAM), água (AGUA) e assistência social (ASSOCIAL) possuem proximidade entre si e estão inclinadas à dimensão 1 do gráfico, o que demonstra uma associação entre tais variáveis. Desta forma, é possível assinalar que suas avaliações estão associadas ao passo que a população que avaliou bem (ou mal) um desses serviços tendem a avaliar bem (ou mal) os outros.

Ainda que a Tabela 11 de sumarização do modelo gerado proveniente da aplicação da ACM tenha apontado que a dimensão 1 representa melhor o desenvolvimento no Sul de Minas Gerais, lança-se mão da contribuição de cada variável para cada dimensão e sua respectiva ponderação. A Tabela 12 abaixo apresenta os resultados.

Tabela 12 - Medidas de discriminação das variáveis analisadas com as dimensões  
(continua)

<b>Variáveis</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Dimensão 1</b>	<b>Dimensão 2</b>
SAUDE	40	0,206	0,022
PLANOSAU	40	0,020	0,145
TRATAMUN	40	0,020	0,028
GRAUESC	24	0,037	0,254
CRECHESC	24	0,142	0,068
UNPUB	24	0,156	0,006
INSTFED	24	0,171	0,082
FREQESC	24	0,020	0,031
PBZ	20	0,007	0,056
RENDAS*	20	0,000	0,000
RESGFIN	20	0,059	0,051
ATIVTRAB	20	0,007	0,027
CONDTRAB	20	0,006	0,022
VULN	20	0,007	0,037
RESP	30	0,002	0,145
TRATPOL	30	0,002	0,087
DISC	30	0,000	0,205
VIUDISC	30	0,012	0,362
CONFSTF	12	0,103	0,006
CONFPOLF	12	0,101	0,000
CONFELE	12	0,089	0,019
CONFPP	12	0,058	0,002
CONFCON	12	0,093	0,000
CONFASFMG	12	0,121	0,001
CONF CAM	12	0,125	0,002

Tabela 12 - Medidas de discriminação das variáveis analisadas com as dimensões (conclusão)

<b>Variáveis</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Dimensão 1</b>	<b>Dimensão 2</b>
CONFPRES	12	0,053	0,001
CONFGMG	12	0,097	0,001
CONFPREF	12	0,117	0,000
COTASUNI	30	0,000	0,029
ASSOCIAL	30	0,178	0,050
BOLSAFAM	30	0,097	0,043
AUXEMER	30	0,074	0,014
CASAP	15	0,000	0,002
POL	15	0,113	0,075
MCMV	15	0,089	0,004
AGUA	15	0,114	0,016
CLTECNSRV	15	0,101	0,077
PRAÇAS	15	0,102	0,044
BUS	15	0,062	0,053
ILUMPUB	15	0,140	0,052
FREQSHOW	24	0,067	0,292
FREQEXP	24	0,043	0,199
FREQESP	24	0,077	0,261
FREQHIST	24	0,049	0,179
FREQPARQ	24	0,061	0,311
SINALCEL	40	0,461	0,020
SINALTV	40	0,451	0,021
SINALNET	40	0,462	0,020

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Nota: \*: variável não interfere nas dimensões já que possui medida de discriminação de 0,000 em ambas dimensões.

É possível perceber, frente à tabela de discriminação das variáveis com as dimensões 1 e 2, que a primeira dimensão possui maior representatividade que a segunda dimensão - como apontado na tabela de sumarização. A dimensão 1 é responsável por representar 28 variáveis em contraste às 19 representadas pela segunda dimensão.

No que se refere à menor representatividade das dimensões, tem-se, no caso da dimensão 1, nenhuma contribuição das variáveis de não sofrer discriminação (DISC) e de possuir casa própria (CASAP). Já no caso da dimensão 2, as variáveis que não contribuem são de confiança na polícia federal (CONFPOLF), confiança no Congresso Nacional (CONFCON) e confiança na prefeitura municipal (CONFPREF) – as três da dimensão de Voz Política e Credibilidade nas Instituições.

No que tange às maiores contribuições, no caso da dimensão 1, fica-se a cargo das variáveis de avaliação de saúde (SAUDE) e as três variáveis da Comunicação, a saber: SINALCEL, SINALTV e SINALNET. Para a dimensão 2, as variáveis de grau de escolaridade (GRAUESC), não sofreu discriminação (DISC), não presenciou discriminação (VIUDISC), frequentou espetáculos (FREQESP) e frequentou shows (FREQPARQ). Ademais, o gráfico 3 abaixo ajuda a corroborar com a maior representação da dimensão 1 em contraste à dimensão 2.

Gráfico 3 - Pontos-Categoria das variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento para o Sul de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira

no ano de 2022.

Similarmente à interpretação dos gráficos de discriminação de variáveis, o gráfico de pontos categoria sinaliza a associação (ou antiassociação) das variáveis. Para além, quanto mais distantes do eixo, maior a contribuição da variável para a dimensão que, neste gráfico, já carrega o número que simboliza a dimensão que a representa. Pela quantidade de variáveis, não é possível visualizar intuitivamente a dimensão que representa o conjunto de dados, apenas com a Tabela 12 que sinaliza para a primeira dimensão.

Com a tabela de sumarização do Índice de desenvolvimento, os gráficos de discriminação, a tabela de discriminação e o gráfico de ponto categoria, percebe-se que deve-se escolher a dimensão 1 para representar o Índice de desenvolvimento aqui proposto. Portanto, o próximo capítulo trará os resultados do índice, bem como sua relação com a renda.

### 5.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO SUL DE MINAS GERAIS

Com o objetivo de analisar o Sul de Minas Gerais, utiliza-se da base de dados que vem a representá-lo a partir da pesquisa A Identidade Sul Mineira (2022). Como visto no capítulo anterior, a criação das 48 variáveis pode apontar importantes resultados no que tange ao desenvolvimento da região. Desta forma, com vistas a analisar a renda familiar *per capita*, variável importante para o desenvolvimento, ainda que não seja a única tampouco a principal (SEN, 2010), é investigado os percentis em relação a tal variável nas localidades representativas. A Tabela 13 abaixo sintetiza os resultados.

Tabela 13 - Médias e Desvios Padrão do Índice de Desenvolvimento e da Renda familiar *per capita* (em R\$) para o Sul de Minas Gerais, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha

Região	Média		Desvio Padrão		CA*	
	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda
Sul de Minas Gerais	0,583	1750,22	0,207	2609,93	-0,497	10,42
Alfenas	0,553	1794,81	0,222	3100,45	-0,346	8,31
Poços de Caldas	0,631	1889,66	0,198	1720,76	-0,670	2,57
Varginha	0,634	2223,19	0,210	3945,66	-0,691	8,98

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Nota: \*CA: Sigla para Coeficiente de Assimetria<sup>33</sup>.

Assim como foi feito com os gráficos de discriminação de variáveis, a análise do índice e da renda foi feita, além da análise para todo o Sul de Minas, para os municípios representativos, ou seja, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha.

Tendo em vista a Tabela 13, é possível afirmar que a média do Índice de Desenvolvimento é maior no município de Varginha, que se encontra bastante próximo do índice da cidade de Poços de Caldas. O índice para a região como um todo, ou seja, para a amostra do Sul de Minas Gerais, se encontra acima da média alcançada por Alfenas, que se coloca aqui como o menor resultado. Ainda, o desvio padrão de Poços de Caldas é o menor dentre os analisados, até menor do que o de Varginha, que se coloca como o melhor resultado no índice. Isso indica que há menor variabilidade do resultado de Poços de Caldas, que não implica melhor resultado no índice, mas sim um resultado mais homogêneo (ainda que esse seja uma característica amostral) e com os resultados se encontram mais próximos da média.

No que se refere à renda, percebe-se uma maior média em Varginha, de R\$333,53 a mais que a segunda maior média, à cargo de Poços de Caldas. Segue-se a média da renda de Alfenas e a média do Sul de Minas Gerais, que possuem números razoavelmente próximos.

Para além, percebe-se que o desvio padrão ultrapassa a renda média no caso de Varginha (a maior discrepância entre renda média e desvio padrão), Alfenas e Sul de Minas. No caso de Poços de Caldas, o único a não ter o desvio padrão maior que a renda média, a proximidade entre as medidas sugere que a média é representativa do conjunto de dados para a localidade, ou seja, há maior homogeneidade referente a variável analisada. Em contrapartida, Varginha, Alfenas e o Sul de Minas (aqui em menor grau) possuem maior heterogeneidade no que tange a renda média, de forma que a média pode não ser a melhor representação da renda nesses lugares.

Notou-se que as maiores médias no índice de desenvolvimento foram coincidentes com as maiores médias da renda *per capita*. Varginha e Poços de Caldas, que possuem, respectivamente, as melhores rendas médias, possuem o mais alto índice médio de desenvolvimento. Tal resultado pode vir a corroborar com interpretações que pontuam indicador econômico com maior, tal como de Alves e Oliveira (2020) e de Oliveira, Piffer e Strassburg (2019), discutidos na seção 3.2.

Para investigar a proporção da população abaixo ou acima da média do Índice de Desenvolvimento, lança-se mão da análise dos percentis do índice. Para tanto, a Tabela 14

---

<sup>33</sup> O coeficiente de assimetria de Person é calculado por  $C.A. = (\bar{x} - Mo)/D.P.$

abaixo resume a porcentagem de pessoas que estão acima ou abaixo da média do Índice de Desenvolvimento do Sul de Minas Gerais.

Tabela 14 - Percentis do Índice de Desenvolvimento e da Renda familiar *per capita* (em R\$) do Sul de Minas Gerais, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha

Percentis	Sul de MG		Alfenas		Poços de Caldas		Varginha	
	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda
1%	0,068	171,42	0,041	173,14	0,104	250,00	0,068	100,00
5%	0,204	300,00	0,133	300,00	0,273	400,00	0,247	260,00
10%	0,290	400,00	0,246	361,90	0,333	465,00	0,336	433,33
25%	0,446	606,00	0,396	606,00	0,495	800,00	0,498	625,00
50%	0,621	1166,66	0,580	1000,00	0,684	1260,00	0,653	1250,00
75%	0,754	2000,00	0,725	2000,00	0,780	2500,00	0,791	2500,00
90%	0,839	3500,00	0,822	3316,66	0,849	3875,00	0,880	5000,00
95%	0,891	5000,00	0,882	6250,00	0,893	6060,50	0,921	6500,00
99%	0,957	8500,00	0,979	11500,00	0,965	7500,00	0,963	13332,00

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Ao encontro da Tabela 13, a Tabela 14 analisa o índice e a renda dos quatro recortes geográficos possíveis, ou seja, da amostra representativa do Sul de Minas Gerais, de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. É de se ressaltar ainda que foi utilizado três casas decimais após a vírgula para o índice e duas casas após a vírgula para a renda, em conformidade com a Tabela 13.

Frente à Tabela 14, observa-se que 1% da população do Sul de Minas Gerais possui índice de desenvolvimento de 0,068, o mesmo que de Varginha. Ainda em 1%, Alfenas possui ID de 0,041, consideravelmente menor que o do Sul de Minas, e bem abaixo do ID de Poços de Caldas (0,104) - o maior nessa faixa.

Quando o percentil é ampliado para 5% da população, o Sul de Minas alcança 0,204 de índice, acima de Alfenas (0,133) e abaixo de Poços de Caldas (0,273) e Varginha (0,247). Ao ampliar a análise para o percentil 50%, que também representa a mediana dos dados, metade

da população do sul de Minas possui um índice menor ou igual a 0,621, ainda acima de Alfenas e abaixo de Poços de Caldas e Varginha.

Um outro ponto a se salientar é que os municípios de Poços de Caldas e Varginha possuem índices consideravelmente próximos. De modo geral, Varginha ultrapassa Poços de Caldas no índice a partir do percentil 75%, ainda que tenha alcançado resultados melhores nos percentis 10% e 25%, a partir do 75% Varginha não é mais superada por Poços de Caldas. É de se pontuar, contudo, que Poços de Caldas possui maior homogeneidade quanto à renda, o que reflete menor desigualdade nesse quesito – o que também é de se considerar na análise.

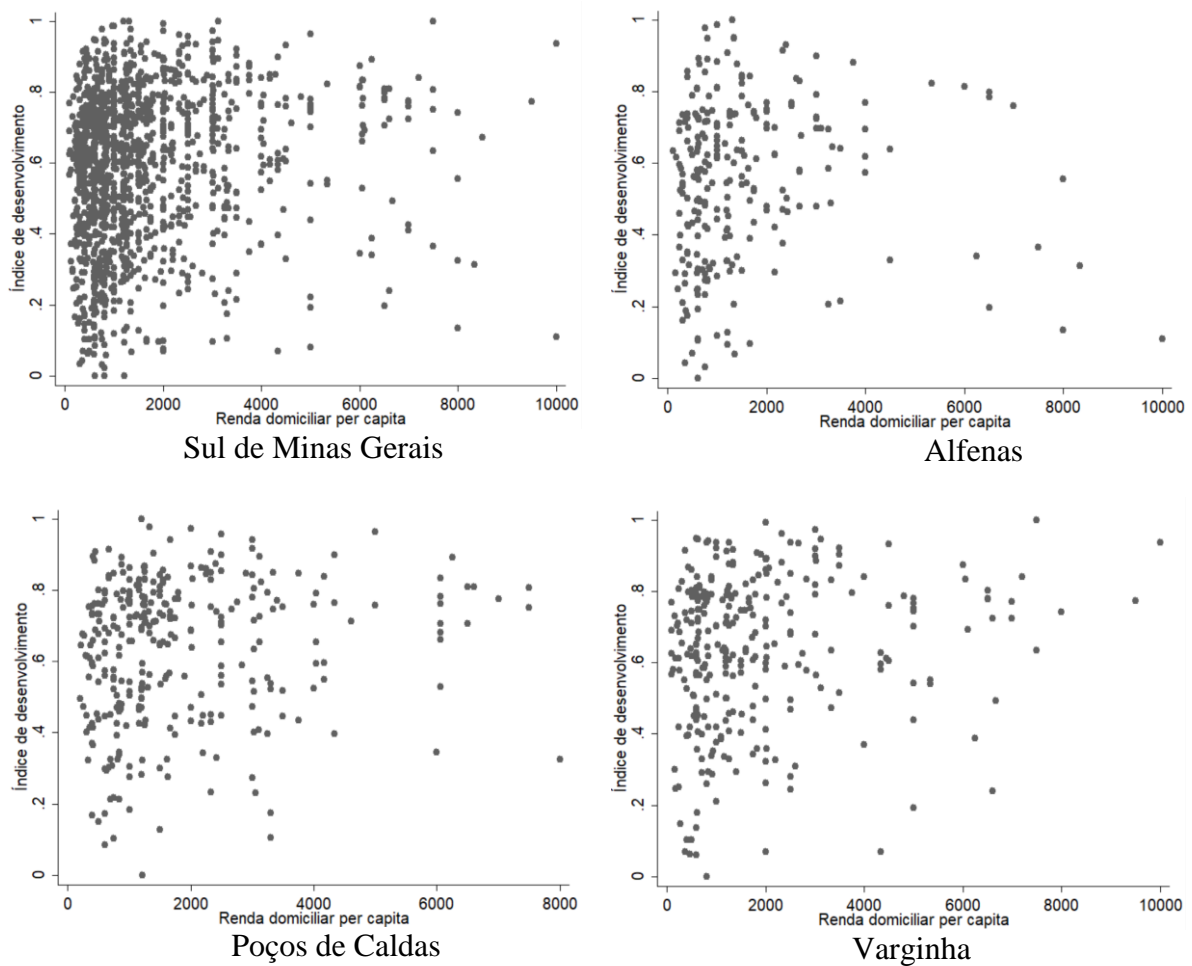
Já no que se refere à renda, 1% da população do sul de Minas possui R\$ 171,42, ligeiramente abaixo de Alfenas e mais que o dobro abaixo de Poços de Caldas. A pior posição fica, no percentil 1%, a cargo de Varginha, com renda de R\$100 – renda expressivamente baixa. Ao ampliar a análise para os 5% da população, a renda do sul de Minas é igual à de Alfenas, R\$300, que se encontra, novamente, abaixo da renda dos 5% de Poços de Caldas e acima de Varginha.

Ao analisar a mediana da renda, ou seja, o percentil 50%, a mediana da população de Alfenas é quem possui a menor renda (R\$1.000), seguida da renda da região do sul mineira, de Varginha e de Poços. Ressalta-se, como pode ser percebido na tabela 14, que a diferença na mediana de Poços de Caldas e Varginha é pouca, de R\$10,00. Similarmente ao que acontece com o índice, a dianteira da renda é disputada por Poços e Varginha, sendo que este último empata com o primeiro a partir do percentil 75% e o ultrapassa definitivamente a partir daí. Um ponto a se destacar, é que Poços de Caldas possui, no percentil 99%, uma renda média bem abaixo dos outros municípios, abaixo até mesmo da média do Sul de Minas.

De modo geral, portanto, ainda que na Tabela 13 tenha se percebido que o ID médio mais alto era acompanhado de uma renda média mais alta, na análise por percentis se percebe, por exemplo no percentil 1%, que não necessariamente maiores médias na renda familiar *per capita* reflete um ID mais alto, como no caso de um ID de 0,068 com uma renda de R\$171,42 no Sul de Minas e o mesmo ID para uma renda de R\$100,00 em Varginha, ou um ID menor do que esses dois recortes (de 0,041) em Alfenas para uma renda maior (R\$173,14). Essa constatação é importante para afirmar, mais uma vez, que o desenvolvimento deve ser encarado (e calculado) para além das questões de renda.

É a partir da investigação da renda que lança-se mão do gráfico de dispersão entre o Índice de Desenvolvimento e a renda familiar *per capita* para o Sul de Minas Gerais q para os municípios representativos, ou seja, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. O Gráfico 4 abaixo busca compreender, em linhas gerais, se uma renda maior determina um índice maior

Gráfico 4 - Dispersão entre o Índice de Desenvolvimento calculado e a renda familiar *per capita* para o Sul de Minas Gerais e Alfenas, Poços de Caldas e Varginha



Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Para que se pudesse ter uma visão real da influência da renda no índice de desenvolvimento, os valores de renda considerados *outliers* (valores atípicos e discrepantes da média) foram retirados da análise. O recorte, portanto, foi para valores abaixo de R\$10.000,00 de renda familiar *per capita*, ou seja, a renda de um integrante do domicílio, o que resultou na exclusão total de 11 observações.

É possível afirmar que a renda familiar *per capita* não parece ser a determinante dos altos níveis do índice de desenvolvimento criado, o que corrobora com a afirmação de Sen

(2010) de que uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além das variáveis relacionadas à renda. Isso ocorre porque a maior parte das observações amostrais se concentram em rendas domiciliares *per capita* de até R\$ 4.000,00. Ainda assim, Alfenas coloca-se como o município com menor número de observações que possuam renda familiar *per capita* acima de R\$ 6.000,00. Ademais, nota-se que é possível encontrar observações com renda familiar *per capita* abaixo de R\$ 2.000,00 e com índice de desenvolvimento acima de 0,800.

Como dito no capítulo de metodologia, a classificação dos municípios quanto ao seu desenvolvimento deu-se frente à média e ao desvio padrão calculados para o índice do Sul de Minas Gerais. Os níveis de corte, inspirados no trabalho de Renzi, Piacenti e Santoyo (2022), são resumidos no Quadro 3:

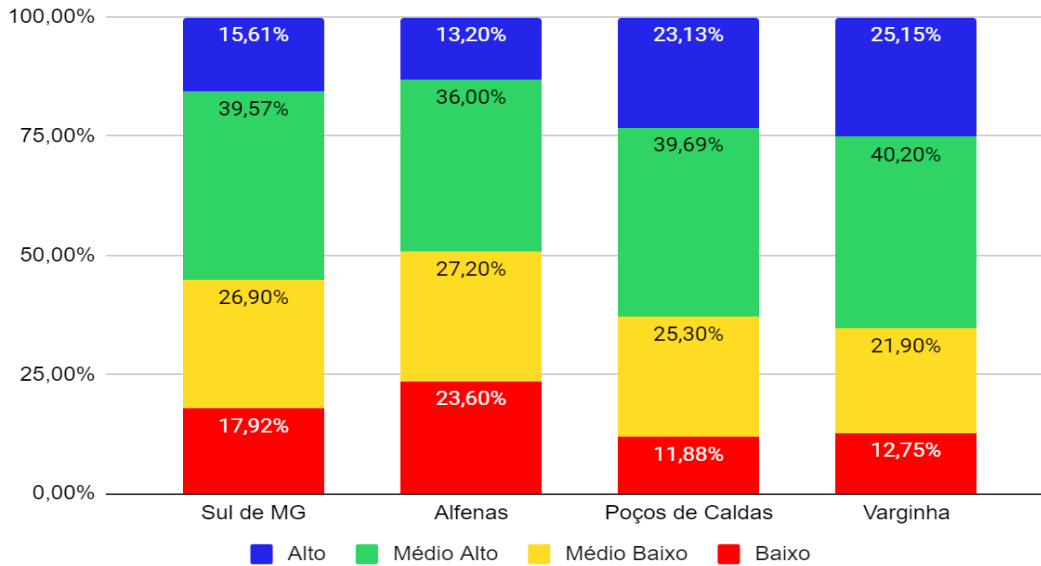
Quadro 3 - Níveis de corte para o Índice de Desenvolvimento

<b>Alto</b>	<b>Médio Alto</b>	<b>Médio Baixo</b>	<b>Baixo</b>
Maior que 0,790	Entre 0,790 e 0,583	Entre 0,583 e 0,375	Menor que 0,375

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Portanto, aquelas observações maiores que 0,790 de índice são consideradas altas. Já aquelas menores que 0,790 e maiores que 0,583, são consideradas médias altas. Por conseguinte, o médio baixo ficou a cargo dos resultados entre 0,583 e 0,375. Os baixos são as observações menores que 0,375. A classificação permite comparar municípios (e populações) mais facilmente do que com o valor absoluto. É pensando nisso que criou-se o Gráfico 5 abaixo para sinalizar a proporção da população em cada índice de cada município estudado.

Gráfico 5 - Porcentagem da população do Sul de Minas Gerais, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha classificada conforme o nível de corte do desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

Dentro da análise feita, o município com a maior parte da população com índice alto é Varginha, seguido de Poços de Caldas. Um dos fatores que mais contribuíram para que Varginha se colocasse à frente de Poços é o indicador de Voz Política e Credibilidade nas Instituições. Uma semelhança que pode ser feita aqui é com o trabalho de Alves e Oliveira (2020) que obtiveram resultados aquém na dimensão intitulada como Institucional<sup>34</sup> para a região Sudeste do Pará. Para as variáveis que compõem a dimensão de Voz Política e Credibilidade nas Instituições, Poços de Caldas atingiu resultados baixos, em grande parte mais baixos do que de toda a amostra. Como os indicadores tiveram pesos iguais, uma dimensão destoar em relação ao outro município pode ser determinantes, já que os dois municípios possuem resultados muito próximos nas análises. Ainda que Poços de Caldas não tenha a maior porcentagem na classificação Alta, é o município que possui menor população em Baixo desenvolvimento, menos de 1% melhor que o Varginha.

É de se destacar ainda que dois terços (2/3) da população de Varginha possui ID considerado alto e médio alto. No caso de Poços de Caldas, tal proporção cai, mas ainda alcança próximo de 63% da população com ID alto ou médio alto. Em contrapartida, o ID alto e médio alto atinge pouco mais que 55% da população do Sul de Minas Gerais, uma queda de cerca de 10% em relação à Varginha e de 8% em relação à Poços. A situação piora ao se analisar Alfenas, que atinge ID alto e médio alto para menos da metade de sua população, mais especificamente 49,20%.

<sup>34</sup> Os autores analisam variáveis distintas das que foram analisadas neste trabalho. Ainda assim, como o objetivo da dimensão era de mensurar questões referentes à capacidade institucional.

A proximidade do Índice de Desenvolvimento aqui proposto entre Poços de Caldas e Varginha pode ser percebida até mesmo em outros trabalhos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), baseado nos Censos, apontou um resultado de 0,779 para Poços de Caldas, seguido de 0,778 para Varginha, no ano de 2010. Ainda que Poços se coloque à frente de Varginha, a diferença tem diminuído, já que em 2000 Poços possuía um IDHM de 0,716 e Varginha de 0,702, o que sugere a possibilidade do município de Varginha ultrapassar Poços em futuras atualizações. Como houve atraso com o Censo previsto para 2020 (decorrente, da pandemia do Coronavírus e das decisões do então governo federal), não é possível comparar o IDHM dos dois municípios para 2022, mas caberá aqui uma atualização destes dados.

Há ainda o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS<sup>35</sup>) criado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2020) que aponta, para o ano de 2020, um IMRS de 0,728 para Poços de Caldas e 0,732 para Varginha. Ou seja, Varginha ultrapassa Poços de Caldas, ainda que ligeiramente. É possível analisar ainda as dimensões do IMRS. Dentre elas, Varginha lidera em Saúde, Vulnerabilidade e Saneamento e Meio Ambiente. Poços de Caldas já possui melhores resultados nos indicadores de Educação e Segurança Pública.

Alfenas, como possível perceber também pelas outras investigações feitas acima, é o município com a menor quantidade de pessoas com índice de desenvolvimento considerado alto e o maior em quantidade considerado baixo. De forma geral, isso indica diferenças consideráveis nos indicadores criados para mensurar o desenvolvimento em relação aos outros municípios, sendo Alfenas o pior em resultados desta análise. Para além, o IDHM de Alfenas para o ano de 2010 também se coloca como o mais abaixo em relação aos outros dois municípios, alcançando o valor de 0,761 e um IMRS de 0,705 em 2020.

A discussão de tais dados, primordialmente o do índice de desenvolvimento, mas também da renda, vão ao encontro de sinalizar a importância de compreensão da região, visto que, como apontado por Lima, Simões e Hermeto (2016), observa-se a diminuição e esvaziamento da atuação estatal nas questões de desenvolvimento regional. É necessário, portanto, promover espaços urbanos pautados por premissas das necessidades da população e não pela exclusão da população local em troca de valorização do solo, com apropriação dos espaços desconsiderando o antigo habitante (TEOBALDO, 2010).

---

<sup>35</sup> O IMRS é composto por cinco indicadores, sendo eles: Saúde, Educação, Vulnerabilidade, Segurança Pública e Saneamento e Meio Ambiente. Diferentemente do IDHM e do Índice de Desenvolvimento aqui proposto, os indicadores possuem diferentes pesos no cálculo final do IMRS. Educação e Saúde recebem um peso maior (0,23), seguidos de Vulnerabilidade, Segurança Pública e Saneamento e Meio Ambiente, que recebem um peso de 0,18.

A análise das dimensões do ID proposto, pautado em dados provenientes da própria população e de suas próprias conclusões e avaliações, reflete a necessidade de políticas urbanas, visto que elas possuem papel crucial na ampliação da democracia e da cidadania (MARICATO, 2000). Como aponta Monte-Mór (2006) é nas cidades que se constrói as bases sócio culturais, econômicas e políticas que formam o país e que produzem seu espaço urbano-regional.

Ademais, cumpre-se com o problema de pesquisa do trabalho ao analisar o desenvolvimento da região sul mineira pela perspectiva múltipla, perpassando as questões de renda. A hipótese inicial de que o desenvolvimento deve ser compreendido e calculado de forma múltipla é aceita, aja vista que não necessariamente a maior renda possui o maior ID e que variáveis de outras dimensões, como a de Voz Política e Credibilidade nas Instituições tiveram forte influência no resultado final.

Os resultados aqui encontrados ajudam a entender o “significado, papel e função” (ALVES, 2023, p. 9) tanto da cidade quanto dos serviços e funções públicas que foram analisadas nas variáveis de cada dimensão do ID. Nesse sentido, os resultados podem fundamentar a tomada de decisão nas políticas públicas, dado suas necessidades, como por exemplo desigualdade – percebida pela heterogeneidade de renda e ID – e falta de confiança nas instituições políticas – dimensão com menores resultados.

Para além, Harvey (2012) explicita que condições de privação, como de água, saneamento e casa própria, para citar algumas e que foram, inclusive variáveis que compuseram as dimensões analisadas, enterram ideais de identidade tanto urbana, quanto de cidadania e pertencimento. Portanto, entende-se que os resultados aqui expostos podem (e devem) também sustentar o planejamento urbano com vistas a assegurar a justiça social (MARICATO, 2000) e o atendimento das necessidades básicas da população.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ter em mente que o desenvolvimento refere-se à possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, com o atendimento a oportunidades plenas para tanto. Desta forma, o desenvolvimento deve garantir as liberdades substantivas, ou seja, liberdades que promovam o atendimento às capacitações substanciais de melhora de vida dos indivíduos, como componente constitutivo do próprio desenvolvimento (SEN, 2010). É pautado nesse entendimento que a dissertação foi construída.

Ainda, as discussões inerentes ao desenvolvimento regional devem caminhar ao encontro dos pressupostos de Sen (2010) com o fim principal de garantir maiores e melhores condições para sua população. Além disso, o direito à cidade e a proteção à identidade da região devem ser pontos chaves do desenvolvimento regional. Segundo Harvey (2012), deve-se agora entender o direito à cidade como um tipo de direito humano. Desta forma, de acordo com Maricato (2000), o espaço urbano se coloca para além das relações sociais e escorre para a dominação econômica e/ou ideológica, de forma que as políticas urbanas devem se voltar à ampliação da democracia e da cidadania. É a partir de tal possibilidade que analisou-se o desenvolvimento da região chamada de Sul de Minas Gerais e que, posteriormente, criou-se um índice de desenvolvimento.

Diante disso, objetivou-se analisar o desenvolvimento da região Sul de Minas Gerais no ano de 2022 sob a ótica múltipla de desenvolvimento. Para tanto, foi necessário debruçar-se na pesquisa A Identidade Sul Mineira (PISM) aplicada em 20 municípios, com representatividade para toda a região sul mineira e para os municípios de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha. Diante aos dados desta pesquisa, foi aplicado a Análise de Correspondência Múltipla nas 1.320 observações do banco de dados, a fim de identificar variáveis relacionadas umas às outras e analisar o desenvolvimento das localidades representativas.

Dito isso, em posse de nove indicadores (Saúde; Educação; Renda e Trabalho; Respeito, Discriminação e Preconceito; Voz Política e Credibilidade nas Instituições; Igualdade Social; Habitação, Infraestrutura, Água e Segurança; Lazer e Cultura; e Comunicação) que, juntos, compõem o Índice de Desenvolvimento aqui proposto, foi possível elucidar o desenvolvimento do Sul de Minas Gerais, de Alfenas, de Poços de Caldas e de Varginha para o ano de 2022. O índice, que está padronizado de 0 a 1, foi classificado em Alto, Médio Alto, Médio Baixo e Baixo.

O objetivo principal foi cumprido aja vista as dimensões que compuseram o índice de desenvolvimento (ID). Para além, o cumprimento do objetivo principal escorou-se nos

objetivos específicos de descrever as características socioeconômicas por meio comportamento dos indicadores, estimar escores a fim de formular indicadores sintéticos de desenvolvimento, propor um índice de desenvolvimento da região do Sul de Minas Gerais e formular índices de desenvolvimento municipal e, posteriormente, comparar tais municípios.

Para que se pudesse atingir os objetivos, utilizou-se da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) que possibilitou a análise das estatísticas descritivas das variáveis, a análise de relações entre as variáveis e as dimensões, bem como a criação do índice e suas comparações. Além disso, a ACM ensejou comparações gráficas entre municípios e variáveis, além da comparação do índice com a renda.

A hipótese inicial do trabalho de que o desenvolvimento, e posteriormente seu índice, perpassa puramente a renda foi aceita. Isso é percebido pelo fato de que os resultados de maior renda não necessariamente são os de maior índice. Não se refuta, por outro lado, que a análise de variáveis econômicas seja importante, pelo contrário. O que se refuta é a interpretação simplista de desenvolvimento como um resultado da renda. Tal rejeição pode ser confirmada pelos gráficos de dispersão entre o Índice de Desenvolvimento calculado e a renda familiar *per capita* das observações representativas do Sul de Minas Gerais, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha.

Ainda, o uso de desenvolvimento como simplesmente um cálculo de renda pode trazer resultados perigosos e errôneos. Como por exemplo a utilização exacerbada do PIB para mensurar o desenvolvimento tanto de regiões quanto de países. Isso, além de estrangular o conceito, possibilita conclusões de que determinada região ou país é ou está desenvolvido quando na verdade passa por graves processos de desigualdade e de privação, o que acontece em muitos lugares, como no Brasil.

O município com a maior porcentagem de pessoas com o Índice de Desenvolvimento alto é Varginha (25,15%), seguido de Poços de Caldas (23,13%), da região representativa do Sul de Minas em sua totalidade (15,61%) e de Alfenas (13,20%). Varginha se colocar, aqui, à frente de Poços de Caldas respalda-se em pesquisas já realizadas como o Índice Mineiro de Responsabilidade Social e até do IDHM calculado com base no Censo que já apontava aproximação entre tais cidades.

Não obstante, é de se ressaltar que Poços de Caldas ficou abaixo de Varginha pelo indicador de Voz Política e Credibilidade nas Instituições que obteve resultados pífios no geral, mas em especial no município. Como os indicadores tiveram peso igual no cálculo do índice, um indicador que estivesse muito defasado poderia diminuir o índice: o que aconteceu com Poços de Caldas.

Ainda que a porcentagem de pessoas com maior ID alto seja em Varginha, também obteve-se um bom resultado em Poços de Caldas. Além disso, a menor porcentagem da população com o ID baixo está em Poços de Caldas (11,88%) contra 12,75% em Varginha – seguida do Sul de Minas (17,92%) e de Alfenas (23,20%), que obteve quase ¼ da população com ID baixo. Um outro dado é que Poços de Caldas obteve menor desigualdade ao se analisar à renda familiar *per capita*. Tais fatores, somados, passa a sensação de que Poços de Caldas pode estar com desenvolvimento tão bom ou maior que o município de Varginha. Se houvesse uma dimensão de composição do ID intitulada Igualdade em que pudesse ser analisado níveis de desigualdade, como pôde ser feito na análise dos resultados do ID e de Renda, possivelmente Poços de Caldas se colocaria como o município com o melhor resultado de ID.

A aplicação da PISM periodicamente possibilitaria a comparação (da região e dos municípios com amostra representativa) ao longo dos anos, com o diferencial de ser uma pesquisa pautada na percepção da população. Dado que o Censo Demográfico ocorre somente de dez em dez anos, a PISM poderia se colocar como uma fonte preciosa de dados, primordialmente no que se refere ao desenvolvimento da região, já que foi possível analisá-lo de forma plural e holística com a criação de nove indicadores que, juntos, representam a multiplicidade do desenvolvimento. Além disso, a atualização da pesquisa em conjunto com uma ampliação das questões abordadas poderia tornar possível a análise de questões referentes ao meio ambiente e sustentabilidade, investigações primordiais, mas que, nesta primeira versão, não foram abarcadas.

Outro aspecto merece destaque. Os municípios com amostra representativa, Alfenas, Poços de Caldas e Varginha, possuem em seu território campus da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Ainda que seja sabido que houve a participação dos pesquisadores da universidade, uma proposta futura de convite a mais pesquisadores desta instituição e uma divulgação maior no que diz respeito à finalidade da PISM, poderia engrandecer as dimensões de análise da PISM. Uma consequência seria uma maior quantidade de variáveis pertinentes à análise de diversos setores, como o próprio desenvolvimento.

Uma outra possibilidade futura diz respeito à inclusão de mais municípios com amostra representativa na PISM. Tal etapa possibilitaria uma maior comparação entre municípios e conclusões com maiores fundamentos estatísticos. É de se ressaltar que um dos maiores municípios da região sul mineira, com grande população, atividades econômicas e que tem experimentado um crescimento acelerado, Pouso Alegre, não obteve amostra representativa que proporcionasse uma análise individualizada.

Para além, em trabalhos futuros, é possível analisar o atendimento de cada dimensão separadamente e propor, frente aos seus resultados, avanços para o alcance de melhores números no que se refere ao Índice de Desenvolvimento. Tal possibilidade vai ao encontro de atualizações da PISM para que se possa acompanhar a evolução (ou não) dos indicadores analisados, além da criação de mais dimensões que fomentam a pluralidade do desenvolvimento, entre elas a de Igualdade para que se possa sinalizar (e penalizar no cálculo do ID) grandes níveis de desigualdade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Relatório Institucional da Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília: PNUD. Projeto BRA-98/012, junho/2002, Relatório de Pesquisa, 2002.
- ABREU, Victor. Análise de percepção qualitativa do transporte público por ônibus: um estudo de caso referente à linha Campo Grande - Cidade Universitária. **Revista dos Transportes Públicos**, São Paulo, v. 44, n. 155, p. 46-83, maio/ago. 2022.
- AGOSTINI, Gabriela; NASCIMENTO, Matheus Monteiro; MASSI, Luciana. Perfil socioeconômico de estudantes de química: o caso dos cursos da unesp-araraquara. **Química Nova**, [s. l.], v. 45, p. 882-890, 2022.
- A IDENTIDADE Sul Mineira. **A Identidade Sul Mineira**: diagnóstico cultural, social e político do Sul de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/aidentidadesulmineira/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, n. 12, p. e00208720, 2021.
- ALVES, Erisvaldo de Oliveira; OLIVEIRA, Nilton Marques. Desenvolvimento regional do sudeste do Pará: baseado na aplicação do índice de desenvolvimento regional. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, [s. l.], v. 10, p. 512-534, 2020.
- ALVES, Flamarion Dutra. Org. **A interface rural-urbana nas cidades pequenas do sul de Minas Gerais**. 1. ed. Alfenas, MG: AGB Alfenas, 2023.
- ANDRADE, Alexandre Carvalho de. A cidade média e sua rede urbana: as inter-relações entre Pouso Alegre (MG) e os municípios de sua área de influência. **Acta Geográfica**, [s. l.], v. 11, n. 27, p. 126-148, 2018.
- ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, V.; BENADUCE, G.M.C. (org.). **A geografia das pequenas cidades**: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021. p. 62-97.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes. 2002.
- ASSELIN, Louis-Marie; ANH, Vu Tuan. Multidimensional poverty and multiple correspondence analysis. In: QUANTITATIVE approaches to multidimensional poverty measurement. London: Palgrave Macmillan UK, 2008. p. 80-103.
- ATLAS BR. **Consulta**: % de pobres. [2023]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em: 04 jul. 2023.
- ATLAS BR. **Ranking**. [2023]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 18 set. 2023.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, p. 119-141, 2002.

BAQUERO, M.; LINHARES, B. de F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 89, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/20058>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. Lisboa: LeYa, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BRADLEY, Harriet. **Fractured Identities**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm). Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.611 de 03 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.611-de-3-de-julho-de-2023-494137808>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Agropecuária. **OMC - Organização Mundial de Comércio**. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-comerciais/omc-organizacao-mundial-do-comercio>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 02. jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Ministério da Cidadania lança obra que apresenta o perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial em 2020: 55% são mulheres**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-contudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-lanca-obra-que-apresenta-o-perfil-dos->

beneficiarios-do-auxilio-emergencial-em-2020. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Resolução 674 de 06 de maio de 2022. Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 2022. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucao\\_674\\_2022.pdf](https://conselho.saude.gov.br/images/Resolucao_674_2022.pdf). Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). **Censo da educação superior 2017: divulgação dos principais resultados**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&category\\_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 27 jun. 2023.

CALLEGARI-JACQUES, Sidia Maria. Análise (fatorial) de correspondência: aplicações em genética. **Cadernos de Matemática e Estatística**, Porto Alegre, RS, n. 2, p. 1-27, dez. 1991.

CAMPOS, Lediany Freitas *et al.* Atributos urbanos e condição de ocupação da população economicamente ativa de Minas Gerais: uma análise multinível. **Informe Gepec**, [s. l.] v. 20, n. 1, p. 78-97, 2016.

CAMPOS, Lediany Freitas; CAVALCANTE, Anderson Tadeu Marques; ANTIGO, Mariangela Furlan. Globalização Regional: Desenvolvimento de um índice multidimensional para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 57-90, 2022.

CARBONAI, Davide; BAUM, Juliana; CAMIZ, Sergio. Gestão municipal de resíduos e ambiente institucional no Rio Grande do Sul. **EURE (Santiago)**, v. 46, n. 138, p. 139-153, 2020.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Mensurando a sustentabilidade. In: MAY, Peter Herman (org.). **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 99-132.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Geogescu-Roegen. São Paulo: Senac, 2010.

CNN. **Entenda como é a vida para as mulheres no Catar e os direitos que elas tem**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/entenda-como-e-a-vida-para-as-mulheres-no-catar-e-os-direitos-que-elas-tem/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Covid 19: painel Coronavírus**. [2023]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011

ELIAS, Denise. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Revista Ciência Geográfica**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 1003-1019, 2022.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e STATA**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Georaguia**, Barra das Garças, MT, v. 8, n. 1, p. 13-31, jan./jun. 2018.

FERREIRA, Alberes Sousa; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento: reflexões teóricas a partir da economia ecológica e do ecodesenvolvimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 13., 2019, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2019.

FREITAS, Henrique *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 35, n. 3, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINEIRO (FJP). **Déficit Habitacional no Brasil: 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: [https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05\\_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf](https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf). Acesso em: 28 jun. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINEIRO (FJP). Índice Mineiro de responsabilidade social. [2023]. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/NovoPerfil?id=605#imrs>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 24, p. 483-486, 2019.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GRINEVALD, Jacques; RENS, Ivo. **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: SENAC, 2012.

HAIR *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, [s. l.], n. 29, p. 73-89, 2012.

HELLIWELL, John F. *et al* (ed.). **World Happiness Report, 2023**. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2023.

HICKEL, Jason. Enough of aid—let’s talk reparations. **The Guardian**, [s. l.], v. 27, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Educa IBGE**. [2023]. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19638&catid=2850](https://educa.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19638&catid=2850). Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais**. [2023]. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>. Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese dos indicadores sociais. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 04 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 02 jul. 2023.

KRAUSE, Cleandro *et al.* **Programa Minha Casa Minha Vida**: avaliações de aderência ao déficit habitacional e de acesso a oportunidades urbanas. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. (Texto para Discussão, 2888). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12107>. Acesso em: 29 jun. 2023.

LEMOS, Mauro Borges *et al.* A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, p. 665-700, 2003.

LIMA, Ana Carolina C.; SIMÕES, Rodrigo; HERMETO, Ana Maria. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. **EURE**, Santiago, v. 42, n. 127, p. 29-54, 2016.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, [s. l.], v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LIMA, Mirelle Tainá Vieira *et al.* Índice de desenvolvimento regional sustentável aplicado aos municípios da região metropolitana do Cariri. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 166-179, 2021.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luís. Utopias urbanas e o giro decolonial. **GEOUSP**, [s. l.], v. 26, p. e189578, 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otfília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MAX-NEEF, Manfred A.; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.

MCMICHAEL, Phillip. O projeto de desenvolvimento. In: KOTHARI, Ashish *et al.*

**Pluriverso:** um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021. p. 86-90.

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 329-65, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/05.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MELO, Renata Viera de; SILVA, Eduardo de Araújo da. As dinâmicas econômicas e socioespaciais em cidades pequenas: o caso de Guaranésia (MG). In: ALVES, Flamarion Dutra (org.) **A interface rural-urbana nas cidades pequenas do sul de Minas Gerais**. 1. ed. Alfenas: AGB Alfenas, 2023. p. 219-237.

MIRANDA, Humberto; GOMES JÚNIOR, Evaldo. Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 130, p. 207-234, 2017.

MONTEIRO, Joana *et al.* **Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo**. [S. l.]: FGV, 2022.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: Clélio DINIZ, Campolina; CROCCO, Marco (org.) **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 61-85.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. [2023]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 27 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 22 set. 2023.

NNIMMO, Bassey. Quebrando as correntes do desenvolvimento. In: KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverso:** um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

NORTON, Bonny; TOOHEY, Kelleen. Identity, language learning, and social change. **Language teaching**, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 412-446, 2011.

OBERLIN Environmental Dashboard: educate, motivate, empower! [2023]. Disponível em: <https://www.environmentaldashboard.org/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Limites do crescimento, reestruturação territorial-productiva e o dilema da humanidade. **Boletim Ecoeco**, [s. l.], n. 41, 2022. p. 8-16. Tema: Limites biofísicos ao crescimento da economia: 50 anos depois.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O Indicador de desenvolvimento regional no território do Tocantins. **Interações**, Campo Grande, v. 20, p. 3-20, 2019.

OLIVEIRA, Silas Dorival; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Desenvolvimento local: perspectivas socioculturais e históricas sobre uma cidade do Sul de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 79-93, 2019.

PELLIN, Valdinho. Indicações geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações**, Campo Grande, v. 20, p. 63-78, 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA). **Domicílios em que algum morador do domicílio recebeu rendimento do Programa Bolsa Família**. [2023]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7449>. Acesso em: 02 jul. 2023.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD CONTÍNUA). **PNAD Educação**. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 25 jun. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 3-25, 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano, 2021/2022**. 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>. Acesso em: 18 set. 2023

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2019.

RDH. **Notas técnicas (PT), 2010**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publicacoes>. Acesso em: 19 set. 2023.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s. l.], v. 20, p. 383-406, 2020.

RENZI, A. **A ruralidade e o desenvolvimento econômico local: o caso dos municípios brasileiros**. 2020. 246 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – UNIOESTE, Toledo, 2020. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4892>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RENZI, Adriano; PIACENTI, Carlos Alberto; SANTOYO, Alain Hernández. Índice de desarrollo rural regional de los municipios del Estado de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 23, p. 517-538, 2022.

RESPEITO. *In*: OXFORD dictionary. [2023]. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

RODRIGUES PORTO, Leonardo; MIRANDA, Humberto. O sistema urbano da Bahia no contexto da emergência de novas hierarquias urbano-regionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 22, p. 1-24, 2020.

ROMEIRO, Ademar. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. **Análise econômica**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 141-152, set. 1991.

ROMEIRO, Ademar. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

ROMEIRO, Ademar. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter Herman (org.). **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 3-31.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond 2004. p. 151.

SALDAÑA, Paulo. Metade é a favor de cotas raciais em universidades; 34% são contra, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/06/maioria-e-a-favor-de-cotas-raciais-em-universidades-34-sao-contra-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. Development as capability expansion. **The community development reader**, [s. l.], v. 41, p. 58, 1990.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [s. l.], p. 313-334, 1993.

SEN, Amartya Kumar. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report**. New York: Oxford University Press, 1997. p. 15-23.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Elementos para uma proposta de desenvolvimento em Minas Gerais: vocações regionais, dinâmica setorial e planejamento. **Gestão e Sociedade**, [s. l.], 2016.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Abastecimento de água 2021**. [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/ptbr/assuntos/saneamento/snis/painel/ab>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Manejo dos resíduos sólidos urbanos 2021**. [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel/rs>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.) **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

SOCIAL WATCH. **Relatório 2012**: desenvolvimento sustentável: o direito a um futuro. [s. l.:

s. n], 2012. Versão online resumida.

SOUZA, Pedro HG; HECKSHER, Marcos; OSORIO, Rafael G. **Um país na contramão: a pobreza no Brasil nos últimos dez anos**. Brasília: IPEA, 2022. (Nota Técnica, 102).

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades médias e reestruturação urbana. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-253.

STACHEIRA, Claudio Roberto *et al.* Modelo interdisciplinar para análise teórica da ação da escola na promoção do desenvolvimento à escala humana. **Interações**, Campo Grande, v. 21, p. 213-228, 2020.

SVAMPA, Maristella. A crítica latino-americana ao desenvolvimento. *In*: KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021. p. 66-70.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 20, p. 137-148, 2010.

THE WORLD BANK. **PPP conversion factor, private consumption (LCU per international \$) - Brazil**. [2023]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/PA.NUS.PRVT.PP?locations=BR>. Acesso em: 02 jul. 2023.

THE WORLD BANK. **Combate à pobreza: o impacto da inflação no poder de compra das famílias**. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2022/10/19/combate-a-pobreza-o-impacto-da-inflacao-no-poder-de-compra-das-familias>. Acesso em: 02 jul. 2023.

THE WORLD BANK. **Country: Qatar**. [2023]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/qatar>. Acesso em: 11 jul. 2023.

THOMPSON, A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TILIO, Rogério Casanovas. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 109-119, 2009.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito e Práxis**, [s. l.], v. 11, p. 370-404, 2020.

TORTOSA, José María. Mau desenvolvimento. *In*: KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2021. p. 81-85.

VALENTE, Elvio; FEIJÓ, Carmem; CARVALHO, Paulo G. Mibielli. Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento sócio econômico e o debate no Brasil contemporâneo. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 2,

p. 42-56, nov. 2012.

VEIGA, José Eli da. A primeira utopia do antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 20, p. 227-246, 2017.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Índice de Capacidades Básicas e combate à pobreza. Plural**. 2016. Artigo de opinião. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/blog/obsmedia/2016/10/28/indice-de-capacidades-basicas-icb-e-combate-a-pobreza/>. Acesso em: 19 set. 2023.

VIEIRA, Danilo Jorge. Estado e desenvolvimento econômico em Minas Gerais no período recente. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 274-310, 2019.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**, [s. l.], v. 1, n. 4, nov. 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28). Acesso em: 02 jul. 2023.

**APÊNDICE A** - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continua)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Cordislândia	Varginha	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Elói Mendes	Varginha	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Monsenhor Paulo	Varginha	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
São Gonçalo do Sapucaí	Varginha	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Varginha	Varginha	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Alpinópolis	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Bom Jesus da Penha	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Capetinga	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Carmo do Rio Claro	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Cássia	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Claraval	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Delfinópolis	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Fortaleza de Minas	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Guapé	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Ibiraci	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Itaú de Minas	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Passos	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Pratápolis	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
São João Batista do Glória	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
São José da Barra	Passos	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Alfenas	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Alterosa	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Areado	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Campo do Meio	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Campos Gerais	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Carvalhópolis	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Conceição da Aparecida	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Divisa Nova	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Fama	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Machado	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Paraguaçu	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Poço Fundo	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Serrania	Alfenas	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Alfenas
Bom Sucesso	Lavras	Varginha	Oeste de Minas	Oliveira
Cana Verde	Lavras	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo
Carrancas	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Ibituruna	Lavras	Varginha	Oeste de Minas	Oliveira
Ijaci	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Ingaí	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Itumirim	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Itutinga	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Lavras	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Luminárias	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Nepomuceno	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Perdões	Lavras	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo
Ribeirão Vermelho	Lavras	Varginha	Campo das Vertentes	Lavras
Santo Antônio do Amparo	Lavras	Varginha	Oeste de Minas	Oliveira
Arceburgo	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Cabo Verde	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Guaranésia	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Guaxupé	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Juruáia	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Monte Belo	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Muzambinho	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Nova Resende	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
São Pedro da União	Guaxupé	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Cambuquira	Três Corações	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Campanha	Três Corações	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Carmo da Cachoeira	Três Corações	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
São Bento Abade	Três Corações	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
São Thomé das Letras	Três Corações	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Três Corações	Três Corações	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Boa Esperança	Três Pontas - Boa Esperança	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Coqueiral	Três Pontas - Boa Esperança	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Ilicínea	Três Pontas - Boa Esperança	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Santana da Vargem	Três Pontas - Boa Esperança	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Três Pontas	Três Pontas - Boa Esperança	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Varginha
Itamogi	São Sebastião do Paraíso	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Jacuí	São Sebastião do Paraíso	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Monte Santo de Minas	São Sebastião do Paraíso	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
São Tomás de Aquino	São Sebastião do Paraíso	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso
Aguanil	Campo Belo	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Campo Belo	Campo Belo	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo
Candeias	Campo Belo	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo
Cristais	Campo Belo	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo
Santana do Jacaré	Campo Belo	Varginha	Oeste de Minas	Campo Belo
Capitólio	Piumhi	Varginha	Sul / Sudoeste de Minas	Passos
Doresópolis	Piumhi	Varginha	Oeste de Minas	Pium-í
Piumhi	Piumhi	Varginha	Oeste de Minas	Pium-í
São Roque de Minas	Piumhi	Varginha	Oeste de Minas	Pium-í
Vargem Bonita	Piumhi	Varginha	Oeste de Minas	Pium-í
Albertina	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Bom Repouso	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Borda da Mata	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Bueno Brandão	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Cachoeira de Minas	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Camanducaia	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Cambuí	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Careaçu	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Conceição dos Ouros	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Congonhal	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Consolação	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Córrego do Bom Jesus	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Espírito Santo do Dourado	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Estiva	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Extrema	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Heliódora	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Inconfidentes	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Ipuiúna	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Itapeva	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Jacutinga	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Monte Sião	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Munhoz	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Natércia	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Ouro Fino	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Santa Rita do Sapucaí	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
São João da Mata	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
São Sebastião da Bela Vista	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Senador Amaral	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Senador José Bento	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Silvianópolis	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Tocos do Moji	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Toledo	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Turvolândia	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Andradas	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Bandeira do Sul	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Botelhos	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Caldas	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Campestre	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Ibitiúra de Minas	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Poços de Caldas	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Santa Rita de Caldas	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Poços de Caldas
Brazópolis	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Conceição das Pedras	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Delfim Moreira	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Gonçalves	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Itajubá	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Maria da Fé	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Marmelópolis	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Paraisópolis	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Pedralva	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Piranguçu	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Piranguinho	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
São José do Alegre	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Santa Rita do Sapucaí
Sapucaí-Mirim	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Pouso Alegre
Wenceslau Braz	Itajubá	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Alagoa	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(continuação)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Carmo de Minas	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Conceição do Rio Verde	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Cristina	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Dom Viçoso	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Itamonte	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Itanhandu	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Jesuânia	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Lambari	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Olímpio Noronha	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Passa Quatro	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Pouso Alto	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
São Lourenço	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
São Sebastião do Rio Verde	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Soledade de Minas	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Virgínia	São Lourenço	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Itajubá
Aiuruoca	Caxambu – Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Andrelândia

Quadro 4 - Municípios listados na pesquisa e suas respectivas divisões em Região Imediata, Região Intermediária, Mesorregião e Microrregião.

(conclusão)

<b>Municípios listados</b>	<b>Região Imediata</b>	<b>Região Intermediária</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
Baependi	Caxambu – Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Carvalhos	Caxambu – Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Andrelândia
Caxambu	Caxambu – Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	São Lourenço
Cruzília	Caxambu – Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Andrelândia
Minduri	Caxambu – Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Andrelândia
Seritinga	Caxambu - Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Andrelândia
Serranos	Caxambu - Baependi	Pouso Alegre	Sul / Sudoeste de Minas	Andrelândia

Fonte: Elaboração própria (2023) com base em IBGE (2017).

**APÊNDICE B - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação**

Quadro 5- Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continua)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Alfenas - Município de aplicação	1: Alfenas 2: Arceburgo 3: Capitólio 4: Carmo do Rio Claro 5: Conceição de Aparecida 6: Cristais 7: Cristina 8: Cruzília 9: Ilicínea 10: Ipuiúna 11: Jacuí 12: Paraisópolis 13: Piranguinho 14: Poços de Caldas 15: Pouso Alegre 16: Pratápolis 17: Santa Rita de Caldas 18: Santo Antônio do Amparo 19: Três Corações 20: Varginha	1: Caso a resposta foi diferente de 1 (Alfenas) 2: Caso a resposta foi 1 (Alfenas)
Pouso Alegre - Município de aplicação	1: Alfenas 2: Arceburgo 3: Capitólio 4: Carmo do Rio Claro 5: Conceição de Aparecida 6: Cristais 7: Cristina 8: Cruzília 9: Ilicínea 10: Ipuiúna 11: Jacuí 12: Paraisópolis 13: Piranguinho 14: Poços de Caldas 15: Pouso Alegre 16: Pratápolis 17: Santa Rita de Caldas 18: Santo Antônio do Amparo 19: Três Corações 20: Varginha	1: Caso a resposta foi diferente de 15 (Pouso Alegre) 2: Caso a resposta foi 15 (Pouso Alegre)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

Variáveis	Opções originais	Adaptação
Poços de Caldas - Município de aplicação	1: Alfenas 2: Arceburgo 3: Capitólio 4: Carmo do Rio Claro 5: Conceição de Aparecida 6: Cristais 7: Cristina 8: Cruzília 9: Ilicínea 10: Ipuiúna 11: Jacuí 12: Paraisópolis 13: Piranguinho 14: Poços de Caldas 15: Pouso Alegre 16: Pratápolis 17: Santa Rita de Caldas 18: Santo Antônio do Amparo 19: Três Corações 20: Varginha	1: Caso a resposta foi diferente de 14 (Poços de Caldas) 2: Caso a resposta foi 14 (Poços de Caldas)
Varginha - Município de aplicação	1: Alfenas 2: Arceburgo 3: Capitólio 4: Carmo do Rio Claro 5: Conceição de Aparecida 6: Cristais 7: Cristina 8: Cruzília 9: Ilicínea 10: Ipuiúna 11: Jacuí 12: Paraisópolis 13: Piranguinho 14: Poços de Caldas 15: Pouso Alegre 16: Pratápolis 17: Santa Rita de Caldas 18: Santo Antônio do Amparo 19: Três Corações 20: Varginha	1: Caso a resposta foi diferente de 20 (Varginha) 2: Caso a resposta foi 20 (Varginha)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Considera os postos de saúde e hospitais, ao menos, bons	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Possui plano de Saúde	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Trata-se no município	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Abandonou a escola, ao menos uma vez, ou não a frequentou	1: Não 2: Sim, apenas uma vez 3: Sim, mais de uma vez 4: Nunca frequentei a escola	1: Caso a resposta foi 2 (Sim, apenas uma vez) ou 3 (Sim, mais de uma vez) ou 4 (nunca frequentei a escola) 2: Caso a resposta foi 1 (Não)
Concluiu, pelo menos, o ensino fundamental	1: Não frequentou escola 2: Ensino fundamental incompleto 3: Ensino fundamental completo 4: Ensino médio ou técnico incompleto 5: Ensino médio ou técnico completo 6: Ensino superior incompleto (bacharel, licenciatura e tecnólogo) 7: Ensino superior completo (bacharel, licenciatura e tecnólogo) 8: Pós-graduação completa 9: EJA 10: Outro	1: Caso a resposta foi 1 (Não frequentou escola) ou 2 (Ensino fundamental incompleto) 2: Caso a resposta foi 3 (Ensino fundamental completo) ou 4 (Ensino médio ou técnico incompleto) ou 5 (Ensino médio ou técnico completo) ou 6 (Ensino superior incompleto) ou 7 (Ensino superior completo) ou 8 (Pós-graduação completa) ou 9 (EJA) ou 10 (Outro)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

Variáveis	Opções originais	Adaptação
Avalia as creches e escolas públicas, pelo menos, como boas	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia as universidades da região, pelo menos, como boas	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia os Institutos Federais de educação técnica, pelo menos, como bons	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Pobreza	Variável quantitativa de rendimento familiar <i>per capita</i>	1: Caso a resposta de rendimento familiar <i>per capita</i> tenha sido menor que a linha da pobreza (R\$ 423,29) 2: Caso a resposta de rendimento domiciliar <i>per capita</i> tenha sido maior, ou igual, à linha da pobreza (R\$ 423,29)
Pobreza Extrema	Variável quantitativa de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	1: Caso a resposta tenha sido menor que a linha da pobreza extrema (R\$ 146,22) 2: Caso a resposta tenha sido maior, ou igual, à linha da pobreza extrema (R\$ 146,22)
Renda mensal advinda do trabalho ou aposentadoria maior que um salário mínimo	Variável quantitativa	1: Caso a resposta foi menor que um salário mínimo (R\$ 1.212,00) 2: Caso a resposta foi maior, ou igual, que um salário mínimo (R\$ 1.212,00)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
O pagamento das despesas da casa é, ao menos, nem fácil nem difícil	1: Muito difícil. A renda é insuficiente para cobrir todas as despesas mensais 2: Nem fácil nem difícil. O dinheiro é suficiente para pagar as despesas mensais, mas não sobra 3: Fácil. As despesas mensais ficam abaixo da renda familiar mensal	1: Caso a resposta foi 1 (Muito difícil. A renda é insuficiente para cobrir todas as despesas mensais) 2: Caso a resposta foi 2 (Nem fácil nem difícil. O dinheiro é suficiente para pagar as despesas mensais, mas não sobra) ou 3 (Fácil. As despesas mensais ficam abaixo da renda familiar mensal)
Pessoas que autodeclararam estar em condição de desemprego - Você realizou alguma(s) atividade(s) de trabalho nos últimos 30 dias?	1: Sim 2: Não. Está desempregado 3: Não. É dona de casa 4: Não. É estudante 5: Não. É aposentado	1: Caso a resposta tenha sido 2 (Não. Está desempregado) 2: Caso a resposta tenha sido 3 (Não. É dona de casa) ou 4 (Não. É estudante) 3: Caso a resposta tenha sido 5 (Não. É aposentado) 4: Caso a resposta tenha sido 1 (Sim)
Pessoas fora da força de trabalho - Você realizou alguma(s) atividade(s) de trabalho nos últimos 30 dias?	1: Sim 2: Não. Está desempregado 3: Não. É dona de casa 4: Não. É estudante 5: Não. É aposentado	Variável não rodou no modelo. Foi utilizada para a estatística descritiva, onde foi considerada a resposta 3 (Não. É dona de casa) e 4 (Não. É estudante)
Aposentados - Você realizou alguma(s) atividade(s) de trabalho nos últimos 30 dias?	1: Sim 2: Não. Está desempregado 3: Não. É dona de casa 4: Não. É estudante 5: Não. É aposentado	Variável não rodou no modelo. Foi utilizada para a estatística descritiva, onde foi considerada a resposta 5 (Não. É aposentado)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Trabalho com carteira assinada ou é funcionário público ou militar ou profissional liberal, com renda maior do que um salário mínimo, ou é empregador	1: Trabalhando em emprego com carteira assinada 2: Funcionário público 3: Trabalhando em emprego sem carteira assinada 4: Trabalha em carreira militar 5: Profissional liberal 6: Autônomo/ Trabalha por conta própria 7: Trabalho não remunerado 8: Empregador	1: Caso a resposta foi 3 (Trabalhando em emprego sem carteira assinada) ou 6 (Autônomo/Trabalha por conta própria) com renda menor que um salário mínimo ou 7 (Trabalho não remunerado) ou está desempregado 2: Caso a resposta foi 1 (Trabalhando em emprego com carteira assinada) ou 2 (Funcionário Público) ou 4 (Trabalha em carreira militar) ou 5 (Profissional liberal) 6 (Autônomo/Trabalha por conta própria), com renda maior ou igual a um salário mínimo, ou 8 (Empregador) ou é Aposentado 3: Caso a resposta foi está fora do mercado de trabalho (Dona de casa ou Estudante)
Renda das mulheres maior que um salário mínimo	Variável quantitativa com o recorte dos respondentes mulheres	1: Caso a resposta foi menor que um salário mínimo (R\$ 1.212,00) 2: Caso a resposta foi maior, ou igual, que um salário mínimo (R\$ 1.212,00)
Você é tratado com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente	1: Sempre 2: Frequentemente 3: Às vezes 4: Raramente 5: Nunca	1: Caso a resposta foi 1 (Sempre) ou 2 (Frequentemente) ou 3 (Às vezes) ou 4 (Raramente) 2: Caso a resposta foi 5 (Nunca)
Policiais, vigias e seguranças te tratam como uma pessoa suspeita, ainda que raramente	1: Sempre 2: Frequentemente 3: Às vezes 4: Raramente 5: Nunca	1: Caso a resposta foi 1 (Sempre) ou 2 (Frequentemente) ou 3 (Às vezes) ou 4 (Raramente) 2: Caso a resposta foi 5 (Nunca)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Vítima de discriminação nos últimos 6 meses	1: Orientação sexual ou identidade de gênero 2: Cor da pele 3: Questões econômicas (local de moradia/roupa/carro etc.) 4: Aparência física 5: Posicionamento político (direita ou esquerda) 6: Nenhuma	1: Caso a resposta foi 1 (Orientação sexual ou identidade de gênero) ou 2 (Cor da pele) ou 3 (Questões econômicas (local de moradia/roupa/carro etc.)) ou 4 (Aparência física) ou 5 (Posicionamento político (direita ou esquerda)) 2: Caso a resposta foi 6 (Nenhuma)
Presenciou discriminação	1: Orientação sexual ou identidade de gênero 2: Cor da pele 3: Questões econômicas (local de moradia/roupa/carro etc.) 4: Aparência física 5: Posicionamento político (direita ou esquerda) 6: Nenhuma	1: Caso a resposta foi 1 (Orientação sexual ou identidade de gênero) ou 2 (Cor da pele) ou 3 (Questões econômicas (local de moradia/roupa/carro etc.)) ou 4 (Aparência física) ou 5 (Posicionamento político (direita ou esquerda)) 2: Caso a resposta foi 6 (Nenhuma)
Você, mulher, é tratada com menos respeito com alguma frequência, ainda que raramente	1: Sempre 2: Frequentemente 3: Às vezes 4: Raramente 5: Nunca	1: Caso a resposta foi 1 (Sempre) ou 2 (Frequentemente) ou 3 (Às vezes) ou 4 (Raramente) 2: Caso a resposta foi 5 (Nunca)
Discriminação sofrida entre mulheres	1: Orientação sexual ou identidade de gênero 2: Cor da pele 3: Questões econômicas (local de moradia/roupa/carro etc.) 4: Aparência física 5: Posicionamento político (direita ou esquerda) 6: Nenhuma	1: Caso a resposta foi 1 (Orientação sexual ou identidade de gênero) ou 2 (Cor da pele) ou 3 (Questões econômicas (local de moradia/roupa/carro etc.)) ou 4 (Aparência física) ou 5 (Posicionamento político (direita ou esquerda)) 2: Caso a resposta foi 6 (Nenhuma)
Confiança no STF	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

Variáveis	Opções originais	Adaptação
Necessidade de programas sociais	1: Bolsa Família/Auxílio Brasil 2: Benefício de Prestação Continuada 3: Aposentadoria (INSS, Rural, por serviço público) ou pensão por morte (Pensão do marido/esposa ou pai/mãe falecidos) 4: Auxílio doença, salário maternidade ou seguro desemprego 5: PIS/PASEP 6: Doação ou mesada de não morador do domicílio, pensão alimentícia, previdência privada ou bolsa de estudos 7: Benefício de outro programa social de transferência de renda 8: Valor advindo de aluguéis, rendimentos ou outras fontes diversas 9: Outra modalidade de auxílio 10: Não Recebo nenhum	1: Caso a resposta foi 1 (Bolsa Família/Auxílio Brasil) ou 2 (Benefício de Prestação Continuada) ou 7 (Benefício de outro programa social de transferência de renda) ou, no caso das respostas que possuem renda familiar <i>per capita</i> abaixo da linha da pobreza, recebam 3 (Aposentadoria (INSS, Rural, por serviço público) ou pensão por morte (Pensão do marido/esposa ou pai/mãe falecidos)) ou 4 (Auxílio doença, salário maternidade ou seguro desemprego) ou 5 (PIS/PASEP) ou 6 (Doação ou mesada de não morador do domicílio, pensão alimentícia, previdência privada ou bolsa de estudos) ou 8 (Valor advindo de aluguéis, rendimentos ou outras fontes diversas) ou 9 (Outra modalidade de auxílio) ou 10 (Não Recebo nenhum) 2: Caso a resposta foi, para aqueles que possuem um rendimento domiciliar <i>per capita</i> maior que a linha da pobreza, 3 (Aposentadoria (INSS, Rural, por serviço público) ou pensão por morte (Pensão do marido/esposa ou pai/mãe falecidos)) ou 4 (Auxílio doença, salário maternidade ou seguro desemprego) ou 5 (PIS/PASEP) ou 6 (Doação ou mesada de não morador do domicílio, pensão alimentícia, previdência privada ou bolsa de estudos) ou 8 (Valor advindo de aluguéis, rendimentos ou outras fontes diversas) ou 9 (Outra modalidade de auxílio) ou 10 (Não Recebo nenhum)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Confiança na Polícia Federal	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança nas Eleições	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança nos Partidos Políticos	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança no Congresso Nacional	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança na Assembleia Legislativa de Minas Gerais	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança nas Câmaras Municipais	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança na Presidência da República	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Confiança no Governo do Estado de Minas Gerais	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)

Quadro 5- Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

Variáveis	Opções originais	Adaptação
Confiança nas Prefeituras Municipais	1: Nenhuma confiança 2: Pouca confiança 3: Alguma confiança 4: Muita confiança 5: Total confiança	1: Caso a resposta foi 1 (Nenhuma confiança) ou 2 (Pouca confiança) 2: Caso a resposta foi 3 (Alguma confiança) ou 4 (Muita confiança) ou 5 (Total confiança)
Concorda com as cotas para Pretos e Pardos nas universidades federais	1: Concordo totalmente 2: Concordo parcialmente 3: Não discordo nem concordo 4: Discordo parcialmente 5: Discordo totalmente	1: Caso a resposta foi 3 (Não discordo nem concordo) ou 4 (Discordo parcialmente) ou 5 (Discordo totalmente) 2: Caso a resposta foi 1 (Concordo totalmente) ou 2 (Concordo parcialmente)
Avalia os Centros de Referência da Assistência Social, ao menos, como bons	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia o bolsa família/Auxílio Brasil, ao menos, como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Não conheço o suficiente para avaliar	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Não conheço o suficiente para avaliar) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia o auxílio emergencial, ao menos, como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Não conheço o suficiente para avaliar	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Não conheço o suficiente para avaliar) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Reside em imóvel próprio Considera o policiamento, ao menos, bom	1: Alugada 2: Própria, mas NÃO quitada 3: Própria e quitada 4: Cedida/Emprestada 5: Outra	1: Caso a resposta foi 1 (Alugada) ou 4 (Cedida/Emprestada) ou 5 (Outra) 2: Caso a resposta foi 2 (Própria, mas não quitada) ou 3 (Própria e quitada)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(continuação)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Avalia o programa Minha Casa Minha Vida, ao menos como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Não conheço o suficiente para avaliar	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Não conheço o suficiente para avaliar) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia o fornecimento e abastecimento de água, ao menos como bons	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia Praças, quadras e parques, ao menos como bons	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia o Transporte urbano público, ao menos como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia a Iluminação pública, ao menos como boa	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia a Coleta de lixo e conservação das ruas, ao menos como boas	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)

Quadro 5 - Detalhamento das variáveis originais, suas respostas e adaptação

(conclusão)

<b>Variáveis</b>	<b>Opções originais</b>	<b>Adaptação</b>
Frequentou show musical ou concertos de orquestra	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Frequentou exposição de arte	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Frequentou Espetáculo de teatro e/ou dança	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Frequentou Lugar, edificação ou monumento de valor histórico-cultural	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Frequentou Parque, praça, espaço público, cachoeira	1: Sim 2: Não	1: Caso a resposta foi 2 (Não) 2: Caso a resposta foi 1 (Sim)
Avalia o sinal de celular, ao menos como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia o sinal de televisão, ao menos como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)
Avalia o sinal de internet, ao menos como bom	1: Péssimo 2: Ruim 3: Regular 4: Bom 5: Ótimo 6: Este serviço não existe na minha vizinhança	1: Caso a resposta foi 1 (Péssimo) ou 2 (Ruim) ou 3 (Regular) ou 6 (Este serviço não existe na minha vizinhança) 2: Caso a resposta foi 4 (Bom) ou 5 (Ótimo)

Fonte: Elaboração própria (2023) com base nos dados coletados por meio da pesquisa A Identidade Sul Mineira no ano de 2022.

## APÊNDICE C - Detalhamento do parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALFENAS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da pesquisa:** A Identidade sul-mineira

**Pesquisador:** Marcelo Rodrigues Conceição

**Versão:** 2

**CAAE:** 39796220.6.0000.5142

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

**Patrocinador principal:** Financiamento próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.570.165

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa que será financiado com montante destinado à UNIFAL-MG, na Lei Orçamentária Anual de 2020, por emenda parlamentar, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em recursos de custeio. Os pesquisadores afirmam que: “de acordo com os aspectos apresentados e a função exercida pelos pesquisadores, não existe conflito de interesses, pois as atividades a serem desenvolvidas fazem parte das suas funções como agentes públicos, o que não acarretará prejuízo a tal cumprimento”. Os docentes envolvidos pertencem à instituição proponente e patrocinadora. Portanto, há inexistência de conflitos de interesses, conforme indica a Lei 12.813/2013, sobre: informação privilegiada, incompatibilidade de função, atos favoráveis a parentes, relação de negócios com empresa privada, dentre outros. As informações sobre os resultados da pesquisa serão de caráter público, o que assegura que não serão utilizados como privilégio em proveito próprio ou de terceiros”. Algumas informações foram retiradas do projeto: “(..) a UNIFAL-MG propõe a realização de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido em cinco fases: organização e coleta de dados secundários; treinamento, coleta e organização das informações primárias; checagem e análise preliminar; análise em profundidade, discussões e divulgação; e elaboração de livro. O levantamento das informações se dará por dois mecanismos: um baseado em dados primários, por meio da realização de um survey, e outro em dados secundários, extraídos de diversas fontes de informações, disponíveis na internet. (...) No survey, serão realizadas entrevistas presenciais, com 1.320 habitantes, de 20 municípios, selecionados de maneira amostral, com sorteio de cidades e bairros, e aplicação de cotas de número de entrevistas por sexo, idade, escolaridade, renda etc. (...) As análises serão realizadas por meio de ferramentas e métodos estatísticos, visando identificar características gerais e peculiares dos diversos estratos da população (idade, sexo, moradores de zona urbana ou rural). Espera-se contribuir para a caracterização do comportamento multidimensional da população do Sul de Minas Gerais, bem como de sua percepção e o impacto das políticas públicas na região. Esse conjunto enorme, variado e significativo de informações permitirá a organização de um banco de dados com informações sobre a região, disponibilizado à comunidade em geral, permitindo o amadurecimento de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses na UNIFALMG e instituições parceiras, bem como a elaboração de relatórios úteis aos gestores, políticos e à sociedade civil do Sul de Minas.”

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário: Realizar um diagnóstico da identidade sul-mineira com base em suas características culturais, sociais, econômicas e políticas, buscando analisar a influência das regiões metropolitanas mais próximas (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) na constituição dessas características

Objetivo secundário (específicos):

- Realizar um levantamento, com base em dados secundários, do perfil da população do Sul de Minas, observando as dimensões cultural, social, econômica e política;
- Descrever o processo histórico de formação socioespacial dos municípios do Sul de Minas (dinâmica da ocupação territorial; e o fluxo de bens, serviços, pessoas e conhecimentos entre os municípios da região e suas inter-relações com centros regionais e metropolitanos);
- Traçar, com base em dados primários, via survey, o perfil comportamental da população do Sul de Minas, nas dimensões cultural, social, econômica e política;
- Compreender o impacto das mídias sociais nas escolhas culturais, sociais, políticas e econômicas dos moradores da região;
- Conhecer a percepção dos cidadãos sobre as políticas públicas da região direcionadas para as áreas de Educação, Desenvolvimento/assistência social, Desenvolvimento econômico, Saúde, Cultura, Tolerância e direitos humanos, Mobilidade urbana, Segurança pública e Meio ambiente;
- Realizar uma avaliação dos impactos das principais políticas públicas, citadas acima, existentes na região.

Avaliação CEP: os objetivos estão claros, bem definidos e são coerentes com a propositura geral do projeto. São exequíveis com relação aos recursos e métodos propostos.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e benefícios descritos, de forma literal no projeto:

Riscos: A pesquisa apresenta riscos mínimos, de ordem social, intelectual ou psicológica, aos seus entrevistados. Tais riscos, decorrentes da realização da entrevista, podem ser: desconforto em relação ao local de realização; cansaço e/ou sentimento de perda de tempo do sujeito, ao responder o questionário/entrevista; possibilidade de constrangimento, medo, vergonha, sofrimento psíquico (discriminação, estigmatização) ao responder/revelar questões sensíveis, tais como sobre violência e sexualidade, que possam fazer emergir pensamentos e sentimentos nunca revelados e divulgação de dados confidenciais. Diante de um possível desconforto físico quanto à forma de realização da entrevista, será dada ao (à) entrevistado (a) a prerrogativa da escolha do local de realização, na porta ou em outro espaço do domicílio e ainda a interrupção da entrevista. O cansaço ou o sentimento de perda de tempo podem ser minimizados com a mudança de local, caso esteja sendo realizado na porta do domicílio, ou pela interrupção da entrevista, podendo encerrá-la definitivamente ou agendar um retorno em horário mais adequado. Nas questões que possam afetar o lado emocional, como constrangimento e vergonha, será informado previamente que as mesmas podem causar tal situação e que há o direito de recusar a responder, antes ou durante a sua realização. Se, ao serem efetuadas as perguntas, ocorrer algum tipo de incômodo, o (a) entrevistado (a) pode solicitar o encerramento da entrevista. Caso haja necessidade, tomando por base as observações sobre a postura do (a) entrevistado (a), no que se refere às suas atitudes e semblante, pode-se acionar o (a) supervisor (a) para que o mesmo realize um atendimento mais adequado, como uma conversa sobre o assunto. Algumas questões podem trazer a lembrança de momentos ou situações desagradáveis que causem sofrimento. Caso a entrevista cause algum sofrimento psíquico em virtude de lembranças de aspectos de violência e discriminação, o primeiro ato é encerrá-la. Antes dessas

questões, os entrevistados serão informados que as mesmas podem trazer lembranças desagradáveis e serão consultados se desejam respondê-las e, em caso afirmativo, podem se negar a fazê-lo a qualquer momento, sem que haja qualquer prejuízo para o andamento da entrevista, desde que esteja em condições emocionais de continuar. Caso apresente algum incômodo o (a) supervisor (a) será acionado (a) para conversar com o entrevistado. As questões que podem causar incômodos emocionais envolvem ter presenciado ou sofrido algum tipo de discriminação e/ou agressão física e/ou emocional, em razão de seu sexo, de sua cor da pele, de sua situação econômica, de sua aparência e de seu posicionamento político. Haverá sigilo total dos dados de identificação, o que garante a privacidade dos (das) entrevistados (as) quanto às informações envolvidas na pesquisa. Não haverá qualquer referência a um indivíduo especificamente pois a identificação será desprezada, após as atividades de verificação das entrevistas.

**Benefícios:** Entende-se que de maneira direta os benefícios possam ser considerados como subjetivos, pois se concentram na possibilidade de o sujeito pensar acerca da situação vivida e do seu entorno. No plano coletivo, não há como afirmar que possa trazer benefícios, pois dependeria de ações públicas que partissem das constatações da pesquisa, de maneira a modificar aquelas condições e/ou situações mal avaliadas ou que causem problemas aos municípios. Portanto, de forma geral ela traz possibilidade de benefícios. O (A) entrevistador informará a importância da pesquisa e como a contribuição poderá retornar em um melhor entendimento da comunidade onde vive, o que poderá ser utilizado como informação para implementação de políticas públicas e melhoria dos serviços oferecidos, por exemplo. A divulgação científica dos resultados da pesquisa será feita diretamente pela Universidade ou por meio de veículos da mídia, sendo que os dados estarão disponíveis publicamente para consulta dos agentes públicos, das organizações políticas e dos movimentos sociais para a elaboração de políticas públicas e projetos sociais benéficos à população da região. Serão informados no sítio, <https://www.unifal-mg.edu.br/prppg/area-do-pesquisador/>, possíveis eventos abertos ao público, o que se pode considerar como retorno social, e trabalhos em andamento ou que serão desenvolvidos com as informações coletadas. O acesso aos resultados será feito primordialmente por meio da divulgação no sítio da Instituição proponente, o que será indicado nos termos de assentimento e explicitado pelo entrevistador.

**Análise CEP:** Os riscos e medidas minimizadoras estão bem descritas, em especial a partir da análise do quadro da página 26 do projeto detalhado em que os pesquisadores informam os riscos e as ações minimizadoras de forma clara e elucidativa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

a) Método de pesquisa: está adequado aos objetivos do projeto e está atualizado. e não oferece nenhum risco aos participantes da pesquisa. Afirmam que o questionário foi elaborado pela equipe de coordenação e teve como ponto de partida, em virtude dos objetivos de comparação com outros estudos nacionais e internacionais, a utilização de instrumentos testados e aplicados em outros surveys dessa natureza, a exemplo da pesquisa BH-Survey realizada pela UFMG, na região metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, durante a elaboração do questionário, um grupo de docentes, de formação diversificada, efetuou revisões e enviou sugestões. Deste modo, segundo os pesquisadores, o instrumento de pesquisa foi submetido a ampla revisão de professores doutores e professoras doutoras, parte deste grupo com ampla experiência em pesquisa por questionário e credenciados nos programas de pós-graduação da UNIFAL-MG. Portanto, eles afirmam que não há necessidade de readequação.

b) Referencial teórico: está atualizado e adequado ao campo que se propõe estudar c) Cronograma de execução da pesquisa: é coerente com os objetivos propostos e se está adequado ao tempo de tramitação do projeto

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) participante: presente e adequado;
- b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) participante não alfabetizado: presente e adequado;
- c) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do responsável legal: presente e adequado;
- d) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do responsável legal não alfabetizado: presente e adequado;
- e) Termo de Assentimento Esclarecido (TAE)- Menor de idade (16 ou 17 anos - alfabetizado): presente e adequado;
- f) Termo de Assentimento Esclarecido (TAE)- Menor de idade (16 ou 17 anos – não alfabetizado): presente e adequado;
- g) Termo de Assentimento (TA): não se aplica;
- h) Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD): não se aplica;
- i) Termo de Anuência Institucional (TAI- assinado pelo Reitor): presente e adequado;
- j) Folha de rosto: presente e adequada;
- k) Projeto de pesquisa completo e detalhado: presente e adequado;
- l) Outros (especificar): questionário: presente e adequado;
- m) Termo de Compromisso para Desenvolvimento de Protocolos de Pesquisa no período de Pandemia do Corona vírus (Covid-19)- presente e adequado.

**Recomendações:** Recomenda-se a inserção de um espaço para assinatura para o participante que queira assinar e não usar o polegar.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:** Recomenda-se aprovação.

**Considerações Finais a critério do CEP:** Este CEP emite parecer após reunião remota ordinária.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1656249.pdf	02/02/20 21 08:15:00		Aceito
Outros	Carta_ao_CEP.pdf	02/02/20 21 08:09:22	MARCELO RODRIGUES CONCEICAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Proj_Sul_de_Minas.pdf	02/02/20 21 08:08:57	MARCELO RODRIGUES CONCEICAO	Aceito

TCLE / Termos de Assentime nto / Justificativa de Ausência	TAE_menor_nao_alfabetizado.doc x	02/02/20 21 08:04:2 9	MARCELO  RODRIGU ES CONCEIC AO	Aceito
TCLE / Termos de Assentime nto / Justificativa de Ausência	TCLE_responsavel_legal_nao_alf abetiz ado.docx	02/02/20 21 08:04:1 2	MARCELO  RODRIGU ES CONCEIC AO	Aceito
TCLE / Termos de Assentime nto / Justificativa de Ausência	TCLE_participante_nao_alfabetiza do.do cx	02/02/20 21 08:03:5 4	MARCELO  RODRIGU ES CONCEIC AO	Aceito
TCLE / Termos de Assentime nto / Justificativa de Ausência	TAE_menor.docx	02/02/20 21 08:02:1 4	MARCELO  RODRIGU ES CONCEIC AO	Aceito
TCLE / Termos de Assentime nto / Justificativa de Ausência	TCLE_responsavel_legal.docx	02/02/20 21 08:02:0 2	MARCELO  RODRIGU ES CONCEIC AO	Aceito
TCLE / Termos de Assentime nto / Justificativa de Ausência	TCLE_participante.docx	02/02/20 21 08:01:4 4	MARCELO  RODRIGU ES CONCEIC AO	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Sul_de_Min as.pdf	04/11/20 20	MARCELO	Aceito

		08:17:16	RODRIGUES CONCEICAO	
Outros	Questionario_16_10_2020.pdf	04/11/2020 08:10:08	MARCELO RODRIGUES CONCEICAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TAI.pdf	04/11/2020 08:02:38	MARCELO RODRIGUES CONCEICAO	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto.pdf	04/11/2020 08:01:51	MARCELO RODRIGUES CONCEICAO	Aceito

**Situação do Parecer:** Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:** Não

ALFENAS, 03 de Março de 2021

**Assinado por:**  
**DANIEL AUGUSTO DE FARIA ALMEIDA**  
 (Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E  
**Bairro:** Centro **CEP:** 37.130-001  
**UF:** MG **Município:** ALFENAS  
**Fax:** (35)3701-9153  
**Telefone:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br